



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE
(PPGELS)

Érica Vieira Souza

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE
GEOGRÁFICA E CRÍTICA PARA O REGIME ESPECIAL DE DIREITO
ADMINISTRATIVO (REDA)**

CAETITÉ-BAHIA

2022

Érica Vieira Souza

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE
GEOGRÁFICA E CRÍTICA PARA O REGIME ESPECIAL DE DIREITO
ADMINISTRATIVO (REDA)**

Dissertação apresentada a Universidade do Estado da Bahia (UNEB),
como requisito avaliativo para obter o título de mestra no Programa de
Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), sob a
orientação do professor Dr. Glauber Barros Alves Costa.

CAETITÉ-BAHIA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

S729p

Souza, Érica Vieira

A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA). -Salvador, 2022.

160 f.: il.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Glauber Barros Alves Costa.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem, e Sociedade – PPGELS, Campus VI. 2022.
Inclui referências.

1. Ensino – Escola pública. 2. Escola pública – ensino - Práticas diárias 3 – Educação pública – Regime Especial de Direito Administrativo (Reda) 4. Ensino público – precarização (Bahia) I. Costa, Glauber Barros Alves II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2022. IV. Título

CDD: 372



FOLHA DE APROVAÇÃO
"A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE
GEOGRÁFICA E CRÍTICA PARA O REGIME ESPECIAL DE DIREITO
ADMINISTRATIVO (REDA)"

ERICA VIEIRA SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 03 de novembro de 2022, com nota 10,0.

Glauber Barros Alves Costa

Professor Dr. GLAUBER BARROS ALVES COSTA
UNEB

Doutorado em Educação
Universidade Federal de São Carlos

Wagnervalter Dutra Junior

Professor Dr. WAGNERVALTER DUTRA JUNIOR
UNEB

Doutorado em Geografia
Universidade Federal de Sergipe

Ione dos Santos Rocha Cabral

Professora Dra. IONE DOS SANTOS ROCHA CABRAL
Ifba - IFBA

Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Ana Luiza Salgado Cunha

Professora Dra. ANA LUIZA SALGADO CUNHA
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Doutorado em Educação
Universidade Federal de São Carlos

Dedicatória

A todos (as) professores (as) REDA da rede estadual da Bahia que lutam pela valorização e melhoria do trabalho docente!

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador **Prof. Dr. Glauber Barros Alves Costa (UNEB)**, gratidão pela confiança em mim, pela paciência com minha construção de aprendizagem e interlocuções valiosas em minha pesquisa. Admiro-o como professor-pesquisador que és, comprometido com a Educação Pública e as políticas sociais, sou sua fã, meu sincero respeito e admiração. Obrigada.

À **Prof.^a Dr.^a Ione Rocha Cabral (IFBA)**, agradeço por aceitar o convite para participar da banca, como examinadora externa, e pela valiosa contribuição para aperfeiçoamento deste texto.

À **Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Salgado Cunha (UESB)**, agradeço por aceitar o convite para participar da banca, como examinadora externa, e pela valiosa contribuição para escrita desse trabalho. Durante todo o processo demonstrou seu apoio, a ti minha gratidão.

Ao **Professor Dr. Wagnervalter Dutra Júnior (UNEB)**, agradeço por aceitar o convite para participar da banca, como examinador interno, e por disponibilizar textos para o enriquecimento da minha pesquisa e sua atenção.

Aos **Professores e funcionários do PPGELS/UNEB**, agradeço pelos serviços e experiências compartilhadas.

Aos **colegas da turma**, gratidão a todos pelas conversas, auxílios e trocas de experiências.

Aos **familiares e amigos**, dos quais recebi ajuda direta e/ou indiretamente, principalmente os meus pais, Getro e Josefina.

À **Fundação de Amparo á Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB)**, por ter financiado a minha pesquisa.

Obrigada!

O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX, 2008, p. 25).

RESUMO

O mundo do trabalho no século XXI apresenta uma nova configuração, e seus efeitos estão presentes na educação pública e no trabalho do (a) professor (a). A pesquisa surge da necessidade de compreender o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) como política pública educacional no estado da Bahia e seus impactos no trabalho docente. As condições contratuais de trabalho por tempo determinado, com poucos direitos trabalhistas pela qual os (as) professores (as) estão inseridos, é foco desse estudo. Refletir sobre a realidade do trabalho dos (as) professores (as) no REDA é uma necessidade da conjuntura educacional atual, pois se pode inferir que os docentes que trabalham pelo REDA vivem a plena precarização do trabalho docente. A escolha por essa temática parte do desejo de conhecer o problema e divulgar novas informações sobre o tema. O estudo apresenta uma abordagem quali-quantitativa, tendo duas etapas: a primeira etapa consiste em uma pesquisa documental-bibliográfica e a segunda etapa consiste numa pesquisa de campo. As condições de precariedade do trabalho do (a) professor (a) são analisadas com embasamento teórico na categoria do trabalho, na qual se traça o perfil dos docentes terceirizados. No intuito de informar e esclarecer sobre os direitos dos profissionais terceirizados pelo REDA foi construído um produto educacional, trata-se de uma cartilha contendo os direitos trabalhistas pela qual os (as) professores (as) contratados pelo REDA possuem. É importante que os (as) professores (as) que trabalham pelo REDA tenham informações e conhecimentos sobre seus direitos como categoria de profissionais que sofrem com as pressões das políticas neoliberais. Os resultados comprovam que os contratados pelo REDA, vivenciam a precarização do trabalho, ao ter baixos salários, estão constantemente procurando emprego, além disso, seu quadro é composto na grande maioria por mulheres, com jornada de trabalho entre 20 a 40 horas, a precarização das condições fica visível a partir dos resultados coletados. Portanto, o estudo é importante na área educacional, pois fala do Trabalho docente, espera-se que sirva de base para outras reflexões sobre o tema.

Palavras-Chave: Ensino. Precarização. Trabalho Docente. REDA.

ABSTRACT

The world of work in the 21st century presents a new configuration, and its effects are present in public education and in the work of the teacher. The research arises from the need to understand the Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) as a public educational policy in the state of Bahia and its impacts on teaching work. The contractual conditions of work for a determined period, with few labor rights for which the teachers are inserted, is the focus of this study. Reflecting on the reality of the work of teachers at REDA is a necessity in the current educational situation, that teachers who work at REDA experience the full precariousness of teaching work. The choice for this theme stems from the desire to know the problem and disseminate new information on the subject. The study presents a qualitative-quantitative approach, having two stages: the first stage consists of a documentary-bibliographic research and the second stage consists of a field research. The precarious conditions of the teacher's work are analyzed with a theoretical basis in the work category, in which the profile of outsourced teachers is traced. In order to inform and clarify the rights of professionals outsourced by REDA, an educational product was built, it is a booklet containing the labor rights that teachers hired by REDA have. It is important that teachers who work for REDA have information and knowledge about their rights as a category of professionals who suffer from the pressures of neoliberal policies. The results show that those hired by REDA, experience the precariousness of work, having low wages, are constantly looking for a job, in addition, their staff is composed in the vast majority of women, with a workday between 20 to 40 hours, the precariousness of conditions are visible from the collected results. Therefore, the study is important in the educational area, because it talks about teaching work, it is expected that it will serve as a basis for other reflections on the subject.

Keywords: Teaching. Precariousness. Teaching Work. REDA.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 DO IMPROVISO DA PRIMEIRA AULA À SONHADA DOCÊNCIA: OS PRIMEIROS IMPASSES	10
1.2 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	14
1.3 A JORNADA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	29
1.4 O PRODUTO EDUCACIONAL.....	35
1.5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	37
2 O REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA) COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL.....	39
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO LEGAL BRASILEIRO	39
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONJUNTURA BAIANA ..	45
2.3 A IMPLANTAÇÃO E AS BASES LEGAIS QUE FOMENTAM O REDA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO ESTADO DA BAHIA	51
2.4 O REDA COMO ESTRATÉGIA DO ESTADO NEOLIBERAL: FÁBULA, PERVERSIDADE OU POSSIBILIDADE?	55
3 O MUNDO DO TRABALHO	75
3.1 A ORIGEM DO TRABALHO E SEU SENTIDO ONTO-HISTÓRICO	75
3.2 AS BASES ECONÔMICAS DO MUNDO DO TRABALHO: DO LIBERALISMO AO (NOVO) IMPERIALISMO	79
3.4 DO CAPITALISMO À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL.....	86
4 A PRECARIZAÇÃO SUBJETIVA DO TRABALHO DOCENTE	92
4.1 CONHECENDO O PERFIL DO PROFESSORADO REDA	92
4.2 O REGIME DE TRABALHO DOCENTE NO REDA.....	102
4.3 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA: ENTRE A UBERIZAÇÃO E O TELETRABALHO ATRAVÉS DO ENSINO REMOTO.....	106
4.4 A OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE O REDA	118
CONSIDERAÇÕES	131
REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE 01: Roteiro do questionário para os (as) professores (as) REDA no estado da Bahia.....	146
APÊNDICE 02: Gráficos com outros resultados da Pesquisa de Campo	150
APÊNDICE 03: Questionário avaliativo do Produto Educacional com as Respostas ...	156

1 INTRODUÇÃO

1.1 DO IMPROVISO DA PRIMEIRA AULA À SONHADA DOCÊNCIA: OS PRIMEIROS IMPASSES

Se o mundo atual nos oferece como horizonte imediato o privilégio da servidão, seu combate e seu impedimento efetivos, então só serão possíveis se a humanidade conseguir recuperar o desafio da emancipação (ANTUNES, 2018, p. 306).

O mundo atual condiciona a humanidade à servidão, seu combate só será possível se as pessoas conseguirem a emancipação (ANTUNES, 2018). Acredito que somos resultado de um processo histórico e, no vasto processo de elaboração científica, são indispensáveis à experiência, o conhecimento e à investigação. Portanto, considero oportuno introduzir o percurso que me fez escolher o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) como objeto de estudo da minha dissertação de mestrado.

Essa história inicia-se relatando alguns fatos que motivaram a minha escolha por esse tema. Tudo começou no dia 16 de setembro de 2015, quando recebi a notícia da minha convocação no processo seletivo simplificado da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA), tendo poucos dias para providenciar a documentação para assunção e comparecimento na unidade que seria locada. Essa notícia pegou-me de surpresa, pois estava organizando a minha primeira excursão à região sudeste do país. Sonho de menina, visitar o Santuário Nacional em Aparecida (SP), esse sonho parecia ficar de lado para se realizar um outro sonho: O sonho de ser professora.

Ao entrar em contato com o Núcleo Territorial de Educação (NTE) e com a escola aonde seria locada, fui informada que deveria comparecer imediatamente ao trabalho, se possível naquele mesmo dia, pois estava sem professor de Geografia e tinha urgência em receber o novo professor para ocupar o cargo. Fiquei triste, por um lado, pois teria de desistir de uma viagem tão sonhada e iniciar outra inesperada para aquele momento. A mala que estava preparada para conhecer a região sudeste do país tomou outro rumo - a região oeste da Bahia. Um sentimento de alegria, de medo e ansiedade tomou conta de mim, pois iria trabalhar e conhecer uma região que nunca havia imaginado morar, mas o desejo de exercer a profissão pela primeira vez, me motivou a ir para o oeste baiano. Chego à região Oeste em 17 de setembro de 2015, numa quinta-feira à noite.

No dia seguinte, me apresento na escola. Entusiasmada em conhecer a escola e a gestão escolar, para minha surpresa, o primeiro impacto foi com a infraestrutura da escola, pois se tratava de um prédio antigo da década de 1970, muito bem conservado e bonito. O

segundo impacto foi não encontrar ninguém da gestão escolar, fui recebida e apresentada a unidade de ensino pela secretária, tive que voltar na segunda-feira para conversar com a gestão e receber as primeiras orientações.

Na segunda-feira, dia 21 de setembro de 2015, a vice-diretora, logo que me viu, toda animada solicitou que me dirigisse imediatamente à sala de aula, pois os alunos estavam sem aula de Geografia há vários dias. Que susto, levei! Como dar aula sem planejamento? Sem material e recurso? No improviso? Sim, a minha primeira aula foi no improviso. O barulho e a agitação dos alunos nos corredores dava para ouvir de longe, em minha mente só pensava: o que vou fazer? Como sair daquela situação? Até tentei argumentar que não teria condições de dar aula naquele instante, mas não teve jeito, teria que improvisar e usar da criatividade.

Então, solicitei alguns minutos para pensar e elaborei um roteiro. Respirei fundo, solicitei um livro de Geografia, algumas folhas de papel ofício A4, caneta, um apagador, e que me mostrasse à sala de aula. Percebi que ao aproximar da sala, alguns alunos imediatamente se dirigiram para dentro da sala de aula, enquanto outros me aguardavam na porta. Antes mesmo que dissesse alguma coisa, alguns alunos me abordaram e logo foram me indagando: Se eu era a nova professora de Geografia? Como isso era possível, num mesmo ano letivo, eles terem outra professora? Eu seria a quinta professora de Geografia que passaria por eles naquele mesmo ano.

Convidei os alunos para entrar e dizer se sabiam o porquê de tanta troca de professores? Eles me informaram que os professores eram contratados por um tempo e dispensados sem saber o motivo certo, motivos esses que descobriria depois. E enquanto, não contratavam outro professor ficavam sem aula, e sempre que um novo professor chegava repetiam os mesmos conteúdos do professor anterior. Argumentei que comigo não seria assim, que podiam me chamar de professora Érica, que estava vindo de uma cidadezinha pequena do sudoeste da Bahia e que tinha sido selecionada no processo seletivo do estado chamado “REDA¹” e que provavelmente ficaria naquela escola por um período de quatro anos, que não iria ficar repetindo conteúdos sem necessidade, apenas se fosse necessário.

Esclarecida e demonstrada a minha “provável permanência” na escola, propus uma dinâmica de conhecimento, na qual todos se apresentaria e diria o que sabiam sobre a disciplina, suas categorias de base, o que já tinham aprendido e o que gostariam de aprender, da matéria. Com o término da aula, despedi-me da turma e solicitei na secretaria da escola, os

¹A sigla REDA significa Regime Especial de Direito Administrativo, conforme a Constituição Federativa do Brasil de 1988 há a possibilidade de contratação de forma temporária dentro da legalidade, foi para isso que se criou o REDA (RODRIGUES; VILAS BOAS FILHO, 2019).

meus horários e os diários de todas as turmas que assumiria, e pude constatar que os argumentos dos alunos eram reais, pois a maioria dos diários não tinha nenhum registro dos conteúdos e os poucos que tinham, havia muita repetição. Eu teria que elaborar um plano de unidade que fosse eficiente diante da realidade encontrada.

Ao voltar para minha residência, uma casa alugada em conjunto com outras três professoras que vieram trabalhar pelo REDA, porém em outras escolas daquele município, compartilhei a minha primeira aula e o quanto estava assustada e ao mesmo tempo desafiada a voltar, afinal estava há 200 km do meu lar. Era o meu primeiro emprego após um ano da conclusão da graduação, tinha que fazer dá certo.

Com o passar dos dias fui vivenciando a realidade de ser docente. No início não tinha noção do que é ser professora REDA, mas com o passar do tempo fui percebendo o quanto ser rotulada de “REDA” é perverso, pois era excluída de algumas reuniões escolares e não podia participar de alguns cursos oferecidos pela SEC, não tinha direito ao reajuste salarial e nem sabia quais benefícios do trabalho receberia.

Após dois meses lecionando recebi a notícia de que seria removida ou ficaria excedente, pois havia saído à transferência de um professor efetivo de Geografia para aquela escola, não havendo a necessidade de uma professora REDA de Geografia no local. Fiquei em choque, pois faltavam apenas dois meses para o término do ano letivo. Trocar de professor seria um caos, até que tudo resolvesse, o trabalho tinha que continuar. E continuou, permaneci na escola, porém tive que ministrar várias disciplinas (entre elas estava Filosofia, História, Sociologia), para complementar a minha carga horária que havia perdido, e assim esse arranjo continuou até o término do contrato firmado de 4 anos.

Com o passar do tempo comecei a pensar nas professoras da Prestação de Serviços Temporários (PST) que me antecederam, o quanto devem ter sido ignoradas em suas necessidades básicas de educadora, uma vez que esse tipo de contrato é ainda pior do que o REDA, pois os direitos do trabalho nele quase inexistem. Vários momentos bons aconteceram no primeiro emprego, porém os momentos de dificuldade ficaram marcados.

O primeiro impasse foi à demora em receber o primeiro salário, levou cinco meses para que ocorresse e as dívidas foram acumulando, foi terrível. Além disso, a falta de informações e maiores esclarecimentos sobre a matrícula do estado que deveria receber, correspondeu à demora do pagamento do primeiro salário.

O segundo impasse, foi a falta de material e recursos para trabalhar (falta do livro didático para todos os alunos) e as várias questões burocráticas que deixavam os professores

esgotados mentalmente (como as constantes mudanças na programação escolar), me deixava angustiada por muitas vezes e juntando com as diversas cobranças internas, levaram-me a certo dia questionar: Todos os professores contratados passam pelas mesmas dificuldades? Quais os desafios e rebatimentos sofridos pelos professores REDA? Seus desejos e expectativas são em algum momento considerados? Quem criou o REDA? Como o REDA chegou à educação? O REDA pode ser considerado uma política pública educacional?

Essas primeiras dúvidas contribuíram para o levantamento da seguinte questão de pesquisa: “Como as contratações dos professores (as) pelo Regime Especial de Administrativo (REDA) na rede estadual de ensino na Bahia estão contribuindo para a precarização do trabalho docente na dinamicidade do território do trabalho em suas diferentes formas de expressão na sociedade do/para o capital?”. Essas inquietações, juntamente com as vivenciadas, motivaram-me a querer pesquisar o REDA como política pública educacional, pois, acredito que é “[...] necessário compreender os processos no contexto histórico, pois não se pode falar de Educação ou políticas educacionais desvinculadas do tempo e do espaço (COSTA, 2019, p. 44)”.

Além disso, a omissão da realização de concursos públicos para contratação de professores do quadro efetivo no estado da Bahia representa o aumento da política de contratação temporária de profissionais da educação. O incentivo para à progressão na carreira docente são inviáveis para os (as) professores (as) REDA, pois se trata de um emprego temporário, na qual o empregador (Estado) não valoriza a qualificação do seu empregado (a). Os custos com a formação continuada em cursos de curta ou longa duração nem sempre são compatíveis com o salário que professores REDA recebem. Aliás, a falta de tempo devido ao acúmulo de funções, não contribui ou possibilita a realização de cursos de aperfeiçoamento necessários para progressão na carreira de educador.

No ano de 2017, veio à oportunidade de aprofundar o tema, iniciava-se o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) na UNEB/Campus VI em Caetitê (BA). Submeti o meu projeto sobre o REDA ao programa, mas não passei na prova, fiquei decepcionada, mas decidida a levar o projeto adiante. No ano seguinte em 2018, novamente tentei a seleção para a turma do semestre de 2020.1 e fui aprovada, e hoje posso apresenta-vos a minha pesquisa intitulada: “A precarização do trabalho docente na Bahia: uma análise geográfica e crítica para o Regime Especial de Direito Administrativo”.

É no contexto do mundo do trabalho do século XXI, diante da nova configuração do trabalho e de seus efeitos na educação pública e no trabalho docente, que essa pesquisa estuda

as questões como: renumeração, carreira, estabilidade, jornada de trabalho e a forma de contratação dos professores, pois são conceitos investigados para compreensão das condições do trabalho docente na sociedade do capital.

A categoria Trabalho envolve o pensamento econômico e social que a Geografia vem utilizando para compreender a realidade determinada pelos princípios do capital (SOUZA; COSTA, 2021). Tendo esse conhecimento, a categoria Trabalho foi escolhida, pois visa entender a realidade que precisa ser elucidada (MENEZES, 2020).

Essa investigação tem por objetivo geral: Compreender o REDA como política pública educacional no estado da Bahia e seus impactos na precarização do trabalho docente. Tendo como objetivos específicos:

- Analisar os princípios legais e a regulamentação que envolve o REDA, enquanto política pública educacional no âmbito da esfera estadual;
- Refletir a precarização do trabalho do professor REDA com base na categoria do trabalho;
- Construir uma cartilha dos direitos trabalhistas para os (as) professores (as) do REDA, como mecanismo de informação e conhecimento em sua defesa como categoria de profissionais da educação.

O marco temporal adotado compreende o período que se estende entre os anos de 2015 a 2021. Os estudos sobre o trabalho docente pelo REDA são recentes, espera-se com esse trabalho levantar mais discussões, que posteriormente inspirem novas pesquisas sobre a problemática.

1.2 O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A precarização² do trabalho docente no Brasil intensifica-se a partir da década de 1970, época em que o Capitalismo³ enfrentou uma crise⁴ em uma perspectiva

² Para Machado (2019, p. 19): “[...] a precarização é um processo de perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora, e por isso, evidencia a luta de classes e a disputa entre capital e trabalho”.

³ Segundo Marx, o capitalismo é sistema econômico que tem como elementos fundamentais: a mercadoria, a moeda, o capital, o trabalho, a mais-valia, a acumulação de capital e as crises. *In*: DONÁRIO, Arlindo Alegre; SANTOS, Ricardo Borges dos. **A teoria de Karl Marx**. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3173/1/MARX.pdf>. Acesso em 30 jun. 2021.

global, com o esgotamento dos modelos de produção taylorista, fordista e do Estado de Bem-Estar Social. Esses sistemas de organização do trabalho aperfeiçoaram a produção, e são assim conceituados:

O taylorismo consistia na necessidade de uma subdivisão das funções e suas correlativas atividades, tanto na esfera da produção, quanto na administração, o que possibilitaria a cada responsável o seu cumprimento completo, sem que lhe fosse necessário acumular conhecimentos e habilidades, além de um nível mínimo. Enquanto, o fordismo, padroniza os produtos e fabrica-os numa escala grande, como consequência os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo (CARVALHO, 2008).

Uma das grandes mudanças no cenário marcado pela globalização foi “a passagem do Estado provedor para o estado regulamentador, que fiscaliza, que audita, que avalia e que, a cada dia que passa, se ajusta aos ditames neoliberais (BRITO; PRADO; NUNES; 2017, p. 167)”. A ideia do Estado do Bem Estar Social⁵ se caracteriza, então, pela intervenção do Estado na vida social e econômica, sendo sua bandeira a defesa dos direitos do cidadão: à saúde, à educação, à previdência, dentre outros, no combate as desigualdades sociais, esse conceito foi criado pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946).

A educação com o Estado do Bem Estar Social passa a ser um investimento com vistas ao desenvolvimento da capacidade produtiva das pessoas para atender as demandas do capital, e nesse cenário que vai se intensificar o conceito do princípio da flexibilidade⁶ do

⁴ Segundo Alves (2012) A crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, inaugurou uma nova temporalidade histórica do desenvolvimento civilizatório, caracterizada por um conjunto de fenômenos sociais que compõem a nova fenomenologia do capitalismo global. A década de 1970 é uma década de luta de décadas que conduziram a reestruturação política do capital, constituindo o Estado neoliberal e as políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e o pós-modernismo e o neopositivismo que permearam a reestruturação cultural moderna. Nessa época, o capitalismo financeiro, toyotista, neoliberal e pós-moderno levou a cabo uma das maiores revoluções culturais da história contribuindo para a precarização do trabalho que caracteriza o capitalismo histórico em sua dimensão estrutural que fez emergir a precarização do homem-que-trabalha. In: ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/#:~:text=A%20crise%20estrutural%20do%20capital%20que%20emergiu%20em%20meados%20da,%E2%80%9D%20\(1980%2D2010\)](https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/#:~:text=A%20crise%20estrutural%20do%20capital%20que%20emergiu%20em%20meados%20da,%E2%80%9D%20(1980%2D2010).). Acesso em 15 abr. 2021.

⁵ BEZERRA, Juliana. **Estado do Bem Estar Social**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/estado-de-bem-estar-social/>. Acesso em 02 jul. 2021.

⁶ “A flexibilidade é uma noção susceptível de se apropriar de uma diversidade de conteúdos, nem sempre homogêneos, congruentes e compatíveis entre si [...] Para alguns autores, uma primeira desmontagem do conceito passa pela distinção entre flexibilidade produtiva e flexibilidade de trabalho. No primeiro caso, procura-se descrever o conjunto de transformações tecnológicas e organizações que se destinam a uma melhor adaptação às variações quantitativas e qualitativas externas. Assim sendo, designam-se de flexíveis aquelas organizações que se afastam do modelo de produção taylorista-fordista, rígido e burocrático e que apresentam capacidade de resposta rápida e maleável às variações externas. O segundo procura apreender as alterações relativas às condições de emprego e de trabalho, compreendendo a capacidade de ajustar e alterar modos de recrutamento, de contratação e estatutos de emprego, de mobilidade interna e remuneração, de conteúdos de tarefas e

trabalho para o regimento da reestruturação e a redução do emprego regular, caracterizado pela contratação de trabalhadores em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

É na década de 70 que a educação passará a ser pensada numa lógica econômica. A educação torna-se um grande mercado de edu-business (negócio em educação) como chama Ball (2014), e como área de negócio é afetada por decisões estratégicas que visam o crescimento das receitas. Os educadores do terceiro setor incorporam o espírito empreendedor nas escolas e começam a desenvolver uma ideia de educação neoliberal.

No caso do terceiro setor, essas Organizações da Sociedade Civil (OSC), são formadas por fundações privadas ou associações sem fins lucrativos que têm como finalidade agir com vista à realização dos interesses coletivos ou públicos sobre as atividades governamentais. Além disso, as OSC pressionam e fazem a descentralização das políticas públicas educacionais⁷, tomando para si a responsabilidade da sociedade civil na tomada de decisões, em uma gestão participativa, criam novas atribuições e responsabilidades para todos os setores com foco na busca pela cidadania. Vale lembrar, que além do terceiro setor, a OSC é composta pelo primeiro setor (que compreende as instituições do governo e seus poderes) e pelo segundo setor (que correspondem as empresas privadas).

Com a intensificação da participação do terceiro setor na educação, o voluntariado deixa de existir para dar espaço ao assalariado, que de alguma forma tem alguns direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Então, o final da década de 70 é redesenhado pelo surgimento de um novo precariado⁸ subordinado aos contratos temporários.

Na década de 80, o cenário é de novas lógicas socioeconômicas (corresponde à qualidade, eficácia e a territorialidade) e educacionais. O mercado presta atenção na qualidade do que produz e dá atenção a eficácia dos seus processos de produção. O Estado regulador é mais liberal, atua indiretamente, intervindo muito pouco na economia, esse tipo de Estado

qualificações, de tempos de trabalho e de níveis de proteção social. Ambos os conceitos remetem, portanto, para o esgotamento do modelo de emprego intrínseco ao período de regulação fordista (CASACA, 2005, p. 6-7)".

⁷ A descentralização das políticas públicas educacionais são resultados da ação do governo neoliberal que assume uma postura de retirada do Estado, de suas obrigações com a educação pública, passando-as ou descentralizando-as para a sociedade, bem como, o regime de colaboração para a efetivação das políticas públicas (SANTOS, 2015).

⁸ Para Standing (2014) com o aumento da flexibilidade do mercado de trabalho tem se criado o "precariado" global que consiste em milhares de pessoas sem estabilidade, propensas a ouvir vozes desagradáveis e a usar seus votos para dar voz uma plataforma política de crescente influência.

vem sendo substituído pelo Estado Desenvolvimentista⁹, que é mais intervencionista, pois tem papel ativo no desenvolvimento econômico, fazendo intervenções diretas na economia.

Esse ideal refletirá na educação, “[...] a escola deve levar em conta as novas lógicas na sua própria organização. Passa a ser interpretada sobre a sua qualidade e avaliada repetidamente (CHARLOT, 2007, p. 131)”. Educação e trabalho são atividades humanas que com o surgimento do modo de produção capitalismo modificou as relações entre ambos.

O trabalho tornou-se abstrato, isto é, simples e geral, porque é agora organizado de acordo com os princípios científicos (LESSA; TONET, 2004). Nesse processo vai intensificar as lutas de classes, pois a vida social é determinada por vários fatores. A expressão luta de classes é um fenômeno social atribuída a Marx (2008, p. 25), que dizia que “Toda luta de classes é, contudo, uma luta política”. Sendo a principal motivação para as mudanças sociais, pois a partir das lutas de classes iniciam os conflitos que pode revolucionar a sociedade.

As mudanças estruturais do capitalismo da década de 80 contribuíram para a aceleração da integração econômica internacional, designada de globalização¹⁰. Para Santos, Souza e Silveira (1998) nos tempos da globalização, existe um esforço de pensar o território, pois há a premissa que a imaterialidade é o dado fundamental da fluidez do tempo, e por isso, é preciso repensar o território, a fragmentação como única realidade do território, a redução do espaço ao tempo. O processo de globalização cria segundo esses autores novas escalas produtivas e conseqüentemente novos trabalhadores, portanto cria uma sociedade complexa em redes sobre o território.

Apesar da globalização produzir poucos efeitos sobre a escola, os maiores efeitos surtem, sobretudo sobre as novas lógicas da década de 80 e a progressão da ideológica do neoliberalismo. Esses efeitos foram mais presentes nos países do sul com as intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM) nas suas políticas públicas educacionais (CHARLOT, 2007). Empresas privadas são contratadas pelo Estado para contratar os professores ou dirigir escolas públicas com o discurso de melhorar a eficácia do ensino.

Observa-se que não se trata mesmo da globalização “[...], mas da progressão do neoliberalismo, mesmo que sejam atualmente dois fenômenos estreitamente ligados

⁹ SCHAPIRO, Mario G.. Do Estado Desenvolvimentista ao Estado Regulador? Transformação, resiliência e coexistência entre dois modos de intervenção. *In: Revista Estudos Institucionais*, v. 4, n. 2, p. 572-614, 2018.

¹⁰ Para Charlot (2007, p. 132) “a globalização trata se, antes de tudo, de um fenômeno econômico, mas que pode ser também um fenômeno político. A globalização é definida em primeiro lugar pela abertura das fronteiras, definida pela circulação de fluxos e o desenvolvimento correlativo das empresas multinacionais”.

(CHALORT, 2007, p. 133)”. O neoliberalismo¹¹ está progredindo na área da educação, configurando-se num enorme mercado educacional, observa-se hoje um ingresso de grandes multinacionais gerindo as escolas.

Dessa forma, a década de 1990 é marcada pela reforma no Estado brasileiro, é nesse contexto que vai surgir o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) na Bahia, durante o governo do então governador Antônio Carlos Magalhães, visando à desburocratização e adoções da gestão gerencial da coisa pública, marcando o compromisso governista com a agenda neoliberal, enxugando a máquina pública e a diminuição dos gastos com os trabalhadores, o estado se afasta dos problemas sociais, principalmente da sua responsabilidade em oferecer educação pública de qualidade.

Para Cadidé (2012, p. 86-90) há um bom tempo, que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) vem intensificando a oferta de vagas para os processos seletivo na modalidade REDA. Favorecendo um número de editais para esse processo seletivo em vez de editais para concursos públicos. Além disso, o acúmulo de contratos provenientes do REDA representa a crescente participação das despesas com este tipo de contrato no gasto total com pessoal.

Estudos de Girardi e Lima (2017) apontam que a Bahia ocupa o segundo lugar na quantidade de funcionários selecionados via Regime Especial de Direito Administrativo, o REDA¹², além disso, esse tipo de seleção era apenas para atender necessidade temporária e excepcional, mas o emergencial vem sendo transformado em permanente. Ainda segundo esses autores, esse contrato não traz estabilidade, pois não garante o vínculo empregatício do trabalhador (a). Alguns editais também vêm oferecendo vaga para cadastro reserva, entretanto, “A seleção para “Cadastro Reserva” indica inexistência de necessidade temporária ou urgência em flagrante descumprimento da norma constitucional (CADIDÉ, 2012, p. 94)”.

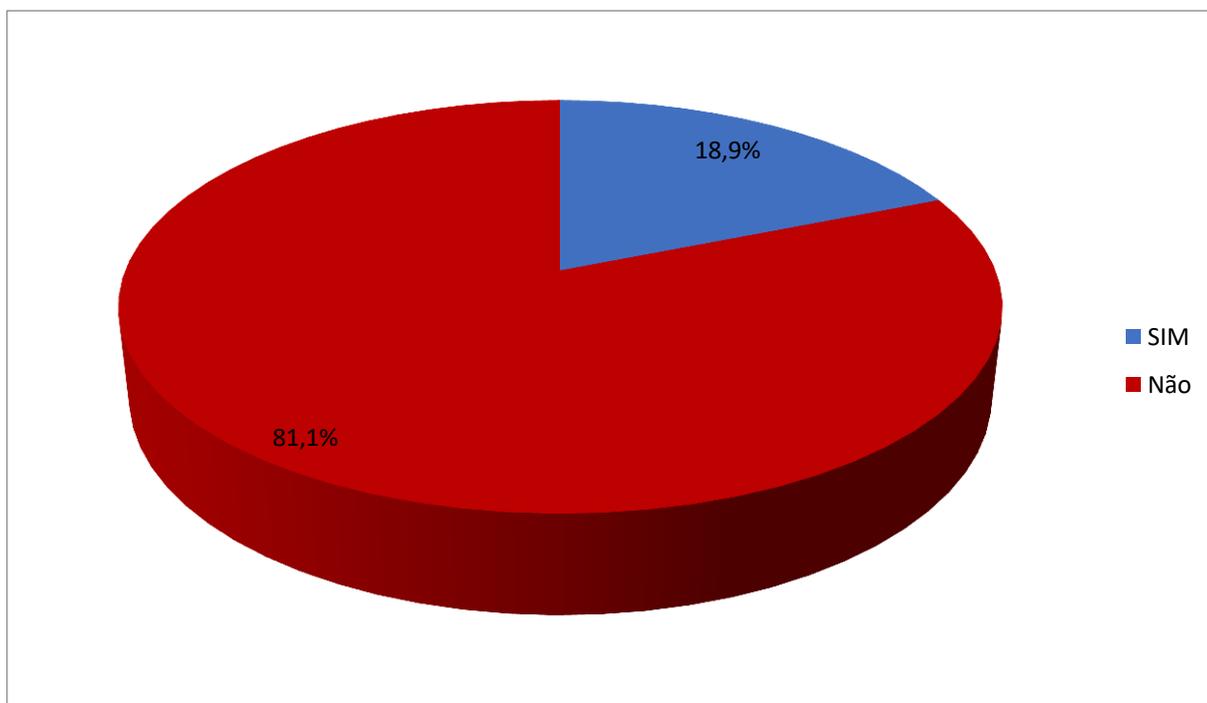
É nesse contexto da desregulamentação do trabalho pelo capital que vão surgir novas frentes de acumulação do capital, no intuito de garantir flexibilidade às novas relações de trabalho. Nessa perspectiva, amplia-se o número de empregadores que se submetem as mais

¹¹ Conforme Chauí (1999, p.27-28) “O Neoliberalismo nasce de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos que opunha-se ao Estado de Bem Estar Social de estilo Keynesiano e social democrata no contexto da crise de 1970”. Para Santos, Souza e Silveira (1998, p. 19) “O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços-democracia de mercado e neoliberalismo - são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada [...] no território compartilhado”.

¹² GIRARDI, Crislene Lisboa; LIMA, Marcus Antônio Assim. Na Bahia, quem vê cara, vê competência: Reflexões sobre o REDA. In: VI Seminário Nacional e II Seminário Internacional de Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional, 2017, Bahia. **Anais do Seminário Gepráxis**, Vitória da Conquista- Bahia, 2017. v. 6, n. 6, p. 593-609. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7240/7024>. Acesso em 25 jan. 2020.

diversas formas de trabalho precarizado, com contratos que não oferecem estabilidade, marcada pela intensificação da jornada de trabalho e pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos - o lucro.

Gráfico 01: Durante o contrato REDA, você lecionou/leciona somente a disciplina para a qual você prestou seleção?

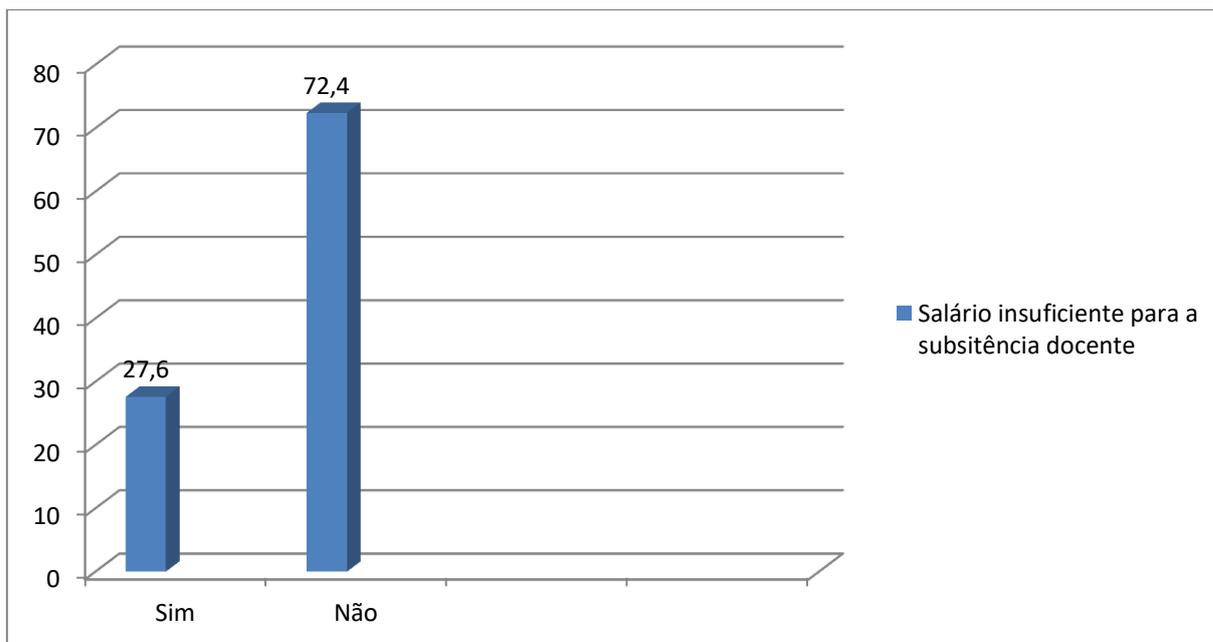


Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

A precarização está expressa nesse gráfico 01, ao mostrar o quantitativo de disciplinas que um professor REDA leciona, contribuindo para o aumento de sua jornada de trabalho, pois mais disciplinas representa mais trabalho, ou seja, mais planejamentos e estudo as matérias ensinadas.

Segundo Rodrigues e Vilas Boas Filho (2019, p. 2): “Para que aquelas contratações temporárias possam acontecer dentro da legalidade, criou-se o Regime Especial de Direito Administrativo, mais conhecido como (REDA)”. Ele é um contrato de trabalho temporário criado e usado na esfera pública estadual para preencher a vacância do cargo do (a) servidor (a) público, que deve ser usado apenas em necessidade excepcional do setor público, é daí que surgem as contratações dos (as) professores (as) temporários.

Gráfico 02: Sobre o seu salário base durante o contrato REDA foi suficiente para sua subsistência?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Existe um número considerável de professores (as) temporários (as) com contratos atípicos na rede pública de ensino, recebendo baixos salários como aponta o gráfico 02, e com uma forte tendência de transformar o trabalho docente em trabalho intermitente¹³. Os professores estão sendo contratados de acordo com as necessidades eventuais do poder público e estão sendo obrigados a arcar com os diversos custos e riscos da profissão. Para uma melhor compreensão do contexto, antes é preciso deixar claro alguns conceitos do marxismo que aparecerão no decorrer do texto: Alienação, Trabalho, Trabalho Alienado, Sujeitos Alienados e Mercadoria.

Existem vários conceitos para a palavra alienação. Para Konder (2003), a alienação está relacionada às esferas da arte, religião, política, história, ciência, ao capitalismo e ao subdesenvolvimento. Aqui, destaca-se o conceito de alienação¹⁴ relacionado ao capitalismo: a industrialização capitalista leva a

¹³ Termo usado por Antunes (2020, p. 348) que afirma: “o trabalho intermitente vem se tornando um dos elementos mais corrosivos em relação à proteção do trabalho, que foi resultado de lutas históricas e seculares da classe trabalhadora em tantas partes do mundo”. Como exemplo, temos o UBER, o contrato zero hora (o zero *hour contract*) e o trabalho pago a voucher, que são formas de trabalho intermitente, pois não tem continuidade, é alternado ou sofrem interrupções.

¹⁴ Alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos, e – além de, e através de, também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas

alienação inerente ao sistema da propriedade privada a toda a parte, favorecendo a divisão de classes, a produção para o mercado é ditada pelas regras de compra e venda que regulamenta a força de trabalho que tem por objetivo – o dinheiro (o lucro), ou seja, a mais-valia. Para Lessa e Tonet (2004, p. 62):

São muito numerosas as alienações provocadas pelo capitalismo. A essência de todas elas, está na redução dos homens a mera mercadoria (força de trabalho). As necessidades humanas são subordinadas às necessidades da acumulação capitalista, o que significa dizer que os homens são tratados como mercadoria, isto, é, como coisas, e não como seres humanos.

A alienação é assim uma relação social criada e desenvolvida pelos próprios homens, desse modo, a reprodução da totalidade social deixa de ser movida pelas necessidades humanas para se subordinar à reprodução do capital (LESSA; TONET, 2004). “Na acepção marxista, por conseguinte, a alienação é fenômeno que deve ser entendido a partir da atividade criadora do homem, nas condições em que ela se processa (KONDER, 2009, p. 40).” Essa atividade humana se distingue das demais, pois se refere à atividade da qual o homem produz os seus meios de vida e se cria a si mesmo: o trabalho humano. Para Rossi (2018, p. 48):

O trabalho possui como função social em sentido amplo realizar o intercâmbio orgânico do homem com a natureza para obtenção dos valores de uso. Todavia, no capitalismo, o trabalho do proletário não serve apenas para produzir valores de uso, mas para produzir mais-valia, ou seja, para produzir trabalho não pago pelo capitalista e, assim, permitir a acumulação e a expansão do próprio capital.

O Trabalho é a relação metabólica do homem com a natureza, está incorporada ao objeto sobre que atuou. Desse modo, o trabalho toma determinações históricas, dependendo da formação social em análise (SIQUEIRA; PEREIRA, 2021). O trabalho sob o sistema capitalista de produção assume uma forma alienada, pois “a pessoa que trabalha não se reconhece no produto de seu trabalho e dele não se apropria (MACHADO, 2019, p. 16)”, ou seja, não se reconhece enquanto individualidade, nem como parte constituinte do gênero humano.

O trabalho alienado é resultado do trabalhador que “além de estar alienado do produto do seu trabalho, está também alienada da sua identidade com o semelhante (ser social), [...]

historicamente). Assim concebidas, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista [Edição digital]**. Editora Zahar, 2013.

(THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 45)”. O trabalho alienado condiciona a existência de sujeitos alienados. Nessa perspectiva, o sujeito alienado pela reconfiguração do capitalismo é um indivíduo que não tem a capacidade de atuar por conta própria, pois está subordinado ao sistema, além disso, e o sujeito alienado não se reconhece no produto de seu trabalho, é um ser impotente¹⁵.

Primeiramente, é preciso esclarecer que não existe alienação do trabalho docente, o que existe na verdade, é uma alienação do docente que trabalha pelo REDA. Para Conceição (2021) a alienação docente está implícita no trabalho do professor (a), enquanto sujeito social, historicamente situado na sua posição de classe. Para compreender isso, é preciso entender antes o que é o trabalho docente? O que é o ser docente? O que é o ser professor (a)?

Sabe-se que o processo de alienação deve ser compreendido a partir de um sujeito, então começaremos pela definição de trabalho docente. Para Conceição (2021), o trabalho docente é a ação que o professor (a) realiza, ou seja, é o ensinar. Esse ensinar parte de uma postura de escolha do docente. O (a) professor (a), enquanto classe¹⁶ trabalhadora tem no seu trabalho um processo de extração de mais valia e mais valor¹⁷, segundo Harvey (2013):

No capitalismo, porém, o mais-trabalho é convertido em mais-valor; assim, a produção de um mais-produto é um meio de o capitalista obter mais-valor. Isso fortalece qualidades particulares à exploração capitalista, porque a acumulação de valor na forma-dinheiro, como vimos, é ilimitada (p. 152).

Por exemplo, se o (a) professor (a) trabalha na rede privada, ele (a) está diretamente sendo estropiado pelo dono da escola que lucra com o valor do trabalho não pago ao docente. Porém, se o professor (a) trabalha na rede pública, o processo de extração da mais valia será de forma indireta, pois ao servir ao Estado, o docente está a serviço de quem o Estado representa, no caso, a burguesia¹⁸ - dona do capital, “O capitalista quer o tempo, quer aqueles momentos que são os elementos do lucro. Isso é um corolário do fato de que o valor é tempo de trabalho socialmente necessário (HARVEY, 2013, p. 156)”.

Então, a extração da mais-valia, dá-se da seguinte forma: ao pagar baixos salários aos professores que vivem do seu trabalho garantido mediante o ensino aos filhos da classe trabalhadora que tem seus direitos retirados pela burguesia. Esses filhos da classe trabalhadora

¹⁵ COLUNAS TORTAS. **O que é alienação em Marx?** Disponível em: <https://colunastortas.com.br/o-que-e-alienacao-em-marx/>. Acesso em 22 jul. 2021.

¹⁶ “[...] a classe, pela sua natureza, estabelece o campo, nunca absolutamente rígido, no interior do qual o indivíduo exercerá o seu poder ativo (TONET, 2013, p. 17)”.

¹⁷ Segundo Harvey (2013) com o conceito de mercadoria estabelece o seu duplo caráter: o valor de uso e o valor de troca, enquanto o valor de troca é uma representação de algo, o valor de uso, por sua vez é socialmente necessário para o valor, pois o valor não significa nada, se não voltar a se conectar com o valor de uso.

¹⁸ A burguesia é o que hoje chamamos de elite da sociedade.

são o exército de reserva que garante que existam trabalhadores que servirão posteriormente a burguesia. Cabe ao professor (a), a responsabilidade de estimular o silenciamento diante as contradições e contribuir para formação da sociedade de consumo, nessa perspectiva o docente não educa.

O trabalho docente significa uma atividade que o professor (a) realiza, desenvolve, ou seja, esse trabalho parte de uma escolha, de uma opção, posicionamento a favor ou contra ao projeto de destruição da educação pública. Segundo Conceição (2021), se existe a alienação do docente, ela acontece a partir de um projeto individual ou pessoal, que só existe quando está escrito num projeto de luta de classe, de uma posição de classe contra a barbárie existente.

Ser professor, ser docente é colocar-se contra a barbárie da exclusão social. Se a posição de classe for a favor da burguesia, existe aí a alienação, existe aí o projeto ideal de destruição da classe trabalhadora, fazendo parte do sistema natural do capital que é totalmente alto destrutivo. Enquanto, educadores, os professores (os docentes) são desafiados a driblar a qualquer tipo de projeto que venha a explorar e alienar o indivíduo – o (a) trabalhador (a) professor (a).

Para Melo (2021, p. 56): “Em relação ao REDA, o trabalho possui um sentido de estranhamento no que se refere às barreiras do próprio desenvolvimento da atividade docente nas escolas”. Hoje, com as mudanças decorrentes do sistema capitalista, a força de trabalho do professor (a) é mera mercadoria de consumo, seu conhecimento é vendido ao Estado.

A riqueza das sociedades nas quais reinam o modo de produção capitalista aparecem como uma enorme coleção de mercadorias, assim as mercadorias são o ponto de partida de Marx (MARX, 2017, p. 113). Ele entende que estamos cercados de mercadorias, e elas são negociadas no mercado, pois tem a função de satisfazer uma necessidade ou desejo humano (HARVEY, 2013, p. 28).

“Por isso, Marx insiste que temos de entender o que são os valores da mercadoria e as necessidades sociais que as determinam (HARVEY, 2013, p. 33)”. A mercadoria é a forma elementar da riqueza da sociedade burguesa, e esta constitui uma coleção de mercadorias. A mercadoria, portanto possui dois fatores: ela é valor de uso, pois atende a uma determinada utilidade ou necessidade humana, e é valor de troca, pois pode se trocada por outras mercadorias ou por dinheiro em determinadas proporções (SIQUEIRA; PEREIRA, 2021).

Isso acontece, porque no capitalismo, como na economia monetarizada, as mercadorias são trocadas por dinheiro (e o dinheiro pode assumir várias funções entre elas, estão à circulação, a reserva de valor, e a forma de pagamento). Quando a mercadoria assume a forma-dinheiro, ela exprime o valor de todas as outras mercadorias e funciona como equivalente universal de todas as outras mercadorias, e essa mercadoria é o dinheiro (SIQUEIRA; PEREIRA, 2021).

Além disso, as mercadorias são produtos do trabalho humano que ganham vida própria e poder sobre os produtores, Marx chama isso de “fetichismo da mercadoria”, pois os trabalhadores não controlam os produtos do seu trabalho, do seu meio de produção, que estão sob o domínio dos capitalistas (SIQUEIRA; PEREIRA, 2021).

Nessa perspectiva, o professor (a) tem a obrigação de ensinar o que mercado de trabalho exige para a função de trabalhador da educação. A profissão docente vem perdendo atratividade. O trabalho professoral tende a ser pelo viés do mercado neoliberal, um trabalho alienado que consiste em produzir sujeitos alienados que reproduzam o sistema capitalista.

Para Melo (2021, p.58): “O trabalho docente é um trabalho improdutivo, pois ele não é consumido como valor de troca e sim de uso. É também imaterial, pois não é produzido um produto que mais tarde irá se separar do seu produtor. O ato de produção e o ato de consumo se entrelaçam”. O trabalho docente está sujeito ao assalariamento, à perda de autonomia, ao controle de seu processo de trabalho e expropriação de seu saber.

O papel do (a) professor (a) na atualidade, não é apenas de um funcionário público, “O seu trabalho já não é, ou pelo menos não é apenas, cumprir tarefas predefinidas, é também, e antes de tudo, resolver os problemas (CHARLOT, 2007, p. 131)”. Nessa perspectiva, o (a) professor (a) vem sendo responsabilizado pelo sucesso ou insucesso dos alunos, o que muda o significado do ser professor (a) na conjuntura educacional.

Assim, os (as) professores (as) vêm tentando desenvolver competência e habilidades que reflitam na eficiência dos resultados obtidos nas avaliações externas como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, que mede o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Isso significa que os docentes precisam apresentar bons resultados nas avaliações para serem reconhecidos e recompensados, o que gera competitividade, julgamentos e exposições, pois os valores são deixados de lado para dar lugar a performatividade docente (BRITO; PRADO; NUNES, 2017). A concepção de performatividade, para Scherer (2019, p. 29):

Esta categoria tem sido desenvolvida por Stephen Ball, no viés da sociologia que busca desvelar as relações entre as questões macrosociais e políticas e as questões micro-específicas atinentes ao cotidiano educacional. Nesse horizonte, desvela-se que a performatividade se articula ao movimento capitalista, o qual, entre outras medidas, dissemina a forma do mercado e uma gestão gerencial no setor público. [...] Observa-se que a performatividade tem como cerne resultados e desempenhos, evocando um forte controle sobre a atividade docente e emanando critérios de competição e individualismo [...].

Essa nova demanda da educação é reflexo do lugar que tem as organizações internacionais em financiar as políticas públicas educacionais. Para os países desenvolvidos é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enquanto para os países em desenvolvimento, as organizações mais importantes que influenciam nas suas decisões educacionais são o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). É importante salientar que por trás dessas “[...] organizações internacionais, é o poder do capital internacional que funciona (CHARLOT, 2007, p. 133)”, pois essas instituições estão diretamente ligadas ao capital, que dita à divisão territorial do trabalho.

Além disso, atualmente a precarização docente faz parte de um projeto maior na qual privilegia o desenvolvimento econômico em detrimento de melhores condições de vida e trabalho (MOURA, *et al.*, 2019). Outrora, as iniciativas e ambições das empresas que trabalham no sistema de ensino têm por objetivo converter os bens públicos em privados, nesse cenário, os educadores são peças da comercialização.

O tratamento dado aos professores (as) no REDA é diferenciado e perverso, acredita-se que será necessário contratar mais profissionais nos próximos anos, por isso foi aprovado em outubro de 2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual da Bahia (PLOA¹⁹), referente ao ano de 2022 e PL nº 24.426/2021²⁰, que autorizou o governo do Estado a prorrogar, o prazo dos contratos sob Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), por ser mais econômico para o estado e porque também contribuem para reprodução das relações de perversidade entre capital versus trabalho.

“Proprietário do uso da força de trabalho, o capitalista dela faz um instrumento de acumulação de capital. Sob tal alienação, aliena-se o próprio trabalho, seu trabalho, os produtos do seu trabalho, sua reprodução demográfica (MOREIRA, 1987, p. 68)”, as relações de trabalho estabelecidas pelo capital são de fragmentação do trabalho da classe trabalhadora

¹⁹ BAHIA. **Proposta Orçamentária 2022.** Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/fserver:/imagensAlbanet:upload:PLOA2022_AnexoI.pdf. Acesso em 02 de nov. de 2022.

²⁰ BAHIA. **Projeto de Lei nº 24.426/2021.** Disponível em: https://www.adufsba.org.br/upload/pl_24_426_2021_planserv_1640103195_21122021011315.pdf. Acesso 02 de nov. de 2022.

e (de) sindicalização da ação coletiva do trabalhador (a), consequência do capitalismo que não evolui, mas que se reproduz nessas relações de perversidade e fragilidade do trabalho.

Os estados neoliberais são criadores de mercados e facilitadores de negócios de educação, dentro dessa lógica o trabalho para o Estado só será produtivo se for trabalho produtor de mais – valia para economia do capital, tendo essa finalidade, o labor docente seria um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizadas pelo ser humano com o objetivo único de assegurar a sua subsistência (PINTO, 2010).

Os profissionais que investem nos processos seletivos REDA podem não ser convocados, corre o risco de ficarem excedentes, ou ocupar o cargo com o receio de serem dispensados ou transferidos de unidade escolar, antes do término do contrato.

As agências que assumem a responsabilidade pela manutenção e contratação de pessoal em um modelo que segue recomendações dos organismos internacionais²¹ como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI) dentre outras, procuram apenas resolver problemas relacionados ao financiamento e à oferta de educação.

Tais organismos internacionais estão convergindo às leis brasileiras, a exemplo da nossa Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), ao desrespeitar os princípios da gestão democrática, contribuem para a desvalorização dos profissionais da educação com incentivo excessivo aos editais para contratação temporária de professores, como o REDA.

Além disso, o trabalho e a satisfação das necessidades sociais são deixados de lado em favor de um novo cenário econômico marcado pela valorização do capital financeiro. As políticas públicas educacionais pensadas para a formação docente na conjuntura atual não valoriza o trabalho professoral. O terceiro setor²² estimula a privatização das escolas públicas e desconsidera que a contratação dos profissionais da educação deveria ser exclusivamente

²¹ FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILL, Pablo A. A; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 6ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 41-42.

²² O terceiro setor é termo para as organizações e entidades que não possuem fins lucrativos, segundo (ANTUNES, 2005, p. 146-147): [...] vem se desenvolvendo no mundo do trabalho uma crescente expansão do trabalho no terceiro setor, assumindo uma forma alternativa de ocupação, através de empresas de perfil mais comunitários, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, onde predominam aquelas de caráter assistencial, sem leque de atividades, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado. [...] No Brasil ela hoje abarca cerca de 20 milhões de trabalhadores”, a exemplo do Instituto Ayrton Senna e do Movimento Todos pela Educação.

mediante concurso efetivo, interferem assim na organização do trabalho docente que vive a plena mercantilização da sua profissão ressaltada pela meritocracia.

Para Barbosa (2014) a meritocracia é o princípio de que “a admissão, a mobilidade e a ascensão profissional das pessoas devem ser pautadas pelo seu desempenho na realização das tarefas que lhes foram alocadas nas organizações”. Sendo assim, estabelece uma situação igualitária inicial com oportunidades para todos, mas diferenciações vão surgindo com as contratações dos professores (as) REDA, que se veem obrigados a serem resilientes diante a perversidade a qual estão expostos no trabalho.

Mészáros (2008, p. 17) dizia que “[...] a educação significa o processo de “interiorização” das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los a sua aceitação passiva”. A educação tem essa capacidade de manipular os indivíduos no processo de socialização do trabalho, “[...] não há eficácia e qualidade fora do neoliberalismo, o que, afinal de contas contribui para impor a tese de que o neoliberalismo é a única forma possível para uma sociedade moderna (CHARLOT, 2007, p. 131)”.

Foi através da Lei de nº 13.429, de 31 de março de 2017²³ que alterou os dispositivos da Lei de nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Esse dispositivo legal posteriormente chegou à educação através de outras leis que serão tratadas nesse estudo, por ora é importante destacar que a Lei de nº 13.467, de 13 de julho de 2017²⁴ alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto de nº 5.452, de 1º de maio de 1943²⁵ fazendo alterações que diretamente atingiram a formação docente, pois tais mudanças contribuíram para a realização de processos seletivo em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

Como trabalhador precarizado ou proletariado moderno, os professores (as) REDA encontram-se submetido aos problemas que atingem a muitos dos assalariados, ou seja, a pessoa se vê obrigada a vender sua força de trabalho por muito menos do que aquilo que produz. “Ao trabalhar por um salário, esse acaba por aumentar a riqueza do capitalista, ao

²³ BRASIL. **Lei de nº 13.429, de 31 de março de 2017.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm. Acesso em 03 jul. 2021.

²⁴ BRASIL. **Lei de nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19173773/do1-2017-07-14-lei-no-13-467-de-13-de-julho-de-2017-19173618. Acesso em 03 jul. 2021.

²⁵ BRASIL. **Decreto de nº 5.452 de 1º de maio de 1943.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1943/1943005.htm. Acesso 03 jul. 2021.

passo em que despende parte de sua energia e sua vida no processo produtivo (SANTOS; SOUZA, 2017, p. 27).”

A educação que deveria ser gratuita e universal, de responsabilidade exclusiva do Estado, deixa de ser um ‘direito’, para transformar-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo em que se acentua o dualismo educacional, pois apresentam diferentes qualidades de educação para pobres e ricos (TEIXEIRA, 1957). Nessa ótica, justifica-se a necessidade de entender a interferência neoliberal na educação, como isso impacta na contratação e no trabalho dos (as) professores (as) contratados pelo REDA?

Os processos produtivos, as formas de contratação, a manipulação constante do mercado de trabalho, a substituição crescente de trabalho vivo pelo trabalho morto, o desemprego, as novas formas de controle do processo de trabalho, a formulação de políticas públicas compensatórias, a militarização, as reformas nos códigos de lei, entre outras, são aspectos e reflexos dos desdobramentos territoriais e da polissemização do trabalho²⁶ que estão imbricados geograficamente no mundo do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

Dessa maneira, o trabalho professoral estaria embutido na crescente força do trabalho imaterial, na apropriação do intelecto do trabalhador, pois são crescentes em nossa sociedade os trabalhadores assalariados em bases precárias, como possível expressão de um novo referencial para a valorização do capital, “[...], sob as diversas modalidades de precarização, tais como: o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, etc.(THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 16)”, exemplos encontrados em escala geográfica, enquanto produto das relações sociais.

A educação pública é foco constante das políticas neoliberais, entender a complexa composição do mundo do trabalho, implica lutar por melhores condições de trabalho e direitos, também significa manter resistentes à ordem hegemônica do capital. Segundo a teoria de Milton Santos (2003) o Estado capitalista é uma fábula, um sistema perverso, mas que pode ser extinto.

O REDA é um emprego provisório, sem garantias trabalhistas. Para Menezes (2007) quando o trabalho vira mercadoria para o lucro é porque o trabalhador está condenado a ser supérfluo, barato e abundante. Menezes (2007) acrescenta que isso é resultante da condição estrutural do sistema acumulativo do capital que transforma os sujeitos em coisas baratas e

²⁶ O termo é polissêmico quando é utilizado com várias significações. A polissemia da categoria trabalho resulta então de uma construção social e, em nossa sociedade, com o sentido de dominação de classe. Na sociedade capitalista existe uma disputa de classe que somente pode ser apreendida em sua historicidade dentro de uma concepção dialética. Os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas (FRIGOTTO, 2009).

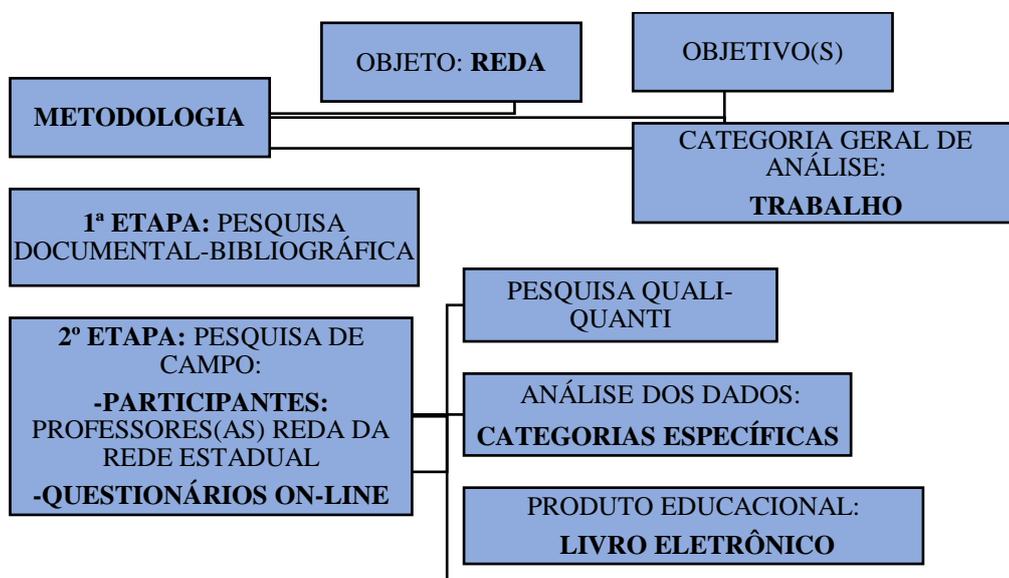
vendáveis para o mercado. Então, o (a) professor (a) REDA é essa peça vendável e barata do mundo do trabalho, pois o Estado apropria-se dessa condição (trabalho vivo) para contratar inúmeros professores por meio de contratos temporários.

O REDA é uma política pública? Conforme Teixeira (2002, p. 2) as políticas “são, [...] explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”. A forma desregulamentada de trabalho em vigor é desprovida de qualquer sistema de proteção social e segurança ao trabalho, portanto, afeta a toda sociedade, principalmente os docentes, que vêm sua profissão desaparecer²⁷ em contratos flexíveis.

A sociabilidade estabelecida pelo mercado econômico anunciou novos parâmetros de organização do trabalho docente, influenciadas pelas organizações internacionais que, ao proporem novas agendas à política educacional remodela o trabalho do professor, adequando-o aos novos processos de trabalho e às condições atuais de acumulação do capital, é nesse contexto, que se busca o fortalecimento dos espaços de enftretamento e resistência. O trabalho tem que atender as necessidades básicas do ser humano.

1.3 A JORNADA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Figura 01 Fluxograma da metodologia da pesquisa



FONTE: Dados produzidos pela autora, 2021.

²⁷ Sobre o desaparecimento da profissão de professor, leia: LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor Adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

A pesquisa ocupa um lugar importante na teoria, assim toda pesquisa é constituída por uma metodologia. Minayo (1994) afirma que a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem social. A pesquisa, portanto é uma jornada repleta de caminhos metodológicos que nos leva a aprender e a produzir novos conhecimentos sobre determinado assunto. Sob esse enfoque, Demo (1987, p. 23) diz que trata se de uma “atividade científica pela qual descobrimos a realidade”.

O estudo tem como base o método marxista e como categoria de análise central - o Trabalho. A investigação parte de um problema que pode ser tratado através de uma metodologia científica, possibilitando formular hipóteses e, até mesmo, amenizar o problema. É o que se espera com essa posposta de trabalho, fazer uma investigação sobre as condições do trabalho dos professores da educação básica da rede estadual de ensino na Bahia contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

A priori, o estudo tem a seguinte preposição: “Partindo da ideia de que os concursos na área de educação estadual na Bahia são raros, infere-se que a contratação a partir do REDA é uma saída neoliberal para suprir as demandas das escolas, explorando a força de trabalho dos professores”. Essa ideia contribuiu para o desenvolvimento de uma pesquisa documental-bibliográfica e também para construção da pesquisa de campo que revela as condições de precarização do trabalho docente pelo REDA.

A pesquisa apresenta as seguintes etapas: A primeira etapa consiste numa pesquisa bibliográfica-documental. A pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas, dentre elas temos a escolha do tema; o levantamento bibliográfico preliminar; a formulação do problema; a elaboração do plano provisório de assunto; a busca do material; o fichamento; a organização lógica do assunto e a redação do texto (GIL, 2002, p. 59-60).

Para Gil (2002, p. 87) “[...] a pesquisa documental muito se assemelha à pesquisa bibliográfica. Logo, as fases do desenvolvimento de ambas, em boa parte dos casos, são as mesmas”. A pesquisa documental, para Bogdan e Biklen (1994) é uma consulta que o pesquisador realiza em materiais já existentes, que foram produzidos pelo órgão oficial ou confeccionados por empresas especializadas a pedido do órgão oficial para divulgação de dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Então, o pesquisador, na pesquisa documental se apropria do material que está disponível em domínio público.

A pesquisa documental é importante para compreender a dinamicidade do território do trabalho²⁸, em suas diferentes formas de expressão na sociedade do/para o capital. A pesquisa documental nos oferece também duas fontes: As primárias e as secundárias. A fonte primária são as falas do sujeito da pesquisa, seus depoimentos e testemunhos. Já os principais documentos secundários analisados foram:

- O Edital do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)-SEC/SUDEPE²⁹ nº08/2019;
- O Edital do processo seletivo simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) para a função de professor da educação profissional, SEC/SUDEPE de nº 001/2019;
- O Edital do Processo Seletivo simplificado para contratação de pessoal nas funções de professor da educação básica, da educação básica no campo e professor indígena para à educação indígena por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)-SEC/SEDEPE nº005/2017;
- O Decreto estadual de nº 11.571 de 03 de junho de 2009, que estabelece procedimentos para contratação temporária de excepcional interesse público;
- O Decreto estadual de nº 8.112 de 21/01/2002, regula a matéria referente ao Regime Especial de Direito Administrativo disposta no referido Estatuto do Servidor, complementando, ou fechando, as normas básicas que regulamentam a matéria;
- A Lei estadual de nº 12.209 de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do estado da Bahia, e dá outras providências;
- A Lei de nº 6.677/94 que dispõe em seus artigos 252 a 255, sobre as normas básicas de hipóteses de enquadramento da figura contratual, prazo e estrutura;
- A Lei de nº 6403/1992 que implementou na Bahia o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

²⁸ A dinamicidade do território do trabalho se dá mediante as (re)configurações geográficas que ao territorializar nos revelam a desterritorialização e reterritorialização do trabalho pelo espaço territorial, ou seja, nos diversos lugares. Thomaz Júnior (2004, p. 16) diz que “o trabalho se especializa mais amplamente, redesenhando os territórios ou requalificando a todo tempo as dimensões locacionais das esferas de domínio e do poder de classe do capital sobre o trabalho”. As novas clivagens e cisões do mundo trabalho vão redesenhando o território revelando novos arranjos sociais e novas formas organizativas do trabalho, a exemplo, do REDA.

²⁹ SUDEPE sigla que significa Superintendência de Recursos Humanos da Educação. Disponível em: sudepe.atendimento@nova.educacao.ba.gov.br. Acesso em 27 jan. 2022.

Além desses documentos, utilizam-se das pesquisas bibliográfica, para a fundamentação das seguintes categorias:

Para a categoria “Políticas Públicas Educacionais”, os autores estudados foram: Arendt (2002), Ball (2014), Brand (2016), Boff (2015), Costa (2019), Cunha (2018), Charlot (2007), Chauí (1999), Freire (1996), Frigotto (1998), Nóvoa (1999), Pimenta (2006), Saviani (2005), Teixeira (2002), Gadotti (2003), Mainardes (2006) entre outros.

Já para a abordagem do “REDA”, os autores analisados são: Cadidé (2012), Girardi e Lima (2017), Lobo (2014), Melo (2021), Santos (2003), Silva Junior e Oliveira (2019), Souza e Costa (2020), Rodrigues e Vilas Boa Filho (2019) entre outros.

Enquanto, que para a análise da categoria do “Trabalho”, as obras apreciadas foram: Antunes (2020), Conceição (2019), Thomaz Júnior (2020), Kurs (2004), Marx (2002), Menezes (2007), Mészáros (2011), Osborne (2019), Standing (2011) entre outros.

Para a categoria “Precarização do Trabalho Docente”, me embasei em: Machado (2019), Standing (2011), Moura et al (2019), Santos (2003), Brito, Prado e Nunes (2017), Braga (2012), Assunção e Oliveira (2009), entre outros.

A investigação das condições do trabalho foi realizada na segunda etapa, numa pesquisa de campo, procurando os (as) professoras do REDA, da rede estadual para responder a um questionário *on-line*, divulgado nas redes e mídias sociais. Nessa etapa do trabalho, os participantes da pesquisa (os professores) são titulados pela literatura e pelos meios populares como: professores (as) contratados, professores (as) substitutos (as), professores (as) terceirizados (as), professores (as) subcontratados, novo (a) precariado, professores (as) temporários (as), servidor (a) temporário (a) público, profissional da educação, proletariado moderno ou trabalhador proletarizado. Esses termos são usados para se referir a classe trabalhadora dessa pesquisa.

A pesquisa é de campo, pois o pesquisador é o principal instrumento para desenvolvê-la, como foca Bogdan e Biklen (1994), nesse tipo de pesquisa objetiva mais o processo do que os resultados, por isso, a necessidade de explorar todo o processo de contratação pelo REDA. Segundo Bogdan e Biklen (1994) a pesquisa de campo é a forma pela qual o investigador utiliza para recolher os dados na pesquisa qualitativa, é o lugar que o investigador encontra com os participantes da pesquisa, objeto de seu estudo.

Essa etapa foi possível, devido ao registro da pesquisa na Plataforma Brasil, cadastrado junto ao Comitê de Ética da UNEB³⁰ que possibilitou a aplicação dos instrumentos da pesquisa (questionários *on-line*) aos participantes da pesquisa – os (as) professoras do REDA da educação básica no estado da Bahia, respeitando a integridade, o anonimato e dando a devida proteção aos envolvidos da pesquisa científica. Além disso, esse estudo recebeu financiamento da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento e a qualidade da pesquisa.

O instrumento para a coleta de dados foi um questionário *on-line*, feito no *Google formulários*, que pode ser conferido no anexo desse trabalho. Dessa forma, a ferramenta de coleta de dados escolhida é essencial para se alcançar os objetivos. Antes de ser divulgado nas redes sociais (*Whatsapp, Facebook, E-mails*), o questionário passou por uma testagem com cinco professores REDA da rede estadual³¹, entre os dias 25 e 26 de agosto de 2021. Durante essa fase foi necessário pequenas modificações no questionário, após as contribuições e aprovação dos voluntários. A aplicação do questionário oficial ocorreu entre os dias 05 de setembro a 05 de outubro de 2021.

Ressalta-se que os dados coletados foram usados apenas para elaboração dessa investigação e foram analisados apenas pela pesquisadora e pelo seu orientador, para fins científicos. Uma vez coletados os dados, os mesmos foram tabulados e analisados a luz dos referenciais teóricos, na qual encontra-se as categorias de codificação. Os códigos do método foram agrupados, para depois serem analisados, estabeleceu-se uma ligação entre os dados obtidos com já conhecidos na literatura teórica.

As categorias de codificação apareceram na medida em que os dados foram lidos. Assim, conhecemos as categorias específicas dessa pesquisa, que discutidas possibilitaram informações sobre o contexto social dos docentes contratados pelo REDA. Essa etapa da pesquisa centrou-se no formato quantitativo de coleta de dados e na tabulação apresentada na última seção desse trabalho, a partir de gráficos e tabelas para facilitar o entendimento do leitor.

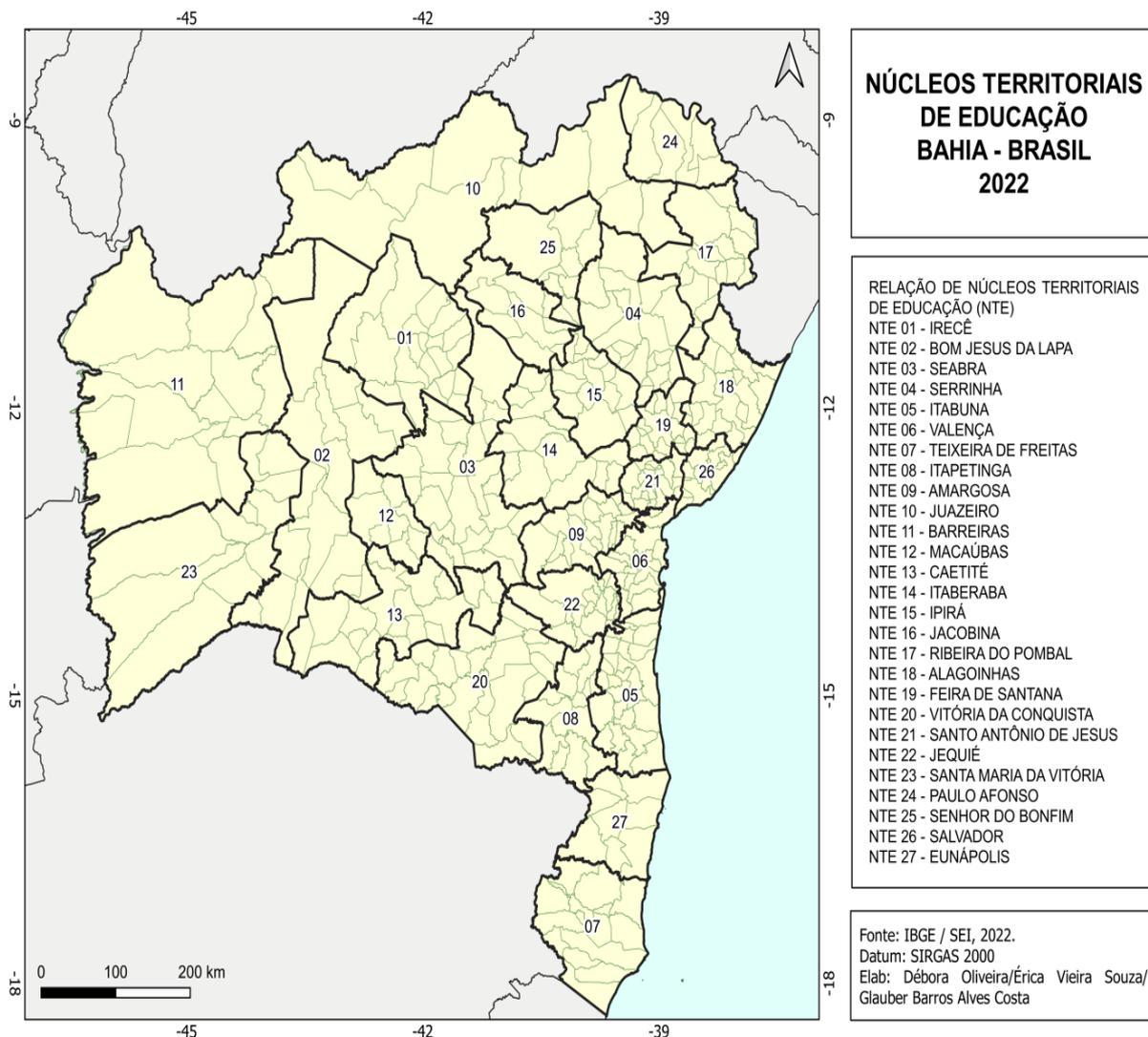
Dessa maneira, essa investigação enquadra-se como sendo uma pesquisa quali-quantitativa, pois combinam as abordagens, não fazendo nenhum sentido desprezar o lado quantitativo, uma vez que “[...] só tem a ganhar a avaliação qualitativa que souber se cercar

³⁰ Proposta de trabalho embasada num Projeto de Pesquisa submetido ao Conselho de Ética da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a aprovação do CAAE de nº 42178421.4.0000.0057.

³¹ Como existem professores REDA também na rede municipal, esse estudo focou apenas no público-alvo: Os professores REDA da rede estadual no estado da Bahia.

inteligentemente da base empírica, mesmo porque qualidade não é contradição lógica da quantidade, mas a fase contrária da mesma moeda (DEMO, 2002, p. 35)”.

Mapa 01: Distribuição dos Núcleos Territorial de Educação (NTE) do Estado da Bahia



Os professores que são contratados pelo REDA estão distribuídos em um dos Núcleos Territorial de Educação (NTE). Conforme nos apresenta o mapa 01, o estado da Bahia possui um extenso território, e nesse vasto espaço que existem áreas desprovidas de professores (as), sendo esse um dos motivos para o Estado justifique o oferecimento do REDA para contratação de docentes para atuação na educação básica.

1.4 O PRODUTO EDUCACIONAL

Antes de apresentar o produto educacional (PE) dessa pesquisa do mestrado profissional, é importante saber o que é um Produto educacional?

PE é um processo ou produto educativo e aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, e, formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aula, um equipamento, uma exposição, entre outros (BRASIL, 2019, p. 15).

O produto educacional pode ser aplicado em outros espaços além do ensino, podendo ainda ser um artefato ou protótipo. Para Rizzatti *et al.* (2020), o produto educacional é o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma pesquisa, que deve ser elaborado com intuito de responder a uma pergunta ou problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo.

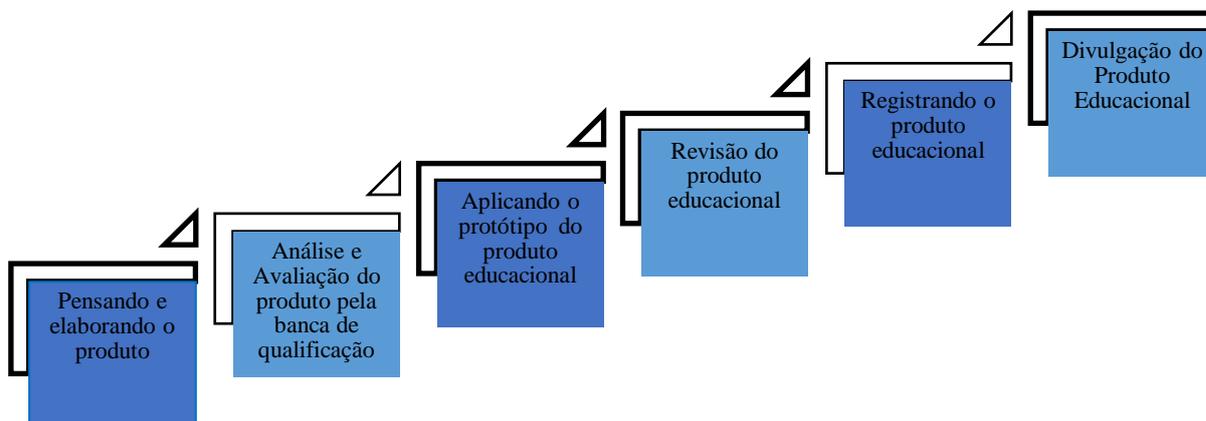
Para Farias e Mendonça (2019) o produto educacional deve ser elaborado com intuito de responder um problema. Nesse sentido, acredita-se na hipótese de que os professores REDA necessitam de informações sobre seus direitos trabalhistas e esclarecimentos sobre seu regime de trabalho, uma vez que, os editais e o contrato de trabalho do REDA não apresentam inúmeras informações relevantes ao regime de trabalho desses profissionais da educação.

O produto educacional construído trata-se de um livro eletrônico contendo de forma didática os principais direitos trabalhistas dos professores contratados pelo REDA. Esse material tem por objetivo informar e esclarecer os trabalhadores subcontratados pelo REDA, que devem gozar de seus direitos do trabalho.

A construção desse produto educacional justifica-se pela sua intervenção social, pois tem a finalidade de ser um material de orientação para esses profissionais contratados no sistema educacional. Além disso, esse produto servirá como instrumento de luta e resistência contra esse sistema que oprime e nega a força de trabalho dos professores.

Uma vez, de posse do conhecimento de seus direitos legais, os professores podem cobrar para que sejam cumpridos e levantar novas reflexões que contribuam para mais melhorias para sua classe profissional. Então, para construção desse produto foram realizadas as seguintes etapas, expressa no fluxograma da figura 02:

Figura 02: Fluxograma da construção do produto educacional



FONTE: Dados produzidos pela autora, 2021.

O primeiro passo consistiu em pensar num problema que envolvesse os (as) professores (as) REDA e na solução. No caso em questão, percebe-se ao analisar os editais do processo seletivo, que algumas informações referentes aos direitos do trabalhador não são abordados, o que contribui para que, eles desconheçam seus direitos de trabalho, é daí que surge a ideia de construir um livro que ofereça de forma breve informações, auxiliando o profissional da educação a ter consciência dos seus direitos do trabalho.

No segundo passo foi feita a primeira análise do produto a partir da avaliação da banca de qualificação, que posteriormente revisaria o produto durante a banca de defesa.

O terceiro passo foi à aplicação e a testagem do protótipo. Realizada com seis professores REDA voluntários, que receberam o produto e também um formulário, avaliaram e contribuíram com sugestões para melhorar e finalizar o produto educacional, as respostas dadas estão no anexo dessa dissertação.

No quarto passo realizou-se o registo do livro no sistema de biblioteca da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e na Câmara Nacional do Livro para obtenção do ISBN. Sendo que no quinto passo será realizada uma revisão minuciosa do produto educacional.

O sexto passo à divulgação oficial do produto educacional, primeiramente exposto durante o II evento do PPGELS realizado no mês de março de 2022 e posteriormente

disponibilizado no site do Programa de Pós Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB/ Campus VI para o acesso livre do público.

O produto educacional apresenta os seguintes assuntos: Atividades Complementares; Aula Extra; Averbação de Tempo de Serviço; Certidão de Tempo de Serviço; Concessões Renumeradas; Décimo Terceiro Salário; Licença Maternidade; Licença Paternidade; Licença para Tratamento de Saúde; Licença por Acidente em Serviço; Locais de Informação e Esclarecimento; Participação em Sindicatos, Associações e Manifestações Docentes; PIS/PASEP (RAIS); Planserv; Requerimento de Direitos e Vantagens (RDV); Salário Base; Terço de Férias.

Tais informações são importantes, pois os (as) professores (as) que trabalham no REDA precisam saber e conhecer seus direitos trabalhistas, pois enquanto categorias de profissionais da educação estão extremamente sujeitos a precarização da profissão. Essa pesquisa apresenta o benefício de ampliação dos debates que envolvem o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) como política pública educacional, através da construção de artigos e outros trabalhos acadêmicos.

1.5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa está organizada em cinco seções: A primeira seção apresenta essa introdução que expõe a temática geral, a justificativa, os objetivos, a metodologia, o produto educacional e uma prévia das seções que serão discutidas ao longo do estudo.

A segunda seção tem o título de “O Regime Especial de Direito Administrativo (REDA): Como política pública educacional”. Nessa parte, apresenta-se e referencia o REDA como política pública educacional. Fala-se da implantação do REDA na Bahia e do seu uso exagerado na educação. O texto culmina com as condições de precariedade do trabalho docente decorrente dos contratos de trabalho temporário pelo REDA.

A terceira seção está titulada “O mundo do trabalho”, apresenta a origem do capitalismo e seu desenvolvimento, bem como expõe sua crise estrutural. Fala-se das bases econômicas do mundo do trabalho dando destaque para o neoliberalismo global que vem contribuindo para a precarização do trabalho docente na contemporaneidade.

A quarta seção é denominada: “A precarização subjetiva do trabalho docente”, mostra os resultados da pesquisa de campo, utiliza-se dos gráficos e tabelas para expor as categorias específicas encontradas na investigação.

Na quinta e última seção temos as considerações que ressaltam a importância social, econômica e científica. Social pela envergadura da pesquisa, ao lançar um olhar para uma classe trabalhadora pouco pesquisada e anulada em relação aos seus direitos de trabalho. Econômica, pois averiguou as condições de trabalho dessa classe trabalhadora e conseqüentemente revelou os impactos que os baixos salários causam na vida de professores e professoras. Científica, pois a pesquisa trouxe um contributo relevante para a área das ciências humanas ao revelar as condições de vida e trabalho dos docentes terceirizados da educação básica.

Em relação às políticas públicas, o texto traz entre os resultados que o REDA é uma política pública educacional aplicada no estado da Bahia resultado de um processo histórico social, que vem se configurando na precarização do mundo do trabalho. Nesse sentido, esse estudo serve de base para outras reflexões sobre a temática, uma vez que o REDA é um campo de estudo na área educacional, principalmente quando se fala da formação de professores.

2 O REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO (REDA) COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO LEGAL BRASILEIRO

A política é vista pela filosofia como uma invenção humana para organizar a sociedade, seria a forma normativa, uma vez que envolve a teorização sobre a política. Os filósofos gregos são extremamente relevantes para o pensamento político ocidental, pois não se limitaram apenas a etimologia da palavra política, que se origina do grego *pólis* (que significa cidade), mas também pelos mitos e seus grandes legisladores, como Platão e Aristóteles.

Arendt (2002, p. 7) compreende a política na pluralidade dos homens (e mulheres), ou seja, a política trata da convivência entre os diferentes. O conceito de política é tão antigo quanto modernamente necessário, pois o sentido da política é a liberdade. Liberdade do ser humano em encontrar a si mesmo na coletividade, onde o pluralismo pode gerar a liberdade e igualdade política entre as pessoas.

O conceito de política adotado nesse estudo refere-se ao posicionamento de mundo e não o de política partidária, pois o que se quer demonstrar é que a humanidade tem uma natureza comum que perpassa as ideologias partidárias. É imerso nessa política que o (a) professor (a) tem um papel político importante na sociedade – o de socializar a humanidade através do conhecimento. Mas, para entender esse papel político, é preciso compreender o que é ser professor (a)?

Ser professor (a) nos possibilita ter a certeza de que temos a possibilidade de mudar a vida de alguém, que podemos fazer parte da história do (a) sujeito. Na profissão docente, existe a possibilidade de estar em contato com diversas realidades, o que contribui para que o docente possa fazer a diferença na sociedade, sendo protagonista do ensino-aprendizagem. Paulo Freire (1996) em seu livro “Pedagogia da Autonomia” dizia que “ninguém nasce professor, mas se torna professor”, nele também disse que “Não há docência sem discência”.

A educação é um ato político por ser um instrumento direto de intervenção social. O docente é esse agente de transformação, que além de saber ensinar, deve saber viver e conviver com o próximo, respeitando suas diferenças. Serrão (2006, p. 157) fala que “[...] o valor produzido pelo professor tem uma grandeza maior do que o valor da força de trabalho, pago na forma de salário”.

Desse modo, apesar do professor (a) vender sua força de trabalho, de ser um trabalhador assalariado, esse valor produzido pelo professor é de suma importância para a

sociedade. Para Lima e Gomes (2006, p. 165) “o trabalho do professor é cada vez mais necessário para o estabelecimento de articulações que busquem condições mais justas, em que o homem tenha a compreensão dos seus direitos e a fruição de direitos já conquistados”.

Freire (1996) também argumenta que é importante, enquanto, educadores (as) ter respeito pela condição dos outros seres. É preciso olhar para os seres humanos em toda a sua inteireza, resgatar o sentido da *omnilateralidade*³². “É na ação refletida e na redimensão de sua prática que o professor pode ser agente de mudanças na escola e na sociedade (LIMA; GOMES, 2006, p. 169)”.

O professor tem essa capacidade de levantar problemas e questionar a realidade, pois é um “intelectual e fundamentalmente, cidadão (ã) em processo contínuo de formação, capaz de articular a teoria e prática (LIMA; GOMES, 2006, p. 181)”. O (a) professor (a) é um sujeito que tem a formação para ensinar. Para compreender as condições de trabalho desses professores (as) terceirizados (as), embasa-se teoricamente na categoria do trabalho e busca-se compreender o REDA como política pública educacional, implantado na educação baiana.

Para ser professor (a) é preciso ter uma formação que lhe permita ter certas qualidades, dentre elas: Segurança, competência profissional, generosidade, comprometimento, autonomia, curiosidade, humildade, bom senso, tolerância, consciência, apreensão pela realidade, assim como é preciso ser crítico e reflexivo, compreender que a educação é uma arma, uma forma de intervenção no mundo, por isso exige saber escutar e tomar decisões. Reconhecer que a educação é ideológica e acima de tudo querer bem ao educando (FREIRE, 1996³³).

A descentralização administrativa, financeira e pedagógica favoreceu a flexibilidade e a autonomia, porém também veio acompanhada pelo aumento de atividades e responsabilidades para os docentes (GADOTTI, 2003³⁴). Ainda para Gadotti (2003, p. 68): “Todo professor é, por função educador”. Ser Professor (a) é uma profissão que tem por objetivo ensinar e aprender, portanto, faz parte das políticas refletir seu papel e função. Assim, ser professor (a) é ser um funcionário (a) de uma instituição, seja ela privada ou pública.

³² A formação *omnilateral* vai compreender a formação completa do indivíduo, “em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação (MANACORDA, 2007, 87)”.

³³ Essas qualidades estão no livro *Pedagogia da autonomia* de Paulo Freire.

³⁴ GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-aprender com sentido. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2003.

Já o conceito Público vem de uma expressão latina que significa "coisa do povo" ou "coisa pública", normalmente se refere a uma coisa que não é considerada propriedade privada, mas na qual é, em vez disso, mantida em conjunto por muitas pessoas. Para Freitas (2018, p. 54): “Público é um bem-comum gerido democraticamente, é uma “instituição” social”. Na democracia “[...] todos são chamados a ser povo: deixar de haver dominados e dominadores, elites e massas, mas cidadãos-atores de uma sociedade na qual todos podem participar (BOFF, 2015, n. p)”. O povo emerge enquanto tem consciência e tem projeto próprio para a nação.

Cunha (2018) expõe a necessidade do fortalecimento do poder popular, “Pois a existência do povo sustenta a existência da classe dominante, o que a torna também parte forte deste sistema (p. 118)”. Acrescenta, dizendo quer para que exista uma transformação radical da sociedade é necessária à resistência, a conscientização e a organização do povo. Nas lutas de classes, há sempre um povo oprimido que busca lutar contra sua condição de opressão na hegemonia, pois o capitalismo faz tudo parecer tão obvio que naturaliza as relações de opressão e dominação, nesse sentido, o povo é o sujeito revolucionário, protagonista de um projeto de libertação.

A palavra educação etimologicamente vem das palavras do latim *educere*³⁵ e educativo. Segundo Costa e Neves (2012) o termo *educatio* relaciona com a ação de instrução, formação e transmissão de conhecimentos, já o termo *educere* refere-se a educar que significa extrair, desabrochar e desenvolver algo no indivíduo, logo tem o sentido de ser um processo que faz do ser humano um ser permanentemente atualizado em suas potencialidades, e para isso coloca-se em permanente processo de formação. De acordo com Ball (2014):

A educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social (p. 43).

A educação é a representação da sociedade. Conforme Dutra Júnior (2021, p. 8) “O quadro da educação em uma sociedade não escapa às suas formas reprodutivas materiais e às disputas por hegemonia no âmbito da luta de classes”. A educação escolar vem reforçando a divisão social do trabalho, entre as diversas classes sociais³⁶. Para Iasi (2011, p. 120): “[...] a

³⁵ Significa extrair, tirar, desenvolver. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 19 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁶ Para Iasi (2011, p. 101-102): “Partindo da formação de Marx, que teria definido as classes da sociedade capitalista como sendo três (capitalistas, assalariados e proprietários de terra)”. Então, “[...] as classes sociais são

classe também se define por sua ação ou mais precisamente, que essa ação forma a classe numa perspectiva ou em outra”.

Aqui no Brasil, as políticas públicas promovidas ao longo dos anos, defendem a ideia da educação voltada para a continuação e renovação da vida social, embasando-se no capítulo 3 da Constituição Federal (CF) de 1988 referentes à educação, da cultura e do desporto, na primeira seção em seu artigo 205, encontra-se que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p. 123).

Esse artigo elucida o nascimento das políticas públicas educacionais no país. A educação como direito e dever de todos, deve primar pela formação integral do sujeito, visando o exercício da cidadania e seu preparo para o mundo do trabalho. Relacionado à educação temos o ensino, diferente da educação o ensino no artigo 206 deverá ser ministrado com base nos princípios da:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – garantia de padrão de qualidade;
- VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 2016, p. 123).

Entre os princípios citados, incumbe destacar o inciso V que fala sobre a valorização dos profissionais da educação, segundo esse inciso os professores tem o direito de ter o plano de carreira, além disso, no inciso VIII ressalta-se a importância do pagamento do piso salarial nacional para todos os docentes. Mas, foi através da CF/1988 no artigo 37, inciso IX que abriu brecha para a contratação por tempo determinado de pessoal, desde que seja para atender necessidade de excepcional interesse público. A contratação de servidores públicos para atender à necessidade de excepcional interesse público configura-se como contrato administrativo direto ou indireto do Estado.

compostas por indivíduos e que, portanto, eles também, como indivíduos singulares, são sujeitos da história [...] Há, pois, uma articulação entre sujeito coletivo e sujeito individual no interior do processo histórico, sendo o primeiro o momento predominante (TONET, 2013, p. 16)”.

Apreendido os três conceitos “Política, Público e Educação”, pode-se agora discorrer sobre a Política Pública Educacional. Brand (2016) diz que as políticas públicas são reflexos das relações sociais, são ações ou práticas que são aceitas ativa ou passivamente, que podem estabelecer uma relação de poder e dominação. É o Estado o responsável por consolidar essas relações sociais dominantes, mas também tem a tarefa de contribuir para construção de novos arranjos, pois sua função é formular políticas coletivas. Dessa forma, as políticas públicas não são:

[...] um “instrumento” do Estado, e sim um equilíbrio instável, resultado de disputas entre diferentes autores políticos e sociais, que respondem sempre a um determinado momento conjuntural. Muitos fatores influem para que as políticas sejam efetivamente capazes de solucionar os problemas que se propõe a enfrentar (BRAND, 2016, p. 129).

O Estado não é um autor neutro, e sim o responsável por assegurar a relações sociais dominantes. Dessa forma, a escola é um aparelho ideológico de Estado, pois educa por métodos de exclusões, de seleções etc., sendo “[...] o Estado da classe dominante, não é nem pública nem privado, é pelo contrário a condição de toda a distinção entre público e privado (ALTHUSSER, 1980, p. 45-46)”. Por essa razão as políticas públicas devem ser concebidas a partir das formas sociais, Karl Marx (2002) dizia que se deve focar nas mudanças das formas sociais³⁷, incluindo o valor, a concorrência e o próprio dinheiro.

As políticas públicas fazem parte desse processo que formula e programa projetos de Estado (como o neoliberalismo), que permeia os diferentes aparelhos do Estado com suas próprias lógicas e tarefas (BRAND, 2016). Mas, não se podem discutir políticas públicas sem compreender as leis que as determinam e norteiam. Conforme, Teixeira (2002):

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social (p. 3).

As políticas educacionais são historicamente deliberações construídas pelo Estado para atender as demandas sociais e representa a correlação de forças de diferentes grupos em disputa pela agenda pública. Dessa maneira, as políticas nem sempre atendem aos verdadeiros anseios da população, servindo apenas como manobra de interesses, pois manipula o povo ao

³⁷ A ideia de formação social vem de Marx, porém essa categoria de análise social não foi adequadamente explorada pelos que estudam o espaço humano. Ao não tomarem o espaço em consideração, “[...] não há e jamais houve Formação Social independentemente do espaço. A sociedade não se pode tornar objetiva sem as formas geográficas (p. 244)”.

limitar seus direitos. Além disso, as pressões e mobilizações impostas às classes marginalizadas da sociedade se intensificaram muito durante o período da ditadura militar.

As políticas educacionais são resoluções ou normativas implantadas pelo poder público para melhorar a educação no país, para Saviani (2008, p. 7): “A política educacional diz respeito às decisões que o Poder Público, isto é, o Estado, toma em relação à educação.” Assim, as políticas educacionais são programas de governo visando à ampliação do acesso à educação para todos os cidadãos.

Teixeira (2002, p. 2) reafirma esse pensamento ao dizer que as “políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado”. As pesquisas educacionais se justificam uma vez que no Brasil as discussões analíticas sobre esse tema ainda são poucas, além disso, os estudiosos que lidam com a questão, necessitam articular os processos macros e micros na análise das políticas educacionais.

As ideias de Mainardes (2006) em relação às de Teixeira (2002) são contrárias, pois as critica colocando-se contra a ideia de que as políticas são implantadas, antes elas são pensadas, para depois serem escritas, geralmente, são escritas com relação às melhores escolas. Contudo, as políticas também podem ser mudadas ou o pensamento sobre elas, pois o discurso sobre elas podem ser mudado pela ação política. Há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político.

Os autores indicam que o foco da análise de política deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática. Isso envolve identificar processos de resistência, acomodações, subterfúgios e conformismo dentro e entre as arenas da prática, e o delineamento de conflitos e disparidades entre os discursos nessas arenas (MAINARDES, 2006, p. 50).

Identificar os processos de resistência, acomodação, subterfúgios e conformismo no ciclo das políticas permite o delineamento dos conflitos e discursos em entorno das políticas educacionais. Mainardes (2006) apresenta a teoria de Ball e Bowe que definem o processo político como ciclo³⁸ contínuo, dinâmico e flexível, em consonância com esse modelo, apresenta-se a seguir um possível ciclo político para o REDA.

³⁸ O ciclo de Ball e Bowe é composto pelas cinco facetas: Contexto de influência, Contexto da produção de texto, Contexto da prática, Contexto dos resultados ou efeitos e Contexto da estratégia política (MAINARDES, 2006).

Figura 03: Fluxograma do Ciclo Político do REDA



Fonte: Dados produzidos pela autora, 2021.

Perante esse ciclo político, de intensa precarização do trabalho docente, repensar esse regime administrativo visando melhorias para categoria dos (as) professores (as) terceirizados é importante e necessário. Mesmo existindo inúmeras leis, diretrizes, decretos, normativas e resoluções que orientam a educação nacional, e sabendo que cada estado da federação tem suas deliberações, apresenta-se a seguir algumas ações educacionais desenvolvidas no estado da Bahia pós-homologação da Constituição Federal de 1988 que antecederam e contribuem para o uso exagerado do REDA pela SEC/BA. O REDA é uma política educacional, que requer atenção da sociedade.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA CONJUNTURA BAIANA

No estado da Bahia as políticas educacionais ganham força no governo de Nilo Coelho (1989-1991), pós-promulgação da Constituição de 1988, documento marco legal da educação no Brasil. É por volta dos anos de 1990³⁹ seguindo o modelo desenhado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e pelas instituições financeiras internacionais que vai dá início há um grande Programa de Modernização e Reforma do Estado, na qual enfatizava a concepção de “Administração Pública Gerencial”, voltada para contenção de gastos públicos, incluindo a descentralização (que corresponde à privatização, a terceirização, a publicização) no estado.

No setor da educação, as principais medidas adotadas foram: a municipalização do ensino, com a transferência das funções administrativas do ensino fundamental do âmbito do

³⁶ OLIVEIRA, Maria Neuza de. **A Gestão Descentralizada da Educação no Estado da Bahia: A Proposta de Municipalização do Ensino Fundamental.** Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/gestao-descentralizada-da-educacao-no-estado-da-bahia-proposta-de-municipalizacao-do>. Acesso em 14 jun. 2020.

estado para os municípios, esse foi o eixo central das políticas educacionais do estado da Bahia na década de 90 sob o governo de Antônio Carlos Magalhães (1991-1994) que exercia seu terceiro mandato.

Com as medidas de descentralização transferiu a função do setor público para setor privado⁴⁰ com bases em parcerias e convênios (ONGs, organizações sociais, os conselhos entre outros órgãos) as quais enfatizava os mecanismos de privatização e terceirização de diversos setores estatais.

O Regime Especial de Direito Administrativo, mais conhecido como REDA, foi criado em 1992, pelo governador Antônio Carlos Magalhães (1927-2007). Em seu artigo 34 da Lei 6.403 de 20 de maio de 1992 ficou instituído que o regime especial de contratação de pessoal por tempo determinado era para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado. Em apenas 6 (seis) artigos dessa lei o REDA foi definido (GIRARDI; LIMA, 2017, p. 593).

O REDA é uma política pública organizada em ciclo, implantado na década de 90, época da gestão do governador Antônio Carlos Magalhães, popularmente chamado de ACM. Nesse período, de criação do REDA, o provimento de professores (as) era por indicação, não havia seleção, os cargos eram de indicação direta do governo. Tendo como função atender a necessidade temporária de excepcional interesse público pela lei de nº 6.403/1992.

Mas, foi somente em 31 de julho de 1992, que o então governador Antônio Carlos Magalhães emitiu o Decreto de nº 14.012⁴¹ regulamentando a contratação de pessoal, em regime especial, por tempo determinado, previsto no Capítulo IV da Lei nº 6.403, de 20 de maio de 1992. Por esse decreto “só seriam permitidas contratações de pessoal em regime especial por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (Art.2)”. Nessa perspectiva levanta-se o seguinte questionamento: Podem existir necessidades temporárias na educação? Não pode, ao contrário, pode haver inúmeras demandas no setor da educação, mas a falta de professores (as) não pode nunca ser considerada algo temporário.

Já no art.5º do decreto de nº 14.012, as contratações não poderiam ultrapassar o prazo de seis meses, “[...] admitida apenas uma prorrogação por igual período, salvo nas hipóteses dos incisos II e IV do art. 3º, cujo prazo máximo de contratação será de 12 (doze) meses prorrogável até igual prazo”. Esse decreto vedava que a administração pública contratasse se em seus quadros de servidores tivesse pessoal que poderia ser remanejado para este fim.

⁴⁰ “é uma propriedade de alguém, uma “organização” administrativa privadamente - tanto do ponto de vista do locus de poder quanto dos métodos (FREITAS, 2018, p. 55)”.

⁴¹ O artigo 3º desse decreto inciso IV prevê a “substituição de professor ou admissão de professor visitante, inclusive estrangeiro”.

A ação mais programática para a educação no estado são as referentes ao período de 1996 a 2002, que corresponde à gestão dos governadores Paulo Souto (1995-1998) e César Borges (1999-2002), durante suas gestões foram criados os planos plurianuais (PPA-2000 a 2003), relatórios, programas, projetos educacionais e medidas legais que regulamentam o processo de municipalização pelo estado.

Pelo estatuto do magistério público do ensino fundamental e médio do estado da Bahia, Lei de nº 8.261 de 29 de maio de 2002 em seu artigo 2º inciso III estabelece o “reconhecimento do valor do profissional de educação, asseguradas as condições dignas de trabalho e compatíveis com sua tarefa de educador”. Os professores têm por direito ter condições dignas para trabalhar, pois essa é uma necessidade básica para o exercício da profissão docente, seja efetivo ou em cargo por comissão⁴².

Em seu segundo mandato o Governador Paulo Souto (2003-2007) através do decreto nº 8.877 de 19 de janeiro de 2004 aprovaria o regimento da Secretaria da Educação⁴³, órgão responsável pela contratação e acompanhamento da demanda de pessoal para trabalhar na educação do estado através de concursos ou contratos temporários.

Os professores no REDA são contratados com base no decreto nº 11.571, de 03 de junho de 2009 durante o governo de Jaques Wagner (2007-2011 e 2011-2015) e perpetuou como política pública educacional do atual Governador Rui Costa (2015-2019 e 2019-2022), juntos esses governos petistas proporcionaram uma verdadeira transformação no setor da educação, com a criação de novos estabelecimentos de ensino exigindo contratação de mais professores. Esses professores passam por uma seleção pública e estabelecem com o estado um contrato temporário. Podemos inferir que esse decreto contribuiu para o aumento da subcontratação de professores no estado (SOUZA; COSTA, 2020, p. 400).

O governador Jaques Wagner (2007-2011 e 2011-2015) e o atual Governador Rui Costa (2015-2019 e 2019-2022) ambos com dois mandatos, são responsáveis pela ampliação do REDA na educação, pois proporcionaram uma verdadeira transformação no setor da educação, com ações significativas para o ensino básico e para o ensino superior.

Dentre as obrigações públicas tem-se a criação de novos estabelecimentos de ensino e a realização de um concurso público para cargo de professores em 2018. Diferente da época de sua criação, durante os governos do PT no estado, o REDA passa a ser por seleção e não por indicação. Em relação ações ruins temos o fechamento de antigos centros educacionais, a flexibilizando da malha pública, a terceirização dos serviços públicos, além da privatização de

⁴² BAHIA. **Lei de nº 8. 261 de 29 de maio de 2002.** Disponível em: http://www.saeb.ba.gov.br/uploads/lei_est_8_261_29-05-02_estatuto_magisterio.pdf. Acesso em 20 ago. 2020.

⁴³ BAHIA. **Decreto de nº 8. 877 de 19 de janeiro de 2004.** Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/76917/decreto-8877-04>. Acesso em 22 jul. 2020.

inúmeros edifícios públicos, adotando inúmeras medidas características da gestão empresarial neoliberal.

Figura 04: Quadro de Pessoal do Estado em 2022.

Poder / Órgão / Entidade	Estatutário		Celetista (C)	Cargo em Comissão		Total (A+B+C+D)	REDA	Previsão de Novas Admissões ¹		
	Ativo (A)	Inativo (B)		Com vínculo ²	Sem vínculo (D)			Concurso realizado	Concurso a realizar	REDA
PODER EXECUTIVO	91.220	111.595	6.448	7.243	10.244	219.507	25.386	53	6.398	10.270
Administração Direta	82.360	110.074	0	5.482	7.089	199.523	23.334	0	4.820	8.639
Casa Civil - CASA CIVIL	25	108	0	6	189	322	11	0	0	0
Casa Militar do Governador - CMG	327	18	0	38	24	369	0	0	0	0
Gabinete do Governador - GABGOV	12	0	0	8	106	118	0	0	0	0
Gabinete do Vice-Governador - GABVICE	9	0	0	1	15	24	0	0	0	0
Procuradoria Geral do Estado - PGE	340	118	0	50	109	567	68	0	30	0
Secretaria da Administração - SAEB	408	2.738	0	53	594	3.740	941	0	142	83
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI	91	1.277	0	7	108	1.476	0	0	0	0
Secretaria da Educação - SEC	26.041	61.348	0	2.436	1.233	88.622	21.336	0	2.000	7.383
Secretaria da Fazenda - SEFAZ	1.672	1.633	0	157	203	3.508	11	0	49	145
Secretaria da Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS	135	1.211	0	14	300	1.646	23	0	0	0
Secretaria da Saúde - SESAB	13.414	17.204	0	182	1.189	31.807	500	0	0	866
Secretaria da Segurança Pública - SSP	37.583	21.395	0	2.341	952	59.930	83	0	2.390	0
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização - SEAP	1.578	344	0	108	416	2.338	0	0	170	0
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI	14	29	0	4	114	157	0	0	0	0
Secretaria de Comunicação Social - SECOM	16	18	0	0	116	150	0	0	0	0
Secretaria de Cultura - SECULT	24	702	0	2	151	877	48	0	0	28
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE	94	579	0	4	169	842	12	0	0	12
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR	54	55	0	8	21	130	29	0	27	55

Fonte: Diário Oficial, 2022⁴⁴.

Conforme a figura 04 a Secretaria da Educação (SEC/BA) conta atualmente com vinte e um mil, trezentos e trinta e seis (21.336) pessoas trabalhando pelo REDA. Realmente há um enorme aumento do REDA no governo de Ruy Costa (2015-2022), com poucos concursos públicos para provimento de cargas do quadro efetivo de pessoal para a Secretaria de Educação (SEC/BA). Durante a pandemia da Covid-19, houve a ampliação dos processos seletivos via REDA para seis anos.

A educação é redesenhada pelas demandas do mercado neoliberal global, e é nesse cenário político que vem crescendo, substancialmente, o número de contratações de professores para trabalharem pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), seja para suprir as demandas das escolas estaduais ou simplesmente compor o quadro de enxugamento dos gastos público com mais servidores.

⁴⁴ BAHIA: **Diário Oficial**. Quadro de Pessoal do Estado publicado em 25/01/2022. Disponível em: <https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/13515#/p:123/e:13515>. Acesso em 27 jan. 2022.

Os professores vivenciam a precarização de sua profissão através da flexibilidade e terceirização do seu trabalho em processos seletivos simplificado de contratação de pessoal em regime temporário, como o REDA. É partindo dessa lógica que se desenvolve essa pesquisa, objetivando compreender o REDA como principal meio de contrato de trabalho temporário de professores na rede estadual de ensino na Bahia.

Na Bahia é muito comum a utilização do processo simplificado para fazer seleções. O problema é que esse tipo de seleção era para ser exceção, mas na prática tem-se tornado rotina. Poucos são concursos públicos. O caráter de necessidade de serviço temporário e excepcional já deixou ser, há muito tempo, exceção (GIRARDI; LIMA, 2017, p. 602).

Além disso, com o governo de Rui Costa, do PT, desde 2007 que a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC)⁴⁵ vem usando de inúmeros contratos REDA para atender às demandas das unidades de ensino. Pode-se ratificar que o REDA é uma política pública educacional de estado, pois se enquadra na definição de Teixeira (2002, p. 2) quando diz que as políticas “são, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”.

O REDA proporciona alguns benefícios⁴⁶ para o Estado: Como economia para os cofres públicos, pois os gastos com os subcontratados são bem menores do que com os servidores efetivos. Além disso, é uma maneira de contratar professores para locais de difícil acesso, pois muitos educadores são ajustados para ocupar vagas em áreas de difícil acesso como as zonas rurais, as cidades pequenas ou para os bairros periféricos, que não dispõem de infinitudes de recursos e serviços. Por fim, é um emprego temporário para os docentes que estão fora do mercado de trabalho, proporcionando experiência profissional (SOUZA; COSTA, 2021).

O REDA é uma fonte de renda que oportuniza emprego para muitos docentes. Boa parte dos professores que trabalham ou trabalharam por esse regime, foi devido ao congelamento do teto dos gastos públicos, que ao não encontrarem concursos públicos, se deparam aos editais temporários (SOUZA; COSTA, 2021).

⁴⁵ SILVA JUNIOR, Jorge Adriano da; OLIVEIRA, Isabela Fadul de. A contratação em regime especial de direito administrativo (REDA) e seu impacto nas condições de trabalho docente: o caso dos professores do estado da Bahia. *In: Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 6, n. 1, jan./abr. 2019.

⁴⁶ Sobre os benefícios que o REDA pode proporcionar leia: SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber B. A. O Regime Especial de Direito Administrativo (REDA): da qualidade à precarização do trabalho docente. *In: Revista Trabalho, Política e Sociedade - RTPS*, vol. 6, n. 11, p. 661-674. jul. - dez./2021.

Nos espaços escolares os professores terceirizados têm contato com diversos sujeitos (alunos, diretores, outros professores, secretarias, pessoal da limpeza, vigilante, porteiro, merendeira, pais ou responsáveis de estudante), de uma forma ou de outra, o tempo de dois, três, quarto, ou seis anos ou mais trabalhados pelo REDA numa instituição de ensino, proporciona a criação de laços afetivos com os sujeitos da escola.

Além dos processos afetivos, os professores iniciantes no REDA, tem a oportunidade da formação pela prática, o REDA é uma possibilidade de formação a partir dos saberes da prática, além do saber de imersão (COSTA, 2019) ao imergir na escola o professor que está pela primeira vez tendo contato com a escola acaba que se formando e autoformando a partir dos contatos com os colegas, profissionais da educação em geral e da imersão no espaço escolar. Para Dayrell (1996):

[...] o processo educativo escolar recoloca a cada instante a reprodução do velho e a possibilidade da construção do novo, e nenhum dos lados pode antecipar uma vitória completa e definitiva. Esta abordagem permite ampliar a análise educacional, na medida em que busca apreender os processos reais, cotidianos, que ocorrem no interior da escola, ao mesmo tempo que resgata o papel ativo dos sujeitos, na vida social e escolar (p. 2).

A educação deve ser compreendida para além dos muros escolares e vai se ancorar nas relações sociais, pois a escola é um espaço coletivo, desde o pátio às salas de aula materializam a convivência das pessoas. A partir do REDA o professor também constrói saberes (SOUZA; COSTA, 2021), os resultados dos órgãos oficiais a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relevam a melhoria do ensino nas escolas que dispõem de seu quadro de professores completo. É através dos professores REDA que o ensino-aprendizagem vem sendo realizado em muitas escolas do estado.

O professor precisa pensar e criar novas estratégias de ensino e aprendizagem; novas formas de avaliar frente às exigências das avaliações sistêmicas; adequar-se aos tempos pedagógicos da escola e criar outros tempos formativos, a fim de garantir diálogo com seus pares; planejar e (re) planejar situações didáticas e participar de processos de formação continuada; oportunizar tempo para atendimentos individuais dos alunos e seus responsáveis e tempos para pensar criticamente sua ação pedagógica (BRITO; PRADO; NUNES, 2017, p. 170).

É importante frisar que o REDA apresenta inúmeras deficiências, entre elas estão às precárias condições de trabalho pelas quais os professores terceirizados vivenciam. Mas, antes de abordar a precarização do REDA, vamos conhecer a implantação e as leis que o sustentam na administração pública.

2.3 A IMPLANTAÇÃO E AS BASES LEGAIS QUE FOMENTAM O REDA COMO POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL NO ESTADO DA BAHIA

O REDA está presente nas escolas públicas estaduais e seus efeitos precisam ser conhecidos na educação, e como vimos na seção anterior, é no contexto da década de 1990 após uma reforma de Estado, que surge o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA), enxugando a máquina pública e a diminuição dos gastos com os trabalhadores. O Estado vem se afastando dos problemas sociais e da sua responsabilidade de oferecer educação de qualidade para todos.

A própria Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso II, V e IX trás uma prévia da contratação de pessoal sem a utilização de concurso público quando para provimento de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração ou na hipótese de contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Com base nesse marco legal foi criada a Lei de nº 6.403/1992, de 20 de maio de 1992 que implementa o REDA na Bahia marcado a flexibilização do trabalho nos setores da política pública do estado com a contratação de pessoal em regime temporário sem a realização de concurso público.

A referida Lei tinha por escopo reajustar vencimentos, salários, soldos e proventos dos servidores, além de criar o REDA, sendo, por oportuno, fruto de um projeto encaminhado pelo então Governador Antônio Carlos Magalhães, que, como apontado anteriormente, trazia uma promessa de “modernização” do Estado alinhado com o projeto neoliberal e gerencial desenvolvido em âmbito federal (SILVA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2019, p. 92).

O REDA integrou-se ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais através da Lei de nº 6.677/1994, de 26 de setembro de 1994, que dispõe nos seus artigos 252 a 255, sobre as normas básicas de hipóteses de enquadramento da figura contratual, prazo e estrutura:

Art. 252 - Para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderá haver contratação de pessoal, por tempo determinado e sob regime de direito administrativo. Art. 253 - Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a: I - combater surtos epidêmicos; II - realizar recenseamentos e pesquisas, inadiáveis e imprescindíveis; III - atender a situações de calamidade pública; IV - substituir professor ou admitir professor visitante, inclusive estrangeiro; V - atender a serviços cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a pré-determinação do prazo; VI - atender às necessidades do regular funcionamento das unidades escolares estaduais, enquanto não houver candidatos aprovados em concurso, em número suficiente para atender à demanda mínima e nos casos de substituição decorrentes de licença prêmio, licença

maternidade ou licença médica dos ocupantes de cargos de magistério público estadual de ensino fundamental e médio. [...] Art. 254 - É nulo de pleno direito o desvio de função da pessoa contratada, na forma deste título, sem prejuízo das sanções civil, administrativas e penal da autoridade responsável. Art. 255 - Nas contratações por tempo determinado, serão observados os padrões de vencimento dos planos de carreira do órgão ou da entidade contratante (BAHIA,1994, p. 55-56).

Na visão da administração pública, o REDA tem por objetivo a flexibilização da estrutura burocrática de contratação de pessoal. Ao possibilitar a contratação de professores por tempo determinado sob o regime de direito administrativo nas unidades escolares estaduais, enquanto não houver candidato aprovados em concursos para atender a totalidade da demanda no ensino fundamental e médio. O Ministério da Educação, entende que a flexibilização significa: “1) eliminar o regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por “contratos flexíveis”, isto é, temporários e precários [...] (CHAUI, 1999, p. 2)”.

Através da Lei de nº 7.992 de 30/12/2001 criou-se as estruturas da Secretaria da Educação e da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB, os cargos em comissão que indica, alterar as disposições da Lei de nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, e dá outras providências. E por meio do Decreto estadual de nº 8.112/2002, de 21 de janeiro de 2002, o REDA foi complementado, com as normas básicas que o regulamentam no Estatuto do Servidor do Estado da Bahia.

A Lei estadual de nº 8889/2003 no artigo 2º inciso I define o servidor público como “pessoa legalmente investida em cargo público”, nesse sentido, os professores da rede estadual de ensino na Bahia são considerados um servidor público. Porém os profissionais contratados pelo REDA apenas desempenham função pública atribuída por lei e pelo contrato, mas não ocupam cargo de servidor público efetivo são considerados apenas como “servidor público temporário” como assevera Silva Júnior e Oliveira (2019):

Dessa forma, compreende-se que os agentes vinculados ao REDA são servidores públicos contratados pela Administração Pública direta ou indireta, temporariamente, em hipótese excepcional, para desempenho de função pública, com vínculo regido por legislação especial (p. 93).

Os agentes que trabalham pelo REDA tem vínculo regido por legislação própria, dentre as leis que norteiam o trabalho do REDA apresenta-se o Decreto Estadual de nº 11.571 de 03 de junho de 2009, que estabelece os procedimentos para contratação temporária de excepcional interesse público, em seu artigo 2º expõem que são considerados necessidades

temporárias de excepcional interesse público as contratações que visem substituir professor ou admitir professor visitante. Além disso, no artigo 5º, a função do REDA é

VI- atender às necessidades do regular funcionamento das unidades escolares estaduais, enquanto não houver candidato aprovados em concurso, em número suficiente para atender à demanda mínima e nos casos de substituição decorrentes de licença-prêmio, licença-maternidade ou licença médica dos ocupantes de cargos do magistério público estadual de ensino fundamental e médio (BAHIA, 2009).

Ora, as contratações pelo REDA são feitas mediante as necessidades expostas. Os contratos pelo REDA estendem a obrigatoriedade contida na Lei estadual de nº 12.209 de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo, no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do estado da Bahia, e dá outras providências, essa lei foi regulamentada posteriormente pelo Decreto estadual de nº 15.805 de 30 de dezembro de 2014.

As contratações dos (as) professores (as) através do REDA pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC) implicam diretamente nas condições de trabalho desses profissionais e na prestação do serviço, pois o objetivo da criação desse regime trabalhista é a flexibilização da contratação de pessoal, ou seja, da diminuição do concurso público, promovendo uma seleção simplificada de pessoal.

O REDA é uma política pública resultado de um processo dinâmico de decisões de um aparelho de estado comprometido com a agenda de redução de custo financeiro, dessa forma como um regime desfavorável devido às condições de precariedade⁴⁷ que esse modelo de contrato de trabalho impõe ao trabalhador (a). A administração pública do estado da Bahia através da secretaria de educação vem usando o REDA de maneira ampla e irrestrita, segundo dados do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019):

Uma vez que o piso salarial estabelecido para 2019 é de R\$2.557,74, a partir de 1º de janeiro, para jornada de 40 horas semanais, por conseguinte, o valor do piso para jornada de 20 horas semanais deve ser de R\$1.278,87. Dessa forma, está sendo descumprida a Lei Federal nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial profissional nacional para o magistério público da educação básica, além de comprometer o atingimento da meta 18 do PEE, a qual estabelece que deve ser estimulado, no prazo de 02 anos da sua promulgação, em 12/05/2016, a existência de Planos de Carreira para os profissionais da Educação Básica pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal (p. 264).

O uso exacerbado da contratação temporária via Regime Especial de Direito Administrativo para contratação de professores, com observância na excepcionalidade prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e o do artigo nº 253 da Lei estadual

⁴⁷ As condições de precariedade refere-se aos baixos salários, a falta de progressão na carreira, a venerabilidade do trabalho que coloca o trabalhador (a) docente em constante desemprego, entre outros.

de nº 6.677/1994, é uma política pública educacional dos governos do estado da Bahia. Dessa maneira, considera-se que a contratação docente pelo REDA se enquadra no contexto de precarização do trabalho docente, desse modo, faz-se necessário investigar acerca das condições atuais de trabalho nas quais esses profissionais estão inseridos.

O processo seletivo do REDA é geralmente composto de uma prova objetiva de múltipla escolha, sendo classificados os candidatos com maiores pontuações. Para o edital de 2019 foram oferecidas 2.491 vagas, um número bem considerável de contratação para função temporária (EDITAL SEC/SUDEPE nº 008/2019). Esse edital também traz um quadro de distribuição das vagas por NTE e município, poderia nesse item ser incluída a localidade das unidades de ensino (se são escolas urbanas ou rurais), pois as desistências podem vir a ocorrer pelo desconhecimento desse elemento. O regime de trabalho são para 20 horas semanais, segundo a cláusula quinta do contrato:

A Administração Pública poderá, a qualquer tempo, no curso do presente contrato, modificar a jornada de trabalho pactuada, podendo, inclusive, estabelecer turnos de revezamento, de modo que melhor sejam atendidas as necessidades do serviço (CONTRATO REDA, 2017).

Existe uma pequena diferença entre o edital SEC/SUDEPE nº 0003/2017 para o Edital SEC/SUDEPE nº 008/2019, quando se refere ao período de contratação, pois antes era de dois anos prorrogáveis por mais dois anos, agora temos um período de três anos prorrogável por mais três, totalizado seis anos de contrato. O REDA aqui mencionado é o está sendo utilizado na Educação Básica, mas esse tipo de contrato também é um instrumento no Ensino Superior.

Quando o contrato termina ou há a necessidade de cobrir uma licença maternidade ou doença laboral de um professor efetivo, ou ainda necessita preencher vagas para áreas de difícil acesso ou especificidades (a exemplo da contratação de professor indígena ou quilombola), abre-se um novo edital em caráter emergencial para contratação de professor (a) substituto (a). Nos espaços escolares esse profissional é chamado de “Professor (a) REDA Emergencial”.

Para participar de um processo seletivo simplificado REDA é necessário pagar um valor (uma taxa de inscrição), sendo isento aqueles que estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico ou comprovarem que são do grupo de baixa renda e também que solicitarem no prazo determinado.

São oferecidas no dia da prova às condições especiais a lactantes ou com deficiência comprovada. A prova objetiva tem duração de quarto hora, sendo os candidatos aprovados e

classificados de acordo a maior pontuação, obedecendo aos critérios de desempate. A contratação é feita após a homologação e a necessidade escolar de substituição dos Professores titulares.

2.4 O REDA COMO ESTRATÉGIA DO ESTADO NEOLIBERAL: FÁBULA, PERVERSIDADE OU POSSIBILIDADE?

É preciso pensar a partir da práxis⁴⁸. Segundo Konder (1992): “A práxis é a atividade que, para se tornar mais humana, precisa ser realizada por um sujeito mais livre e consciente”. Uma vez que pelo trabalho, o homem se fez e faz a si mesmo. Nesse sentido, apresenta-se a seguir o REDA que além de ser um instrumento de exploração do Estado, é também um trabalho necessário para a formação/dignidade humana. “Pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo (KONDER, 1992, p. 105)”. Nessa perspectiva, o Estado pode ser um instrumento ou um impedimento dessa transformação social.

Existe a contradição e a possibilidade do governo no gerenciamento do serviço público. Como indicaram Marx e Engels (1988, p. 30): “[...] a vinculação do Estado aos interesses de determinada classe social, isto é, aos interesses da classe dominante”. O Estado se coloca ausente, pois assim mantém a população sob seu controle.

O REDA vem servindo de reprodução do sistema capitalista, ou seja, é um instrumento de manipulação do Estado neoliberal, que coloca o (a) professor (a) na condição de precarização, tendo assim o controle sobre o (a) trabalhador (a). O Estado tem no REDA um mecanismo de explorar o exército de trabalhadores de reserva.

A globalização significa interdependência dos mercados, mas não homogeneização do trabalho, pois em vários países também está ligada a crescentes esquemas de privatização e subcontratação, além disso, as consequências socioeconômicas da globalização não são iguais para todos os países, sendo que algumas divisões sociais exacerbadas, enquanto que outras emergem. Assim, a globalização tem impactos contraditórios no emprego e nas condições de trabalho (HIRATA, 2005).

Milton Santos (2003) afirma que a globalização atual é perversa, “fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência

⁴⁸ Práxis é uma palavra com origem no termo grego práxis que significa conduta ou ação, corresponde a uma atividade prática, são comuns as vertentes de investigação tomar a prática de ensinar como fenômeno concreto (MONTEIRO, 2006).

estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas”. É nesse mundo globalizado, cheio de perversidade que está inserido o REDA.

Ao investigar o termo precarização⁴⁹ descobre-se que ele vem de precário⁵⁰, de precariedade, do latim “*precarius*”, que significa incerto, então, o REDA será esse modelo escasso, duvidoso, instável, insuficiente, carente ou fragilidade do trabalho contemporâneo. Para Santos (2006): “O que nós estamos vivendo hoje é que o homem deixou de ser o centro do mundo. Por causa dessa geopolítica que se instalou, proposta pelos economistas e imposta pela mídia, o centro do mundo, hoje, não é o homem, é o dinheiro”.

O ser humano não é mais o centro do mundo, agora o centro é a informação, o conhecimento e o dinheiro (SANTOS, 2003). Nesse contexto, a precarização das condições de trabalho do (a) professor (a) no REDA pode ser justificada na concepção de Santos (2003, p.13) quando ele expõe que é preciso “[...] tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro lado, sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser, ainda que para os céticos nosso vaticínio atual apareça risonho”, esse pensamento está no livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”. Nele Santos (2003) explica que existem três maneiras de ver o mundo:

O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (p. 18).

De acordo com essa concepção⁵¹ é preciso compreender o REDA como fábula pela visão do senso comum. Em seguida, fundamentada na realidade social, busca-se mostrar a perversidade do REDA. Pensar no REDA como possibilidade, significa apontar caminhos para superação da precariedade das condições de trabalho docente. Para Santos (2003):

Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação [...] diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realidade do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações (p. 18-19).

A realidade das condições de contratação dos professores no estado da Bahia pode ser considerada uma fábula como elucida Santos (2003), pois vem sendo realizado vários

⁴⁹ ORIGEM DA PALAVRA. **Etimologia de algumas palavras.** Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/pergunta/etimologia-de-algumas-palavras-5/>. Acesso em 15 abr. 2020.

⁵⁰ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa.** 4ª ed. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 2000.

⁵¹ Essa concepção foi exposta num painel durante o Simpósio de Integração Acadêmica (SIA) na Universidade Federal de Viçosa (SOUZA; COSTA, 2020).

processos seletivos de contratação temporária para provimento de professores (as) pelo REDA. A oferta de emprego temporário é mascarada em editais que não garantem os direitos trabalhistas dos profissionais da educação.

Então, a fábula se dá à medida que, o governo utiliza dos editais REDA como uma chance de oferecer emprego, em um país onde os professores iniciantes têm poucas oportunidades de trabalho, sendo assim, o REDA aparece como uma possibilidade de entrar no mercado de trabalho e adquirir experiência docente na educação básica. Essa visão romanceada do emprego a partir do REDA vai se liquefazendo quando se nota a existência do enorme exército de reserva presentes nos processos seletivos. As condições precárias de trabalho são inúmeras e as dificuldades para conseguir um emprego na atualidade são gritantes.

Pensar as condições de trabalho do profissional em educação implica pensar as condições de emprego deste profissional, sua forma de contratação, renumeração, carreira e estabilidade. Implica também compreender que essas condições são determinadas pela organização do trabalho no capitalismo (BRITO; PRADO; NUNES, 2017, p. 167).

Refletir sobre as condições de trabalho do (a) professor (a) no REDA implica conhecer as condições de emprego deste profissional e refletir sobre a forma de contratação desses profissionais terceirizados, sobre sua renumeração atual e perspectiva de progressão na carreira de professor (a).

Santos (2003, p. 17) dizia que “Vivemos num mundo confuso e confusamente percebido” onde o progresso das ciências e das técnicas está em constante transformação da sociedade. Os (as) professores (as) são pressionados a readaptar suas práticas pedagógicas no mundo globalizado, lhes sendo imposto um mundo de fabulações, na qual as suas condições de trabalho são precárias, principalmente em relação a sua renumeração e a falta de estabilidade na carreira.

É no contexto da educação para todos que emerge o REDA com a finalidade de suprir a demanda do mercado educacional tendo a missão de impedir que os alunos fiquem sem aula por falta de professores em áreas ou disciplinas com carência. Então esse regime seria uma necessidade, pois a educação é para todos e não apenas para a uma elite social. Mas, que necessidade é essa, que oprime e tira condições adequadas do exercício do labor docente?

Estamos “[...] diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual a realização do mundo atual exige como condição essencial o exercício de fabulações (SANTOS, 2003, p. 19)”. Para se entender a fábula definida por Santos (2003), é preciso

compreender o contexto histórico em que se dá o processo de precarização dos profissionais da educação contratados via REDA.

Pela Lei de nº 13.467/2017⁵² é alterada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), porém, outras mudanças ocorreram a essa lei no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. A flexibilidade à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é um retrocesso às conquistas dos trabalhadores. O governo estadual, através dessa lei aproveita de tais mudanças na CLT para fazer seleções simplificadas, impactando na forma de contratação de professores, na jornada de trabalho e na remuneração do trabalhador, impulsionando o aumento de mais contratos REDA na esfera pública.

Os artigos⁵³ 317, 318, 319, 320, 321, 322 da CLT falam da Habilitação, da Jornada de Trabalho e da Remuneração dos Professores, mas é no artigo 618 que prescreve a prevalência de acordos negociáveis entre o capital e trabalho (as Partes). Isso significa que o trabalhador está mais prezo aos patrões (Estado), sujeitos a não recebem seus direitos (FGTS, 13º salário, licenças maternidade, descanso semanal remunerado, aviso prévio, adicional de insalubridade, etc.), ficando o trabalhador sob alerta de demissões, submissos a estabilidade no trabalho, fora do plano de carreira previsto pela LDB/96 aos docentes efetivos do cargo público, é o que esta acontecendo no REDA.

Com a aprovação da reforma da previdência⁵⁴ modifica-se as regras para aposentadoria dos professores. O (a) professor (a) do setor público tem que ter idade mínima de 57 anos para mulheres e de 60 anos para homens para se aposentar com tempo mínimo de contribuição de 25 anos, sendo dez anos no serviço público e cinco anos no cargo em que for concedida a aposentadoria. Como os (as) professores (as) no REDA convivem com a flexibilidade do trabalho, não sabem se terão o direito a aposentaria garantido, pois além da rotatividade do trabalho, estão sujeitos a exonerações, demissões, além disso, a participação em movimentos (paralizações) se dá no anonimato.

A veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital, sendo que em vários casos com beneplácito do Estado (THOMAZ JÚNIOR, 2020, p. 48).

⁵² BRASIL. **Lei de nº 13.467/2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 21 abr. 2020.

⁵³ MARTINS, Vicente. **Direitos e deveres dos professores na CLT**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/1581/Direitos-e-deveres-dos-professores-na-CLT>. Acesso em 21 abr. 2020.

⁵⁴ GLOBO. **Reforma da Previdência: veja as novas regras para a aposentadoria de professores**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/reforma-da-previdencia-veja-as-novas-regras-para-a-aposentadoria-de-professores.ghtml>. Acesso em: 21 abr. 2020.

Então, a nossa história educacional é marcada por avanços e retrocessos, resultados de muitos governos de políticas diferentes, extremamente neoliberais. Com isso, tem-se a terceirização na educação e o receio do desemprego que, entre os professores de áreas como as de humanas infelizmente tende a aumentar, pois não convém ao Estado a criticidade trazida por esses profissionais.

Conforme Kurs (2004, p. 21) “A sociedade de trabalho como conceito ontológico seria uma tautologia, pois, na história até agora transcorrida, a vida social, quaisquer que seja suas formas modificadas, apenas podia ser uma vida que incluísse o trabalho”. O capital está exigindo, para sua reprodução, novas qualificações do trabalhador e os profissionais da educação são desafiados a desempenhar diversas funções.

“Ora, terceirizar e despojar os (as) professores (as) de suas especialidades nas áreas do conhecimento torna impossível o projeto de escola coletivamente construído, a partir da reflexão sobre os problemas da educação escolar (PIMENTA, 2006, p. 40)”. Os professores REDA são contratados com base legal no decreto de nº 11.571 de 03 de junho de 2009, após passarem por uma seleção pública. De acordo, ao Decreto de nº 11.571/2009 em seu inciso II do artigo 7º:

Nas contratações acima de 50 (cinquenta) pessoas, por categoria profissional e município, o processo seletivo simplificado abrangerá as etapas básicas de um concurso público de provas ou de provas e títulos, se for o caso, com redução pela metade de prazos para esse previstos (BAHIA, 2009).

Os aprovados no processo seletivo estabelecem com o estado um contratado temporário. Porém, pelo artigo 7º inciso primeiro é permitido abaixo de cinquenta pessoas à seleção apenas pela análise de currículo, admitindo se necessária uma complementação via entrevista, que possibilite e comprove a aptidão do candidato para a função. Ora, pode-se inferir que o decreto de nº 11.571/2009 contribui para a subcontratação de professores, favorecendo diminuição da seleção para contratação de professores do quadro efetivo.

Através de empresas terceirizadas, a banca examinadora realiza processos seletivos, que selecionam os docentes que deverão atuar nas escolas, geralmente os editais⁵⁵ só trazem as obrigações e os valores da renumeração. O trabalho desempenhado pelos subcontratados

⁵⁵ BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC). Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professores em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, nº 08. **Diário Oficial:** Bahia, 10 de outubro de 2019.

pelos REDA são quase sempre as mesmas dos profissionais efetivos: dar aula, preparar planos de curso, plano de aula, participar de reuniões pedagógicas, participar dos eventos escolares e extraescolares e propor projetos de intervenção.

Em que pese o vínculo seja mais precário que o dos professores efetivos, o contrato em REDA pode ser visto, muitas vezes, como uma possibilidade de ingresso na carreira, sobretudo para os graduados que estão desempregados e recém-formados. Além do mais, como o Estado insiste em procrastinar a realização de concursos públicos para professores efetivos, o processo seletivo em REDA se torna o único meio dos docentes atuar na educação pública (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2019, p. 101).

Com isso o emprego que deveria ser estável para os (as) professores (as) são divulgados em editais temporários, atraindo professores desempregados e recém-graduados, pessoas em sua maioria em estado de vulnerabilidade social em busca de emprego na carreira, encontram no REDA o meio de atuar na educação pública, enfrentando inúmeros desafios na profissão docente.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes [...] perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são diretamente ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização (SANTOS, 2003, p. 20).

Santos (2003) dizia que a perversidade é “sistêmica”, ou seja, deixa de se manifestar por fatos isolados para se estabelecer como sistema. A causa essencial da perversidade sistêmica é a instituição da competitividade como regra absoluta, que escorre sobre todo o edifício social, portanto, a crise estrutural é resultante da relativa diminuição da importância do Estado nas relações sociais, onde o dinheiro em estado puro torna se o poder em estado puro, nessa perspectiva, é que se procura compreender a vulnerabilidade das condições de trabalho dos professores no REDA.

O REDA como perversidade seria na visão de Santos (2003) as precárias condições de trabalho, a qual o (a) professor (a) está submisso. A rotatividade do emprego é uma característica do REDA, os docentes que trabalham por esse regime não tem estabilidade, estão sujeitos ao desemprego, à mudança de local de trabalho e a não ter todos os direitos trabalhistas garantidos.

Para compreensão do processo da organização do trabalho docente no sistema capital tem-se que voltar ao passado histórico do trabalho. O trabalho é considerado alienado por Marx (2002), ele dizia que existia um processo entre o homem e a natureza, pois o ser humano pela sua própria ação tenta controlar materialmente a natureza. Coloca-se em movimento, impondo as suas forças naturais (o seu corpo), apropriando-se dos recursos da natureza, modificando-a, também modifica sua própria natureza.

Através do trabalho estabelece a relação homem-natureza e, posteriormente, a relação homem-homem que transforma o espaço. As transformações atuais do espaço parecem reformular as relações de territorialidade na dimensão da consciência do território e da identidade, o que significa que a aceitação da modernidade exige novas visões do mundo (SANTOS, 1988).

Pela categoria do “Trabalho” é possível apreender e identificar as condições de trabalho dos (as) professores (as) no REDA, além disso, também é possível estabelecer os parâmetros de localização territorial e desvelar os significados dessa ordenação. A Geografia está no meio da capacidade produtiva das coisas e o mundo desigual originado pelo trabalho humano (MENEZES, 2020). Assim, os desdobramentos territoriais e o conteúdo da categoria do trabalho se expressam,

[...] em diferentes aspectos e sentidos, porém imbricados geograficamente. Isto é: processos produtivos; formas de contratação; manipulação constante do mercado de trabalho; substituição crescente de trabalho vivo por trabalho morto e o consequente império do desemprego; novas formas de controle do processo de trabalho e do tecido social pelo capital (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 13-14).

Não se pode conceber o espaço, senão pelos resultados do trabalho humano, tomado em sua condição social. Para a humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidade (SANTOS, 2003), campanhas de substituição da mão de trabalho do (a) professor (a) por escolas EAD, novas formas de contrato e o aumento do desemprego para a classe docente são reflexos de um passado histórico, aonde as formas de produção foram modificadas.

Com a revolução tecnológica houve a necessidade de mudanças no sistema de produção com a adoção do modelo toyotismo, em que a força de trabalho exigiu um novo trabalhador, uma nova subjetividade operária, subordinada ao controle social, para Standing (2011) esse trabalhador precário, tende a sentir raiva, ansiedade e alienação. A priori, precarizados são os

[...] trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, **precarizados**, sub-remunerados (recebendo, em média, 1,5 salário mínimo) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua organização coletiva (OSBORNE *apud* BRAGA⁵⁶, 2012, p. 143-144).

Alguns professores (as) REDA são trabalhadores jovens, poucos qualificados, precarizados, mal remunerados que recebem menos de um salário e meio mínimo e que não estão inseridos nos sindicatos, teóricos do mundo do trabalho enfatizam que essa realidade é fruto do sistema de produção,

[...] toyotismo, o processo de redefinições das formas produtivas, com mais ou menos profundidade e amplitude impõe a constituição de um novo trabalhador, ou de uma nova subjetividade operária que dê a esse projeto um dinamismo lucrativo e os pré-requisitos para o efetivo exercício do controle social (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 15).

A promessa do desenvolvimento social e econômico, pelo sistema toyotista é uma utopia. É imprescindível afirmar que as novas formas de exploração da força de trabalho vêm levando os (as) professores (as) a conviverem com a precariedade nas condições de trabalho. Reafirma a manutenção do edifício social, pois o trabalho continua sendo a fonte de valor do capital, para Menezes (2007):

Quando o trabalho vira a mercadoria fundamental para o lucro, é porque o trabalhador, seu dono, já está condenado a ser supérfluo, pois quanto mais barata, miserável e abundante for ela, mais lucrativa é a produção (p. 14).

A condição do sistema acumulativo do capital é transformar os sujeitos em coisas baratas e vendáveis ao mercado, então o desemprego, a pobreza, a fome, a miséria, o analfabetismo, os baixos índices de escolaridade, a falta de profissionais qualificados para cargo, entre tantas outras necessidades na educação são desafios a serem conquistados.

Do ponto de vista da crise estrutural do sistema do capital, afere-se que, esse modo de produção amplia o exército de reserva e joga parcelas significativas da classe trabalhadora na condição do desemprego e do subemprego, sendo esta uma prerrogativa para explorar ainda mais os trabalhadores que se mantêm na condição de empregados (CONCEIÇÃO; SOUZA, 2019, p. 65).

A educação brasileira está sujeita as pressões internacionais e para atender as exigências do mercado educacional, vem terceirizando seu quadro de profissionais, assim

⁵⁶ BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

mantém o controle ideológico sobre a sociedade. Os (as) professores (as) são reféns de um sistema perverso chamado REDA que subcontrata os servidores para atuarem nas escolas estaduais.

“Os territórios são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado (SANTOS, 1988, p. 16)”, dessa forma o território escolar gera contradições pela descentralidade do território usado. As escolas do campo têm sua sede em localidades bem distantes dos centros urbanos, o que dificultam o acesso, geralmente são também para essas unidades que são contratados os (as) professores (as) REDA. Nesses espaços territoriais se criam novas sinergias, entretanto, muitos docentes acabam desistindo da vaga, pois não tem transporte para leva-los, nem locais para hospedagem ou auxílio transporte suficiente para mantê-los.

Realidade perversa a qual nossos educadores são submetidos, pois não podem exercer a docência por não dispor de meios para locomover e pela omissão em maiores esclarecimentos no ato da contratação. Para efetivação da contratação do (a) professor (a) REDA é exigido uma série de documentos e exames laborais, o que pode ser considerado um exagero, pois, trata-se de uma contratação temporária.

Os documentos para assunção são: cópia do diploma da graduação; foto 3x4; cópias dos documentos pessoais (RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento, título eleitoral, carteira de trabalho); comprovante de residência; número da conta corrente; várias declarações, a exemplo da declaração de não acumulo de cargos; comprovante de residência; Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), entre outros (BAHIA, 2019).

Assim, que é divulgado no diário oficial (D.O), a convocação, o aprovado deve entregar tais documentos no prazo máximo de 10 dias úteis no Núcleo Territorial de Educação (NTE), ou seja, em um curto prazo de tempo. Além disso, ao apresentar os documentos de posse, os candidatos não recebem uma cópia do contrato que está sendo firmando. Os docentes deveriam receber uma cópia do contrato e terem um prazo maior para apresentação dos documentos.

[...] 14.11 A não apresentação pelo candidato, de qualquer dos documentos comprobatórios fixados no presente Capítulo, dentro do prazo legal, tornará sem efeito sua contratação. 14.12 Durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia - SEC reserva-se o direito de proceder às convocações, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária observando o número de vagas existentes (BAHIA, 2019).

Como salienta o próprio edital/2019, a não apresentação de qualquer um dos documentos dentro do prazo legal tornará sem efeito a contratação, além de convocar apenas o número de candidatas que atenta aos interesses imediato das escolas, ou seja, o professor aprovado na seleção do REDA não tem garantido de sua convocação para a vaga destinada ou escolhida.

Em relação aos exames laboratoriais cabe dizer que a SEC não custeia os exames e muitas vezes esses exames são caros na rede particular, já que se forem feitos no sistema público de saúde a demora levaria o candidato a perder a vaga temporária oferecida. O aumento de mais dias ou a possibilidade da retirada de alguns exames solicitados facilitaria para os candidatas assumirem a vaga.

No item 2.2.3 do edital de 2019 está explícito que “Será oferecida, de forma facultativa, a assistência médica do Estado somente para titulá-lo, mediante contribuição mensal e conforme a faixa de renda salarial”. Respalhada pela Lei de nº 9528/05 em seu art.1 inciso 2º “O ingresso no Sistema de que trata esta Lei será facultativo, mediante Termo de Adesão e se dará nos moldes definidos no Regulamento”, ou seja, os (as) professores (as) REDA podem ou não aderir ao plano de saúde estadual (PLANSERV).

Porém diante dos baixos rendimentos, aderirem ao plano é quase inviável. Além disso, os subcontratados estão sujeitos a qualquer tempo a exoneração ou a dispensa do serviço. Como os professores REDA pode manter esse plano de saúde (PLANSERV) numa carreira instável?

Outra questão que merece atenção é a posição das mulheres nesse regime. Por serem do sexo feminino, estão sujeitas a segregação sexual do trabalho, expostas a agressões e assédio, a intensidade emocional⁵⁷, ao não terem o reconhecimento de suas competências, e correlativa desvalorização salarial, são subordinada a toda precariedade do mundo do trabalho.

As condições de trabalho dos (as) professores (as) REDA são de longas jornadas. A intensificação do trabalho docente pelo REDA é muito grande. Os professores (as) dedicam muito tempo ao trabalho e recebem baixos salários, são obrigados a ministrarem várias aulas (as chamadas aulas extras) e muitas delas de diferentes disciplinas. Assim, muitos (as) professores (as) REDA tem carga horária acima de 20 horas.

Mas, ressalta-se que os editais REDA oferece a carga horária sempre de 20 horas. O docente que deseja trabalhar mais horas tem que prestar dois processos seletivos, assim pode

⁵⁷ DANIEL, Fernanda; FREITAS, Vivalda; MONTEIRO, Rosa. Condições de trabalho num universo profissional feminizado. *In: Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018.

dobrar seu contrato na mesma escola, ou assumir em outras escolas em diferentes localidades, ou seja, o REDA de 40 horas só existe nessa condição.

O profissional do REDA goza de alguns benefícios do professor efetivo, porém sofre com a insegurança da instabilidade do emprego, além de ao término do contrato não ter direito a alguns benefícios oferecidos pela previdência social. Assim o governo acaba usando a prerrogativa legal para fugir de responsabilidades trabalhistas como o FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (LOBO, 2014, p. 249).

A negação dos direitos básicos trabalhistas vem ocorrendo no REDA de maneira oculta, pois apenas quem vivencia a perversidade desse regime sabe que os (as) professores (as) contratados (as) pelo REDA passam por insegurança e instabilidade no emprego. Em nenhum momento o docente contratado é assessorado sobre o cumprimento dos seus direitos, como terço de férias, afastamento por justa causa (doença ou falecimento de entes).

Os aprovados nos processos seletivos são realmente considerados contratos quando recebem uma matrícula do Estado que serve para identificar o (a) professor (a) como servidor (a) temporário (a) público, esse número na maioria das vezes demora a ser emitido, entre dois a cinco meses, trazendo vários transtornos para o docente recém-contratado, o mais grave, é a demora do primeiro pagamento do salário. Esse primeiro pagamento salarial, seja o valor total ou parcial, sempre é pago após a geração da matrícula (número de registro dos professores)⁵⁸ junto com endereço de e-mail que a secretaria cria para o (a) novo (a) professor (a).

Como os editais só trazem o nome da cidade ou do NTE em que a vaga é oferecida, o (a) professor (a) escolhe na ilusão de ocupar a vaga oferecida. Havendo desistência da vaga e inexistência de mais candidatos aprovados ao cargo, a solução para preenchimento do quadro é a contratação emergencial de outro (a) professor (a), o chamado Professor (a) REDA Emergencial ou professor (a) substituto (a), na maioria das vezes, trata-se de uma pessoa da própria localidade, que não tem a formação na área, mas está apta a exercer o notório saber, devido a sua experiência como docente⁵⁹.

As unidades escolares recebem e solicitam informalmente currículos e recomendam quando necessários professores ao NTE. Esse tipo de relação contribui para o aumento da competitividade por cargos temporários, fruto da “perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relações com a adesão desenfreada aos

⁵⁸ *E-mail e-Nova*. Disponível em: <http://consultaenova.educacao.ba.gov.br/>. Acesso em 16 abr. 2020.

⁵⁹ Essas informações podem ser comprovadas mediante a consulta da programação dos professores e verificação de seus currículos nas secretarias escolares.

comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas (SANTOS, 2003, p. 20)”.

O candidato aprovado tem muitas dúvidas em relação se será convocado para o cargo ou não, existe muita insegurança nesses processos seletivos simplificados, o que levam a acreditar que o REDA é muito instável. O ideal é ter mais concursos efetivos que proporcione estabilidade para a carreira de professor (a).

A ansiedade e a angústia abalam os profissionais da educação, pois há falta de maiores informações nos editais REDA. A terceirização na educação vem demonstrando reflexos negativos para a figura da identidade do educador (a), e o seu exercício é de excelência, mais a integridade de sua profissão é ferido a cada direito ocultado.

Neste sentido, desregulamentação, flexibilização, terceirização, *downsizing*, “empresa enxuta”, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde tem-se a prevalência do capital sobre a força humana de trabalho, que é considerada somente na exata medida em que é imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital pode *diminuir* o trabalho vivo, mas não *e l i m i n á - l o*. Pode intensificar sua utilização, pode precarizá-lo e mesmo desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo (ANTUNES, 2006, p. 44).

O capital explora os trabalhadores, mas não extingui-lo, “ao invés do fim do *valor-trabalho*⁶⁰, pode se constatar que existe uma inter-relação acentuada das formas de extração de mais valia *relativa e absoluta*, que se realiza em escala ampliada e mundializada (ANTUNES, 2006, p. 44)”. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, adotadas têm um forte caráter destrutivo que intensifica o desemprego, a precarização do trabalho e a degradação do meio ambiente para a produção de mercadorias em escala globalizada e no meio dessa realidade estão os (as) professores (as) subcontratados (as).

[...] os docentes contratados em REDA estão submetidos ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS. Essa exclusão decorre do fato de os servidores temporários não se enquadrarem na hipótese do art. 2º da referida Lei nº 11.357/2009, que determina que apenas os servidores titulares de cargos efetivos de todos os órgãos e entidades dos Poderes do Estado são vinculados ao RPPS (SILVA JUNIOR; OLIVEIRA, 2019, p. 98).

Muitos candidatos aprovados não são convocados, outrora assumem e com poucos dias ficam excedentes, em decorrência de escolas que são fechadas ou da chegada de novos

⁶⁰ A teoria valor-trabalho surge como conceito explicativo da sociedade que libertou o trabalho da servidão feudal e o substituiu pela relação do assalariamento (MENEZES, 2020).

professores efetivos. Os (as) professores (as) REDA podem ser transferidos para outras unidades escolares ou ficarem excedentes, até serem dispensados da rede de ensino, como alerta a cláusula sexta e oitava do contrato: “o contratado pode [...] ser remanejado para qualquer unidade da estrutura do órgão contratante (CONTRATO REDA, 2019)” e podem “[...] rescindir a qualquer tempo, o presente contrato, sem que isto importe direito a indenização a qualquer título ao contratado (CONTRATO REDA, 2019)”.

Às quatro horas destinadas às atividades complementares (AC) são poucas diante das inúmeras demandas escolares. O (a) professor (a) REDA que trabalha 16 horas/aulas ou mais por semana, tem muita aula para planejar, o que inviabiliza o atendimento individualizado para os alunos e pais. Além disso, mesmo com investimentos na educação, muitas unidades escolares estão sucateadas, em péssimas condições de uso, faltam funcionários, equipamentos de trabalho, livros didáticos, transporte escolar, são recorrentes as paralizações.

Os (as) professores (as) REDA aderem às paralisações sindicais, mas permanecem invisíveis junto à categoria docente, no entanto deveriam buscar meios para adquirirem melhores salários, melhores condições de trabalho e o reconhecimento devido como profissionais da educação.

Existem inúmeras dúvidas em relação às pautas de paralização, e preocupação da categoria REDA de ser ouvida e assistida também dentro das reivindicações sindicais docentes. “O REDA tem direito a receber quais benefícios? [...] depois do término do contrato REDA quanto tempo leva para receber a rescisão?”- questiona um professor REDA (2021). Essas informações infelizmente não estão presentes no contrato de trabalho desse profissional.

Geralmente os (as) professores (as) pelo REDA recebem no fim do contrato: as férias e o décimo terceiro salário correspondente aos dias trabalhados. Com o aumento dos contratos temporários, a carreira docente tem um futuro incerto está comprometida com ideais contraditórios aos valores da educação democrática. Não há estabilidade no REDA, pois existe muita rotatividade entre os (as) professores (as). Os terceirizados entram e saem das instituições escolares, cumpre sua carga horária de trabalho e não têm condições de acompanhar inúmeras atividades da escola. Isso não é bom, pois o trabalho do professor não deve limitar-se a da aula.

As consequências desse quadro de precarização podem também ser evidenciadas nos problemas de saúde que acometem os profissionais, já que muitos desenvolvem patologias físicas e mentais, diretamente relacionados com um quadro de sucateamento da Educação e, conseqüentemente, do trabalho docente (BERNARDES, 2015, p. 37).

O cansaço, a fadiga, a ansiedade e depressão são reflexos de uma vida corriqueira, sem tempo exclusivo para a jornada de trabalho na escola, muitos professores levam atividades para casa para serem corrigidas. Não tem descanso, muito menos lazer, podendo “desenvolver patologias, física e mental, que estão diretamente relacionadas com o quadro de sucateamento da Educação e, conseqüentemente, de precarização do trabalho docente (BERNARDES, 2015, p. 37)”.

Os (as) professores (as) servem a sociedade como mediadores do conhecimento, devem ser ouvidos e acolhidos em suas necessidades básicas, só assim teremos uma produtividade intelectual satisfatória, é por essa razão, que se faz necessário repensar as condições de trabalho dos professores. Diante dessas informações pode-se afirmar que o REDA é perverso, pois os (as) professores (as) que trabalham nesse regime não dispõem de qualidade física e mental na carreira, correndo o risco de ao longo do processo desenvolver algumas das patologias citadas.

Todavia, podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana. As bases materiais do período atual são, entre outras, a unicidade da técnica, a convergência dos momentos e o conhecimento do planeta. É nessas bases técnicas que grande capital se apóia para construir a globalização perversa de que falamos acima. Mas, essas mesmas bases técnicas poderão servir a outros objetivos, se forem postas ao serviço de outros fundamentos sociais e políticos [...] No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma metanarrativa, um novo grande relato (SANTOS, 2003, p. 20-21).

Santos (2003) tem uma visão otimista, ao definir a possibilidade como “solidária”, que está baseada em outros valores que a hegemônica. Trata-se de pensar e repensar as relações humanas para além do capital, e isso implica pensar numa outra realidade para o mundo globalizado.

É preciso que o REDA seja extinto para que os concursos públicos sejam mais realizados no Estado. Nesse sentido, o REDA deveria caminhar para seu fim, pois isso implica pensar em novas condições de trabalho para os professores (as), aonde as leis trabalhistas sejam mais justas e adequadas para categoria.

Figura 05: Fluxograma da Precarização do REDA



Fonte: Produzido pela autora, 2021.

Que os direitos trabalhistas da categoria contribuam para uma melhor qualidade de vida dos profissionais da educação, preserve sua integridade física e mental, respeitando o direito ao lazer, a cultura e a capacidade profissional docente. Mesmo enfrentado a desvalorização em sua profissão e convivendo com a precarização no trabalho, os (as) professores (as) de REDA matem-se resistentes ao capital, com opiniões sobre o mundo e sobre os seus próprios problemas, constrói sua postura ética moral, dinamiza a educação, estimula o aluno a ser sujeito pensante do seu tempo, são capazes de fazer e realizar manifestações democráticas.

Se há algo que os educadores brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e á educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática pedagógica. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte (FREIRE, 1996, p. 74).

O combate em favor da dignidade do profissional REDA tem quer ser uma luta comunitária, os (as) professores (as) tem que exercer sua profissão com dignidade, nossos docentes são fontes valiosas do saber. Com as pressões produtivas do trabalho, a educação passa a ser ministrada para atender a esse mercado neoliberal. De acordo com Brito, Prato e Nunes (2017):

A educação passa a ser um investimento com vistas ao desenvolvimento da capacidade produtiva do homem, adaptável às demandas do capital, sob égide de um discurso de combate á exclusão social, erradicação da pobreza e a construção de uma sociedade mais democrática. Desse modo, o papel da educação é contribuir para o crescimento econômico, por meio de um ensino voltado para formação de sujeitos com competências, habilidades e capacidades necessárias para atuar no mercado de trabalho (p. 168).

O Estado, dentro dessa lógica capitalista, compreende a educação como forma de desenvolver o capital humano para atuar como mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Então, os (as) professores (as) diante desse cenário, têm novas responsabilidades, dentre elas o de educar para o trabalho e para a cidadania.

Os aspectos aqui assinalados revelam que estamos diante de um processo em que o capital não prescinde do saber do trabalhador e do “saber em trabalho” e é forçado a demandar trabalhadores com nível de capacitação teórica mais elevado, o que implica mais tempo de escolaridade e de melhor qualidade. Revelam, de outra parte, que o capita, mediante diferentes mecanismos, busca manter tanto a subordinação do trabalhador quanto “a qualidade” de sua formação. Mas é também neste processo que se evidenciam os próprios limites e ambiguidades do ajuste neoconservador e, igualmente, o terreno sobre o qual as forças que lutam por uma democracia substantiva ou por uma sociedade socialista democrática devem trabalhar. Nesta luta, o conhecimento, a informação técnica e política constituem-se em materialidade e alvo de disputa (FRIGOTTO, 1998, p. 51).

No campo da educação, o processo de subordinação materializa-se mediante o mecanismo de exclusão social, materializado pelo desemprego estrutural, pelo trabalho precarizado, pelas políticas de contratação temporária de trabalhadores e pelo enfraquecimento dos sindicatos.

Diante esses mecanismos, tem-se a luta feminista pelo reconhecimento de seu espaço na sociedade, inclusive na educação. Na profissão docente destaca-se a presença forte da mulher educadora. As mulheres lutam por respeito, melhores salários, melhores condições de trabalho, entre outros, apesar de existir vários obstáculos na sua carreira, vêm conquistando o seu espaço no mundo do trabalho.

Pela figura 05, observa-se que a falta de progressão na carreira, a desvalorização do ser professor (a), a baixa remuneração, as condições de trabalho precário, a formação aligeirada, e a intensificação do trabalho fazem do REDA um contrato de trabalho precarizado.

Todavia, pode-se pensar num regime de trabalho melhor, que valorize a carreira docente e eleve a autoestima dos (as) professores (as), isso só será possível através de uma mudança na política pública educacional do país. Através dos movimentos sociais, dos sindicatos, das associações, quando a classe oprimida se rebela e o pensamento livre e o discurso único por uma educação democrática e transformadora for prioridade, temos mudanças, segundo Santos (2003):

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como autores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; [...] Como acreditamos na força das ideias – para o bem e para o mal – nesta fase da história, em filigrana aparecerá como constante o papel do intelectual no mundo de hoje, isto é, o papel do pensamento livre (p. 14).

É preciso que o REDA seja extinto, e isso só será possível, através da mudança de olhar para com esses editais temporários. Os docentes terceirizados devem sair do anonimato e unir-se, se inteirar das leis e expor suas necessidades. Quando os (as) professores (as) trabalham juntos cada um pode aprender com o outro, a colaboração entre todos permite a reflexão de problemas que os afetam, Santos (2003) adverte que é preciso “Pensamos ousadamente as soluções mais fantasiosas e em seguida buscamos os instrumentos adequados à sua realização (p.172)”, além disso,

Não deixa de ser estranho que, numa época em que tanto se fala de “autonomia profissional” ou de “professores reflexivos”, se assista a um desaparecimento dos movimentos pedagógicos, no sentido que este termo adquiriu na primeira metade do século XX, isto é, coletivos de professores que se organizam em torno de princípios educativos ou de propostas de ação, da difusão de métodos de ensino ou da defesa de determinadas ideias (NÓVOA, 1999, p. 16).

Reinventar as formas de organização docente, tendo como cunho o colegiado, seria uma alternativa democrática a se pensar, pois a maioria dos (as) professores (as) REDA, por serem recém-formados ou estarem em seu primeiro emprego, não são associados e muitos outros não conhecem o sindicato, os movimentos e as associações, outrora estão desempregados, não tem condições financeiras para filiar-se. Santos (2003) explicam que:

O processo de tomada de consciência-já o vimos-não é homogêneo, nem segundo os lugares, nem segundo as classes sociais ou situações profissionais, nem quanto aos indivíduos. A velocidade com que cada pessoa se apropria da verdade contida na história é diferente, tanto quanto a profundidade e coerência dessa apropriação. A descoberta individual é, já, um considerável passo à frente, ainda que possa parecer ao seu portador um caminho penoso, à medida das resistências circundantes a esse novo modo de pensar. O segundo passo é a obtenção de uma visão sistêmica, isto é, a possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como conjuntos e de localizá-las como um todo, mostrando sua interdependência. A partir daí, a discussão silenciosa consigo mesmo e o debate mais ou menos público com os demais ganham uma nova clareza e densidade, permitindo enxergar as relações de causa e efeito como uma corrente contínua, em que cada situação se inclui numa rede dinâmica, estruturada, à escala do mundo e à escala dos lugares (p. 168-169).

A partir dessas metamorfoses, da visão sistêmica que se pode pensar numa formação de uma frente para o trato das demandas dos (as) professores (as) REDA, a informação é o único caminho que pode proporcionar a transformação necessária para esses profissionais da educação. A organização docente é um importante campo de estudos para a compreensão da profissão do (a) professor (a).

É importante que os professores efetivos estaduais, apoiem seus colegas terceirizados, deem as orientações necessárias e acompanhe essa nova modalidade dentro da categoria docente. Para Santos (2003) entre o reino das possibilidades e o reino da vontade é preciso que haja antes de qualquer coisa os arranjos segundo grau de consciência de cada indivíduo.

Por isso, é lícito dizer que as lutas sindicais e dos movimentos sociais, as greves, palestras, paralizações, assembleias, foram e são importantíssima para as conquistas de vários direitos trabalhistas ao longo da história do trabalho, entre eles, a redução da carga horária de trabalho, o auxílio maternidade, entre tantos outros contidos na CLT.

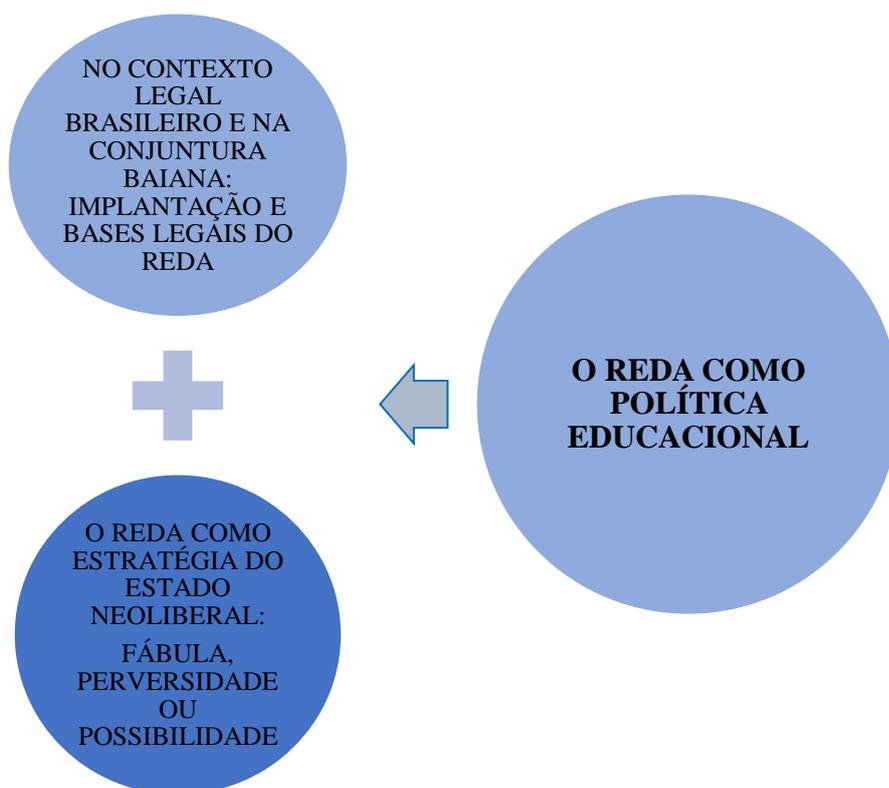
Acredita-se que a organização coletiva dos (as) professores (as) e as suas lutas por melhorias para a carreira docente, seja o caminho que também possibilitará melhorias para as condições de trabalho dos (as) professores (as) do REDA. A organização docente é necessária, mais do que nunca nesse momento, é hora de lutar pelos direitos enquanto trabalhadores do magistério é hora de ter um novo discurso, uma nova meta-narrativa para o REDA na educação. “Só uma escola pública de qualidade, porém, pode garantir o direito de todos à educação (CHARLOT, 2007, p. 135)”.

Essa seção tratou das políticas públicas educacionais como deliberações impostas pelo Estado à população para melhorar a educação, porém isso não vem acontecendo com o REDA. Enquanto política pública educacional de estado atende as ideias do mercado neoliberal, sua política é caracterizada pela intensificação do trabalho e pela contratação temporária de professores.

Além disso, o REDA vem contribuindo para intensificação da precarização das condições do trabalho docente, pois os (as) professores (as) estão sujeitos ao desemprego, a mudanças constantes de local de trabalho, a estabilidade na carreira, a falta de materiais e recursos de trabalho, a doenças laborais e a deslegitimação da sua profissão. O REDA impõe várias limitações trabalhistas, a exemplo dos baixos salários dos docentes, o que representa a falta de investimento na educação.

Os contratos de trabalho pelo REDA, escraviza ideologicamente os (as) professores (as), pois estão submissos a um regime de trabalho que vem contribuindo para a terceirização de sua profissão. Os (as) professores (as) terceirizados pelo contrato REDA, mantêm as instituições educacionais em funcionamento, mas sobrecarrega os professores com aulas extras e atividades, além disso, os poucos direitos e a estabilidade na carreira oferecidas nesse contrato de trabalho salva e condena as instituições educacionais. Os discursos apresentados podem-se ser sintetizada pela seguinte figura 06:

Figura 06: Organograma do resumo da seção



Fonte: Dados produzidos pela autora, 2021.

Ao analisar o trabalho docente pelo REDA e estando de acordo com Melo (2021) quando diz que o trabalho precário ocorre de forma temporária, podendo o fim do vínculo empregatício acontecer a qualquer tempo. Além disso, essa modalidade de trabalho precário compõe o que Antunes (2018) denomina de subproletariado moderno⁶¹, e nessa condição está propensa à rebeldia contra a sua forma de contratação de trabalho.

Portanto, pode-se afirmar que existe a precarização do trabalho docente pelo REDA, observa-se que a administração pública do estado da Bahia através da Secretaria de Educação (SEC) vem usando o REDA de maneira ampla e irrestrita no sistema educacional, configurando o REDA como Política Pública Educacional, o que requer atenção da sociedade para a questão, pois é preciso fortalecer os espaços de enfrentamento e resistência contra essa intensificação do trabalho precarizado.

⁶¹ O termo “subproletariado moderno” é usado pelo Ricardo Antunes em seu livro - **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**, publicado pela Boitempo em 2018.

3 O MUNDO DO TRABALHO⁶²

3.1 A ORIGEM DO TRABALHO E SEU SENTIDO ONTO-HISTÓRICO⁶³

O que é o ser humano? A definição mais difundida é de que é um animal racional, que distingue das demais espécies, pois possui a racionalidade (SAVIANI, 2007). Segundo, Bergson (1979):

Se pudéssemos nos despir de todo orgulho, se, para definir nossa espécie, nos ativéssemos estritamente ao que a história e a pré-história nos apresentam como a característica constante do homem e da inteligência, talvez não disséssemos *Homo sapiens*, mas *Homo faber*⁶⁴ (p. 178).

Ora, no processo do surgimento do homem, constata-se que no momento “que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida (SAVIANI, 2007, p. 154)”. Para Marx (2017),

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (p. 255).

Ao produzir seus meios de vida, o ser humano se constrói. “A própria ontologia de Marx conecta natureza e história sociometabolicamente pelo trabalho – a natureza é mediação da sociedade e a sociedade mediação da natureza, conformando a totalidade (DUTRA JÚNIOR, 2013, p. 52)”. Nesse sentido, o homem não nasce homem, mas torna-se homem.

⁶² A expressão “Mundo do Trabalho” é inspirada na coleção coordenada pelo prof. Ricardo Antunes na boitempo.

⁶³ Segundo Saviani (2007, p. 155): “Fundamentos históricos porque referidos a um processo produzido e desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos próprios homens. Fundamentos ontológicos porque o produto dessa ação, o resultado desse processo, é o próprio ser dos homens”. Já para Rossi (2018, p. 23): “[...] a ontologia marxista instaura uma nova teoria social, completamente revolucionária e histórica, que busca apreender os diversos complexos sociais por meio de sua origem, natureza e função social, ou seja, por meio de uma abordagem ontogenética”.

⁶⁴ Apesar de não conceituar a palavra *homo faber*, Milton Santos o descreve em sua obra “Natureza do Espaço” como resultado das dimensões da complexidade das necessidades e da complexidade dos sentimentos. Hannah Arendt (2007, p. 149) na obra “A condição humana” diz que não se sabe quando surgiu a expressão *homo faber*, talvez na idade moderna. Pois, o *homo faber* é aquele que trabalha com matérias e produz diversas coisas, constituindo o artifício humano, ao contrário do *animal laborans* que necessidade da ajuda do homem para conduzir o trabalho.

Esse ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das suas necessidades, é o que chamamos de trabalho.

Desde os primeiros tempos, o trabalho tem sido compreendido como expressão de vida e degradação, ora cultuava seu lado positivo, ora acentuava seu traço negativo, não é por engano que a origem do termo “trabalho” provém do latim *tripalium*⁶⁵ ou tripálio, nome dado ao instrumento de três paus destinado a prender os condenados ou atar para manter presos os animais difíceis de ferrar, portanto, era um instrumento de controle e tortura, um momento de punição e sofrimento (ANTUNES, 2005). Para Lima (2019) na Roma antiga a *tripalium* era utilizado para castigar os escravos, nota-se assim que o exercício do trabalho era mal visto e condenado. O ócio tornou-se parte do caminho para a realização e libertação humana.

Ao pesquisar no dicionário a definição para “trabalho”, encontra-se que é: “O emprego, o ofício ou a profissão de alguém [...] Trabalho é sinônimo de: esmero, labuta, labor, responsabilidade, tarefa, serviço, ofício, ocupação⁶⁶”.

Esses significados nos possibilitam a seguinte reflexão: a primeira definição ver o trabalho na perspectiva do capital, enquanto que na segunda, o trabalho é expressão de um ofício que é realizado. O ser humano, ao produzir trabalho, vai se construindo física e intelectualmente, dando significado ao tempo e espaço, dessa maneira, o trabalho é fazer história. Essa atividade laboral ganhou sentido e significado no espaço-tempo, pois nela é possível ver a essência do próprio homem que trabalha. Assim, o trabalho é vida humana, e como tal, essa atividade irá distingui-lo dos demais animais.

Ao produzir sua subsistência sobre a natureza, primeiramente de forma voluntária e posteriormente consciente, transformou a si e a sociedade primitiva. Na comunidade primitiva, existia de modo natural à divisão do trabalho por sexo e idade, todos os membros possuía um papel, uma responsabilidade na sociedade coletiva.

Nas antigas civilizações, a exemplo, da Grécia e Roma, sabe-se que o trabalho se tornou uma atividade negativa, porém necessária, ao delegar aos grupos de menor importância social o trabalho material (o trabalho pesado, que fazia quem trabalhava suar no cultivo). Enquanto, que o ócio (a atividade livre que deu desenvolvimento a filosofia) era restrito aos cidadãos da primeira classe.

Na Idade Média, sobre forte influência ideológica da igreja católica, o trabalho foi interpretado pelas escrituras sagradas, logo seu sentido foi manipulado aos interesses do clero,

⁶⁵ In: ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando**: introdução à filosofia, volume único, 6ª ed. São Paulo: Moderna, 2016.p. 57.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/trabalho/>. Acesso em 15 set. 2021.

tendo o sentido de “castigo e criação” (LIMA, 2019). Com passar do tempo, e como consequência do sedentarismo e do acúmulo de excedentes de produção, houve a necessidade de criar um trabalho social que divergia do material. Dessa maneira, a divisão do trabalho tornou-se efetivo através da fragmentação material e espiritual (MARX; ENGELS, 2005).

Passando o trabalho a ser realizado pelos escravos e o ócio para governar era exercido pelo conhecimento, pela classe dominante que reserva o saber. Então, diante as novas relações sociais, a divisão do trabalho transformou a atividade manual, que era tida como condenação e realizada por escravos, sendo associada ao sofrimento, que aliena e degrada.

O trabalho, agora é tido como emancipação e nodal em nossas vidas, pois ao tempo que escraviza, também o liberta (ANTUNES, 2005) através do conhecimento e do saber institucionalizado. Para Lessa e Tonet (2004):

O trabalho é o fundamento do ser social porque transforma a natureza na base material indispensável ao mundo dos homens. Ele possibilita que, ao transformarem a natureza, os homens também se transformem. E esta articulada transformação da natureza e dos indivíduos permite a constante construção de novas situações históricas, de novas relações sociais, de novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante (e contraditório, como veremos). É este processo de acumulação de novas situações e de novos conhecimentos – o que significa, novas possibilidades de evolução – faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza (p. 15).

Sendo o trabalho fundamento do ser social, ao transformar a natureza, produz a base material da sociedade. Esse é o pensamento de Marx, para o homem existir, é preciso transformar constantemente a natureza (LESSA; TONET, 2004). Porém, a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica, outros fatores sociais, é o que distingue o humano dos animais. Ao apropriar-se dos meios de produção da existência, o ser humano foi se educando e educando as novas gerações. Contudo, esse modo de produção escravista, todavia, chegara ao fim, encontrando sua crise estrutural, dando lugar, há um novo modelo de organizar e produzir o trabalho servil - o sistema feudal.

Segundo Antunes (2005, p. 139): “[...] o mundo do trabalho é marcado por formas de dominantes de estranhamentos e alienação”. O trabalho vai se consolidando na sociedade, a partir de inúmeras transformações, dominações, estranhamentos e alienações. Consequentemente, o mundo contemporâneo tem suas raízes na história do capitalismo, que se constituiu a partir do desenvolvimento contraditório da sociedade feudal e do trabalho servil.

O feudalismo foi um sistema econômico, político e social, caracterizado pelas grandes propriedades de terra (feudos) pertencentes à nobreza e ao clero, com o uso do trabalho servil,

tinham como meio de produção a subsistência. A sociedade evoluiu nos meios de produção das técnicas de trabalho e passou a se organizar de maneira diferente dando origem a burguesia e ao comércio. A burguesia e o comércio transformou o eixo da produção – do consumo para as trocas, do campo para a cidade e da agricultura para a indústria – determinando modo de produção capitalista, com a sociedade de mercado (SAVIANI, 2020).

Para Saviani (2020, p. 26):

Abriu-se então, uma era de revolução social liderada pela nova classe em ascensão, a burguesia. Pela revolução burguesa, os servos foram arrancados do vínculo com as glebas e os artesãos, do vínculo com as corporações, e transformados em trabalhadores livres.

É, portanto com fim do Feudalismo no final do século 18 que irá surgir um novo sistema de organização e produção do espaço geográfico – o Capitalismo. Mas, afinal o que é o Capitalismo? Trata-se de um sistema de acumulação de riquezas que gera crises, que vem sendo superadas ao longo do tempo e tem por objetivo obter lucro. Seu jogo de dominação econômica assegura a acumulação do capital, impondo uma nova divisão do trabalho.

Esse sistema provavelmente começou com as Grandes Navegações, período na qual as civilizações europeias de posse de novas técnicas avançadas para navegar partem em busca de especiarias (temperos) e pedras preciosas (ouro e prata), encontra pelo caminho novas terras, que foram exploradas contribuindo para o fortalecimento de seus comércios. Com o comércio em alta, houve a necessidade de proteger seus produtos nacionais, cria-se o Protecionismo, um mecanismo de proteção que consiste na criação de taxas alfandegárias (impostos) sob os produtos estrangeiros que tem o intuito de acumular o capital interno e aumentar o superávit comercial, esse mecanismo de proteção econômica também vigora nos dias atuais.

Com a expansão do capitalismo, a manufatura (realizada pelo trabalho manual) foi substituída pelo trabalho com uso das máquinas, na chamada Revolução Industrial no século 19, aumentando a produção e a divisão do trabalho. Marx (2008) vai chamar o trabalhador dessa fase de proletariado, “aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato (p. 30)”. Então, para Marx (2008, p. 91): “O trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador. O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto trabalhador, enquanto mercadoria é o produto do movimento total”.

Com a produção em massa e pouco consumidores, as grandes potências europeias inspiradas nas ideias do Imperialismo, aonde uma grande nação era aquela que possuía riqueza e poder, lançaram-se mais uma vez aos grandes mares em busca de novos

consumidores e encontraram diversas nações africanas e americanas, que foram exploradas e impostas a um sistema de comércio com balança desfavorável. Na qual a metrópole vendia os produtos industrializados à colônia a altos preços e a colônia vendia os produtos primários a baixo preço, favorecendo um desequilíbrio no sistema capitalista, que gerou poucos ricos e inúmeros pobres.

O trabalho proletário é aquele trabalho assalariado que transforma a natureza em mercadoria, ele também é responsável pelo modo de produção capitalista atual. O ser humano vem produzindo, acumulando riquezas e gerando crises. As crises são superadas com o intuito de obter mais lucro, pois a posse do poder assegura a acumulação do capital. Observa-se também que o sistema capitalista de obtenção de lucro, sujeita as economias a crises e desestrutura nações. O capital acaba com tradições e culturas e gera um contingente de desempregados.

3.2 AS BASES ECONÔMICAS DO MUNDO DO TRABALHO: DO LIBERALISMO AO (NOVO) IMPERIALISMO

Vê-se, assim, que a organização social em que vivemos assumiu suas feições características com a consolidação do poder burguês e a conseqüente formulação de sua visão de mundo: O liberalismo (Saviani, 2020, p. 26).

A nova forma da sociedade ocorreu a partir da Revolução Francesa, que consolidou-se com a derrubada da Comuna de Paris e inspirou a criação do liberalismo. O liberalismo se firmou como corrente do pensamento teórico e prático de caráter filosófico, político e econômico na Inglaterra por volta do século 19. Trata-se de uma concepção ideológica sistematizada a partir de três categorias: a propriedade, a igualdade e a liberdade.

De acordo com essa concepção, a sociedade é composta de proprietários livres que vigora a relação de troca e procura. Nessa situação, a burguesia tornou-se não apenas a classe dominante, mas também a classe hegemônica, que transforma o liberalismo em senso comum, na qual a ideologia burguesa passa a ser compartilhada por toda a sociedade (SAVIANI, 2020).

Para Losurdo (2006, p. 13) “o liberalismo é a tradição do indivíduo desconsiderada ou pisoteada pelas filosofias organicistas de diferentes orientações”. Existe uma relação muito forte entre o liberalismo e a teoria do individualismo, pois é ela quem sustenta a estrutura do mercado, aonde o indivíduo, enquanto proprietário deve-se encontrar-se livre na visão filosófica.

Em relação ao liberalismo econômico temos o direito de propriedade privada, o mercado é o conjunto de relações sociais onde se efetua as trocas de mercadorias prevalecendo à confrontação da oferta com a procura e a divisão do trabalho. A livre concorrência está limitada pela direito da propriedade privada dos meios de produção, razão pela qual o liberalismo se opõe a intervenção do governo na economia, pois se torna um concorrente do capital.

Já pela visão política, o liberalismo consiste na sociedade civil, a qual o poder é derivado do povo, portanto as leis devem primar pelo bem do povo, não pode criar impostos sobre propriedade e nem transferir o poder de elaborar leis sem o consentimento do povo. A forma de oposição dominante nessa nova organização social é a democracia, entendida como o regime político baseado na soberania popular (SAVIANI, 2020).

O liberalismo atingiu o seu apogeu e entrou numa profunda crise devido aos avanços tecnológicos, ao tempo em que possibilitou a produção em grande escala e reduziu os custos por unidade, havendo uma maior divisão social do trabalho. Além disso, com a expansão da economia ocorrida pela concentração e substituição do livre comércio pelos monopólios, o liberalismo que defende o livre mercado entraria em colapso.

Nesse contexto, a sociedade moderna, vivencia diversos conflitos entre nações, classes e raças. É nesse tempo em que se espera e exige da escola a formação para a democracia, pois ela inviabiliza essa tarefa impedindo a escola de realiza-la. Na sociedade capitalista existe uma enorme diferença social, a aparência da liberdade inculca a escravidão moderna do trabalho (SAVIANI, 2020).

A escola é um grande instrumento de construção da ordem democrática, ela é a redentora da humanidade, na qual deveria ser gratuita, pública, universal, obrigatória e laica. A educação escolar passa a ser entendida como instrumento de transformação dos sujeitos, e a via efetiva para se implantar a democracia. A classe dominante acredita que se as massas populares fossem alfabetizadas de acordo com suas ideologias, apoiaria seus projetos de governo, porém isso não acontece.

Para tentar coagir o público escolar cria se grupos pela reforma da escola como o Movimento Todos pela Educação que tem a função de recompor os mecanismos da hegemonia da classe dominante que se vê ameaçada pela crescente participação popular

(SAVIANI, 2020) nas políticas educacionais do país. O movimento “Todos pela Educação”⁶⁷ almeja a reformulação do currículo com foco sobre a prática-saber-fazer.

A escola também está voltada para a criação do trabalhador/a, que tem a aparência de ser um sujeito livre, mas que na verdade e materialmente é um escravo do sistema que lhe paga pela sua força de trabalho, o seu corpo. Para Saviani (2020, p. 29): “As cisões mencionadas expressam o caráter contraditório da ideologia liberal, contradição que é ao mesmo tempo a sua força e a sua fraqueza.” Pois, a propaganda de educação básica para todos vem escondendo a divisão do mundo do trabalho.

O ajuste estrutural provocado pelas políticas neoliberais de abertura econômica, privatizações e implantação das cadeias globais de produção levou a um crescimento exponencial do desemprego na década de 1980 e de instabilidade no mercado de trabalho com crescimento de ocupações informais, precárias, por conta própria, domésticas, temporárias e intermitentes (SANTOS; JAKOBSEN, 2020, p. 1).

O neoliberalismo deriva do liberalismo clássico, surgem da crise do liberalismo e do triunfo das políticas de intervenção estatal de orientação Keynesiana⁶⁸ e socialista⁶⁹, porém ambas não foram suficientes para inibir o surgimento de um novo pensamento político – o Neoliberalismo, que consiste em seu principal objetivo a conquista do mercado e no princípio da não intervenção do Estado na economia.

A burguesia capitalista controla grandes corporações e utiliza do avanço científico e tecnológico para modernizar as formas de produção, gerando como efeito secundário, o desemprego estrutural. De acordo com Harvey (2008)

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (p. 12).

⁶⁷ Todos pela Educação é uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da educação básica no Brasil. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br>. Acesso em 22 out. 2021.

⁶⁸ Keynesiana conhecida como uma revisão da teoria liberal refere-se à teoria de John Maynard Keynes (1883-1946) que defendia a necessidade de uma forte intervenção do Estado na economia para garantir o controle da inflação. Disponível em: <https://www.politize.com.br/keynesianismo/>. Acesso em 08 dez. 2021.

⁶⁹ Termo que deriva da palavra Socialismo, uma filosofia política, social e econômica que em na fase moderna data da publicação em 1848, do manifesto comunista de Marx e Engels. Para eles, o socialismo era, antes de qualquer coisa, uma negação do capitalismo, que desenvolveria sua própria identidade positiva (o comunismo) através de um longo processo revolucionário no qual o proletariado transformaria a sociedade e com isso, transformaria a si mesmo (BOTTOMORE, 2013).

O Neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que defende o mercado acima do Estado, reduzindo as funções sociais do Estado com políticas de privatização de empresas estatais e instituições sociais. O papel do Estado seria de criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas, como garantir a qualidade e a integridade do dinheiro, estabelecer as estruturas e as funções de defesa necessárias para manter o direito de propriedade privada e o mercado, e caso não exista devem criá-los. Mas, o Estado nunca deve ultrapassar essas práticas, pois não é sua responsabilidade interferir no mercado (preços).

O empobrecimento, expansão do desemprego, a desigualdade social e exclusão social, são justificados pelo Neoliberalismo como efeitos não desejados, mas inevitáveis na conquista do crescimento econômico. O sistema neoliberal está inteiramente ligada à globalização⁷⁰ que para Santos (2003, p. 15):

[...] é perversa, fundamentada na tirania, da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas.

Não vamos aqui aprofundar no assunto da globalização, mas deixemos o registro de que existe atualmente uma globalização neoliberal, uma ideologização que promove os mercados sobre o Estado, com predominância da regulação e o avanço dos interesses próprios sobre o bem coletivo. Com a existência do individualismo empreendedor dando menos importância às ações do bem-estar comum, o mercado vem reforçando o envolvimento do setor privado nos trabalhos do Estado.

Para Ball (2014) o neoliberalismo é um conjunto complexo de práticas que são organizadas em torno de certa imaginação de ‘mercado’ que objetiva acumulação do capital e geração de lucro. O “Neoliberalismo é sobre dinheiro e mentes, e como eu seguirei argumentado é um nexo de interesse comum entre as várias formas de capital e de Estado contemporâneo (BALL, 2014, p. 26)”. Empresas estão agora diretamente envolvidas com as políticas educacionais, são empreendedores em educação, com novas formas de filantropia e ajuda ao desenvolvimento educacional com objetivo de expandir o capital em busca de outras oportunidades de lucro.

As indústrias monopolistas produziam em grande escala obtendo uma grande produção sem ter quem consumisse, controlava os preços de forma que lhes dessem lucro. Porém, a incapacidade de consumo pela população pobre obrigou a expandir a produção e o

⁷⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

capital excedente para países colonizados. Ao levar o capital excedente para as colônias fazendo uma relação entre capital financeiro e industrial assegurou-se o mercado consumidor para os produtos das metrópoles, esse fato é chamado de (neo) imperialismo, uma política de expansão, domínio, exploração territorial e econômico de uma nação sobre outra.

A modernidade trouxe não apenas o progresso, mas também a deterioração das condições de vida da maioria da população, pois vem aumentando os desempregos, a aceleração da precarização das relações de trabalho e a crise de identidade nacional, entre outras coisas. Esses fenômenos são incompreensíveis sem uma reflexão sistemática sobre o imperialismo atual.

A intensidade e a diversidade das lutas políticas em diversas partes do mundo vêm transformando a sociedade numa explosão de lutas de classes. O imperialismo vem demonstrando uma surpreendente capacidade de contornar os obstáculos que lhe anteponha, impondo o padrão de acumulação neoliberalismo periférico à sociedade capitalista.

A acumulação de capital e a luta de classes são fenômenos que se condiciona reciprocamente no imperialismo atual, fazendo com que essa etapa seja a última do capitalismo, Lênin (2011) a chama de “etapa superior do capitalismo”, nessa etapa o imperialismo é apontado como regime de transição que prepara as bases objetivas do socialismo, ao pensar na substituição do capitalismo baseado na livre concorrência pelo capitalismo fundado no monopólio.

Por trás desse novo (imperialismo) está o que conhecemos como neoliberalismo e globalização. Nesse sistema, os detentores do poder e da expansão do lucro, nega os fundamentos democráticos da integração social em função do seu direito á lucratividade. Enquanto, o Estado vê na condição de continuar garantindo o conforto material ás massas. Tal situação contribuiu para choques de interesses entre os imperialistas de vários países resultando na 1ª Guerra mundial (1914-1917). É nesse cenário socioeconômico, que Ball (2014) vem dizer que:

A Educação é apenas uma manifestação de uma reformulação global das bases econômicas, sociais, morais e políticas do fornecimento do serviço público e do desenvolvimento de novos tipos de respostas políticas à desvantagem social (p. 43).

O processo de intensificação da precariedade docente é resultante das transformações do mundo do trabalho em sua totalidade sistêmica, materializada na proletarização do magistério, através das transformações curriculares para a formação inicial e continuada sob a premissa da atual agenda neoliberal,

[...] as reformas tiveram fortes influências sobre o trabalhador do magistério público e a precarização do trabalho docente tornou-se heterogênea e contraditória, exigindo distinguir suas particularidades, seu movimento e sua direção nos aspectos objetivos e subjetivos (SILVA, 2018, p. 212)

Tais mudanças impacta no trabalho docente, em decorrência das contrarreformas para a educação brasileira, que objetiva a formação para o capital e controle das práticas pedagógicas solidificadas após as políticas avaliativas e curriculares implantadas⁷¹ pelo projeto do empresariado internacional.

Nesse processo surgiram novas definições e concepções de qualidade educacionais, influenciadas por diversas agências multilaterais e fundações vinculadas a grandes grupos empresariais. Com destaque para os organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, OCDE, UNESCO, entre outras) que entram em cena para mediar os ajustes necessários para que os sistemas educacionais atendessem as demandas da nova ordem do capital (BORGES, 2014, p. 161).

O primeiro documento moderno que reflete a agenda neoliberal sob a educação é do Banco Mundial (BM). O segundo documento que apresenta as mutações da formação-atuação docente no país na perspectiva neoliberal é a Resolução de nº 2 do Conselho Pleno (CP) do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 1º de julho de 2015, que trata das novas Diretrizes Curriculares para formação inicial e continuada dos cursos de licenciatura.

A intensificação da precariedade do trabalho docente vem do revés da meta 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), que remete aos planos de carreira e ao regime jurídico dos profissionais da educação básica através da meritocracia⁷². Os professores temporários que trabalham 16 horas deixam nítidos “a ausência de uma política nacional para contratação e valorização do magistério que se agrava ao observamos os mecanismos de progressão (ANDRADE, 2019, p. 71)”. Além disso, a amplitude temporal da carreira é destoante no país, sem falar na remuneração e a sua evolução ao longo do tempo.

Outro fator, que cabe ressalva diz respeito à continuidade desses professores subcontratados nas escolas, como não há a regularidade do REDA permanecer em uma escola por mais de seis anos, isso é um empecilho para o desenvolvimento das atividades ao longo

⁷¹ Mais informações sobre esse assunto em: ANDRADE, Rodrigo Coutinho. **A formação-atuação docente em tempos de ofensiva neoliberal:** alguns apontamentos. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1736>. Acesso em 27 out. 2020.

⁷² Meritocracia está relacionada à avaliação de desempenho, que induz “as pessoas a tentarem obterem resultados melhores com vistas a obterem recompensas maiores (BARBOSA, 1996, p.64)”. Dessa maneira, a meritocracia enquanto critério de ordenação social tem no mérito a “capacidade de cada um realizar determinada coisa ou se posicionar em cada hierarquia, baseado nos seus talentos ou esforço pessoal – é invocado como critério de ordenação dos membros de uma sociedade apenas em determinadas circunstâncias (BARBOSA, 1996, p. 67)”.

prazo. Para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no Censo Escolar de 2018, houve uma intensificação da precariedade docente expressa nas condições de trabalho, a falta de materiais de trabalho, de bibliotecas ou sala de leitura, a falta de dependências adequadas para portadores de necessidades especiais, a ausência de laboratório de informática e infraestrutura escolar adequada à realidade da comunidade escolar, reflete nos índices educacionais.

Nos editais dos processos seletivos para contratação de professores REDA em 2017 e 2019, para posse os candidatos tinham que apresentar documentos que comprovem sua área de conhecimento. Existem atualmente inúmeros docentes atuando em áreas diferentes de sua formação pelo REDA, o que contribui para a insuficiência do ensino-aprendizagem. Essa situação é decorrente da uberização do trabalho docente, que tem como gênese as premissas e institucionalidades da reforma gerencial de Estado que sindicaliza os profissionais da educação.

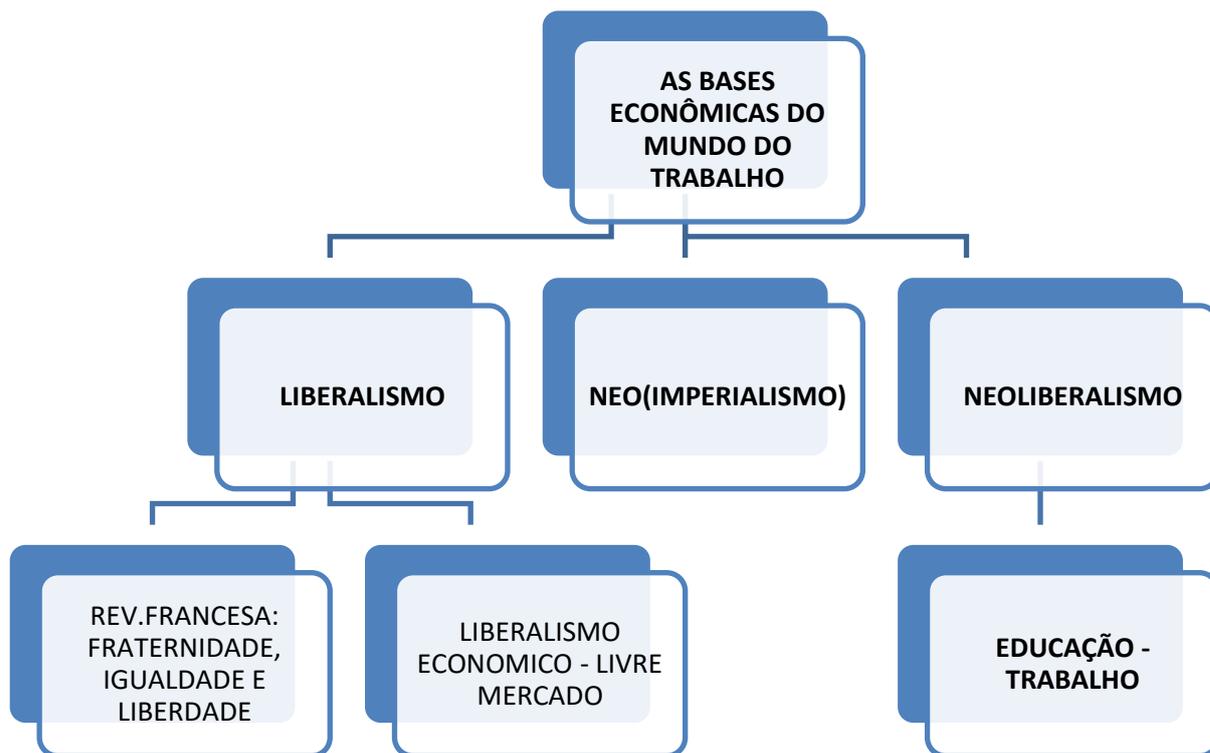
Através das avaliações externas, também “não apenas através da contratação precária, ou da intensificação da precariedade, mas da absoluta desprofissionalização sob a farsa da polivalência mediada pela performatividade⁷³ (ANDRADE, 2019, p. 67)”. Os professores temporários ou eventuais contratados pelo REDA ficam excluídos da valorização salarial – pois não dispõe de tempo de serviço suficiente para aposentadoria futura.

Além disso, existe um ocultamento da realidade do professorando na contemporaneidade, para sua reprodução social-material incluindo as condições mínimas para o trabalho e de suas práticas pedagógicas, o que favorece a atuação das consultorias, fundações, dos organismos sociais, estruturados por frações do empresariado no processo de privatização para a implantação da pedagogia do resultado, de modo oculto reproduzem a pedagogia da hegemonia.

No fetiche da prática para a formação docente está a agenda neoliberal, na qual predomina o presentismo, o imediatismo, a instrumentalização das práticas pedagógicas sem reflexão da práxis, sob os princípios da pedagogia flexível na pós-moderna sociedade do capital, o saber-fazer, é a conceito chave. Para sintetizar essa discussão, apresenta-se a seguinte figura 07:

⁷³ A concepção vem sendo desenvolvida por Stephen Ball que desvela que a performatividade se articula ao movimento capitalista no qual entre outras medidas dissemina a forma de mercado e uma gestão gerencial no público. “A performatividade tem como cerne resultados e desempenhos, evocando um forte controle sobre a atividade docente e emanando critérios de competição e individualismo os quais ruem princípios democráticos como autonomia e cooperação e sejam comprometidos com um programa de educação baseado em justiça e igualdade social (SHERER, 2019, p. 29)”.

Figura 07: Fluxograma síntese



Fonte: Dados produzidos pela autora, 2021.

Portanto, refletir sobre as condições de trabalho do professor pela política do neoliberalismo na atualidade não é defender os profissionais da educação de forma purista e sim proporcionar um exame das contradições sobre estes profissionais em tempos de intensificação da precariedade de seu trabalho no labor de sua totalidade.

3.4 DO CAPITALISMO À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

A organização do trabalho esteve estruturada por um bom tempo nos sistemas de produção: Taylorismo e Fordismo⁷⁴. Com a crise desses dois sistemas possivelmente foi nos anos de 1970 que desencadeia-se a crise estrutural do capital, que se estende aos dias atuais através do processo de reestruturação do

⁷⁴ O taylorismo caracteriza-se pela ênfase das tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional, a sua organização basear-se a partir do tempo de trabalho. Enquanto, o Fordismo trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, de outro, o consumo em massa. Tanto o sistema taylorista quanto o seu descendente, o fordista, germinaram e expandiram-se em um período de crescimento econômico e de guerra, ambos foram desenvolvidos para produzir grandes quantidades de produtos tendo poucos níveis de diferenciação (PINTO, 2010).

trabalho, emergindo no chamado toyotismo e pela era da acumulação flexível, da gestão organizacional e do avanço tecnológico. Para Pinto (2010)

[...] o toyotismo surgiu num contexto de crescimento econômico lento, em meio a um mercado interno que, se por um lado visava o consumo de praticamente todos os tipos de bens e serviços, mostrando-se diversificado, por outro se caracterizava pela pequena expansão da demanda (p. 60).

As características do toyotismo é expressa pela flexibilização, terceirização, subcontratação, controle de qualidade total do processo produtivo que constitui num grupo de trabalhadores interligados pelo capital a pensarem sobre o seu trabalho e desempenho visando à melhoria da produção.

Dessa maneira o intelecto do trabalhador torna-se um importante instrumento de exploração da força de trabalho pelo capital. Esse modelo de produção realizado pelas empresas se expandiu para outros setores de serviços encontrando nas políticas neoliberais ideias favoráveis à adaptação dos elementos do toyotismo para o mundo do trabalho contemporâneo.

O capital inicia seu processo de reorganização da dominação societal por meio da subjetivação e do individualismo exacerbado contra o coletivismo social. Sendo responsável por uma nova forma de organização industrial e de relacionamento entre o capital e o trabalho, possibilitando a formação de um trabalhador mais qualificado⁷⁵ e subordinado para o espaço do trabalho.

Vale ressaltar que as mudanças que afetam o mundo trabalho, não são consequência apenas das tecnologias, mas sim resultado de uma série de fatos históricos e geográficos. O regime de acumulação flexível tem como características a nova divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica, entre outros sinaliza a nova fase do sistema de produção capitalista.

⁷⁵ Quanto mais os produtos tem qualidade total, mas rápido deve ser seu tempo de uso, isso significa que o trabalhador qualificado deve ser descartado para ser substituído num processo conhecido por terceirização do trabalho, eliminando a ideia de empregabilidade ou segurança de trabalho, “Como o capital tem uma tendência expansionista intrínseca ao seu sistema produtivo, a “qualidade total” deve tornar-se inteiramente compatível com a lógica da produção destrutiva (ANTUNES, 2009, p. 52)”. Eliminando trabalhador concursado ao aumentar o número de contratações temporárias.

A crise do capitalismo que iniciou em 1929 mostra-se longeva, duradoura, sistêmica e estrutural. Decorrente da falência dos dois mais arrojados sistemas estatais de controle e regulação do capital do século XX: O primeiro trata-se do keynesiano e o segundo do socialismo, em ambos, o agente regulador político foi desregulado pelo sistema sociometabólico do capital.

O neokeynesiano é considerado, portanto como um dos principais males das crises anteriores do capitalismo, e agora é tido como salvador do sistema da servidão, da subordinação da humanidade a lógica destrutiva do capitalismo em sua fase financeira (ANTUNES, 2011), pois a riqueza é gerada pelo investimento e exploração da força de trabalho. “Além disso, o capitalismo brasileiro principalmente seu padrão de acumulação está sustentando no processo de baixa remuneração salarial, tendo forte dependência dos capitais externos (ANTUNES, 2005, p. 132)”.

Desde a década de 1960, Mészáros (2011) é um dos mais críticos às engrenagens que caracterizam o sistema sociometabólico do capital, alertando para sua crise que se mostra longeva, duradoura, sistêmica, estrutural e dominante nos dias atuais. O sistema do capital é processual e profundamente destrutivo. Com a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho através da precarização e do desemprego estrutural, além de destruir a natureza, o capital não tem limite. Ainda para Mészáros (2011) a crise atual é endêmica, cumulativa, crônica e permanente. O que nos impulsiona a buscar alternativas para um novo modo de vida contrário à lógica destrutiva do capital.

As respostas para a crise estrutural do capital estão sendo justificadas pelas políticas neoliberais e pela reestruturação produtiva da era da acumulação flexível que tem acarretado profundas consequências para o mundo do trabalho, tais como o desemprego estrutural, a precarização do trabalho e as degradações ambientais ambas voltadas para a produção de mercadorias e pela valorização do capital, essas seriam motivações para o fim do trabalho e a concretização do tempo livre (ANTUNES, 2009). Pensar no fim do trabalho é um equívoco, pois é necessário entender as ocorrências que vem acontecendo no mundo contemporâneo, bem como as principais consequências para a sociedade produtora de mercadorias,

[...] o sistema de capital, por não ter limites para a sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva. Conformados pelo que se denomina, na linhagem de Marx, como mediações de segunda ordem – quando tudo passa a ser controlado pela lógica da valorização do capital, sem que se leve em conta os imperativos humano-sociais vitais-, a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua consequente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente. Expansionista na busca crescente e desmedida de mais-valor, destrutivo na sua processualidade

pautada superfluidade e descartabilidade, o sistema de capital torna-se, no limite, incontrolável (ANTUNES, 2011, p. 11).

O sistema de capital desenvolve-se com a utilização do valor de uso da mercadoria em seu processo de acumulação, subordinando o valor de uso aos imperativos do valor de troca (HARVEY, 2013). A disjunção entre a produção para as necessidades sociais e autorreprodução do capital é o centro do capitalismo atual gerando consequências devastadoras para a população mundial. Antunes (2011) acrescenta

No meio do furacão da crise que agora atinge o coração do sistema capitalista, vemos a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado, herdeiro da era taylorista e fordista, modelo dominante no século XX – resultado de uma secular luta operária por direitos sociais – que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo,” “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”, formas que oscilam entre a superexploração e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global. Isso sem falar na explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes, considerando que estes últimos são os primeiros a serem mais fortemente penalizados (p. 13).

A crise estrutural do sistema do capital está atingindo a todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. É crescente o desemprego e a miséria humana a ela associada. Também está em evidência a crise estrutural da educação que se aprofunda a cada dia, com professores mal remunerados, contratados por aula-hora, com a falta de boa estrutura física e material para trabalhar, é crescente a ausência do Estado com a coisa pública. Obrigando milhares de profissionais da educação ao desemprego, assim emerge os diversos tipos de desemprego como tendência socioeconômica do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo.

Como resultado dessa tendência, o problema não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, que agora disputam, somando-se ao estoque que anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 69).

O capital quando não encontra novos canais para expandir, não tem alternativa a não ser deixar que a sua força de trabalho local sofra com as graves consequências da sua deterioração - o desemprego. Enquanto o nekeynesianismo prega a privatização como resposta encontrada pelo capital para sua crise estrutural, para construção de um novo modo de vida necessitam de um novo sistema sociometabólico que esteja baseado na

autodeterminação de indivíduos livres e aliado em valores para além do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Depois da constituinte de 1988, dá-se início a reforma empresarial da educação brasileira na década 1990 quando os partidos políticos de direita defendem um referencial nacional curricular, que começaria a ser pensada durante o governo de Itamar Franco através dos PCNs e pelo sistema de avaliação SAEB dando origem o sistema de responsabilização (*accountability*⁷⁶). O sistema de responsabilização ficou conhecido nos Estados Unidos como (*Era accountability*) nesse mesmo período, no auge do neoliberalismo em 2002.

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) perde as eleições em 2002 para o Partido dos Trabalhadores (PT), com o presidente Lula Inácio Lula da Silva, inicia-se no país um capitalismo desenvolvimentista que buscou enfrentar o setor empresarial e político vinculado ao neoliberalismo daquela época. Porém, em 2016 com o golpe jurídico-parlamentar midiático, quando a então presidenta Dilma Rousseff, por meio da lei sofre um *impeachment* oriundo da pressão da bancada evangélica e do movimento de rua (Movimento Escola sem Partido e do Movimento Brasil Livre), volta-se ao retrocesso das políticas conquistadas democraticamente.

Como o impeachment está previsto na constituição do Brasil, gestou-se a “alternativa ideal” das classes dominantes e suas distintas frações: deflagrar um golpe com aparência legal e constitucional. Um golpe que, contando com o decisivo apoio da grande mídia e de parcelas decisivas do poder judiciário, assumiu a feição não de um golpe militar, como em 1964, mas um golpe de novo tipo, parlamentar, com forte respaldo judicial e mediático (ANTUNES; SANTANA; PRAUN, 2020, p. 47).

Concretizado o golpe, Temer assumindo a presidência retoma o liberalismo econômico no país. As ideias do neoliberalismo irão conduzir as reformas educacionais vigentes que estão impactando significativamente na formação docente. Para Freitas (2018) essa retomada do liberalismo econômico é resultado de uma política global de reforma de educação, aonde prega a necessidade de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O que significa padronização, testes e responsabilização (*accountability*) da educação, extinguindo a diversidade. São os Estados nacionais através do capital financeiro rentista que opera de forma supranacional. Além disso, a nova base impõe aos currículos disciplinas como

⁷⁶ *Accountability* educacional [...] fixar a responsabilidade pelas ações e pelos seus resultados que teriam a capacidade de melhorar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação [...] um sistema de *accountability* educacional, para funcionar, deve contar quatro elementos: informação, padrões, autoridade e consequências (SHIROMA; EVANGELISTA, 2011, p. 139).

projeto de vida e empreendedorismo, que visa unicamente à ideologia da preparação do indivíduo para o mercado de trabalho.

É nesse contexto social, que vão ocorrer às eleições de 2018, tendo um número significativo de candidatos a presidência. Vindo a ser eleito o exdeputado presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2021), atual presidente, que vem adotando uma política de desmonte da educação pública, forte consequência para o trabalho docente, principalmente as oriundas durante a pandemia da COVID-19.

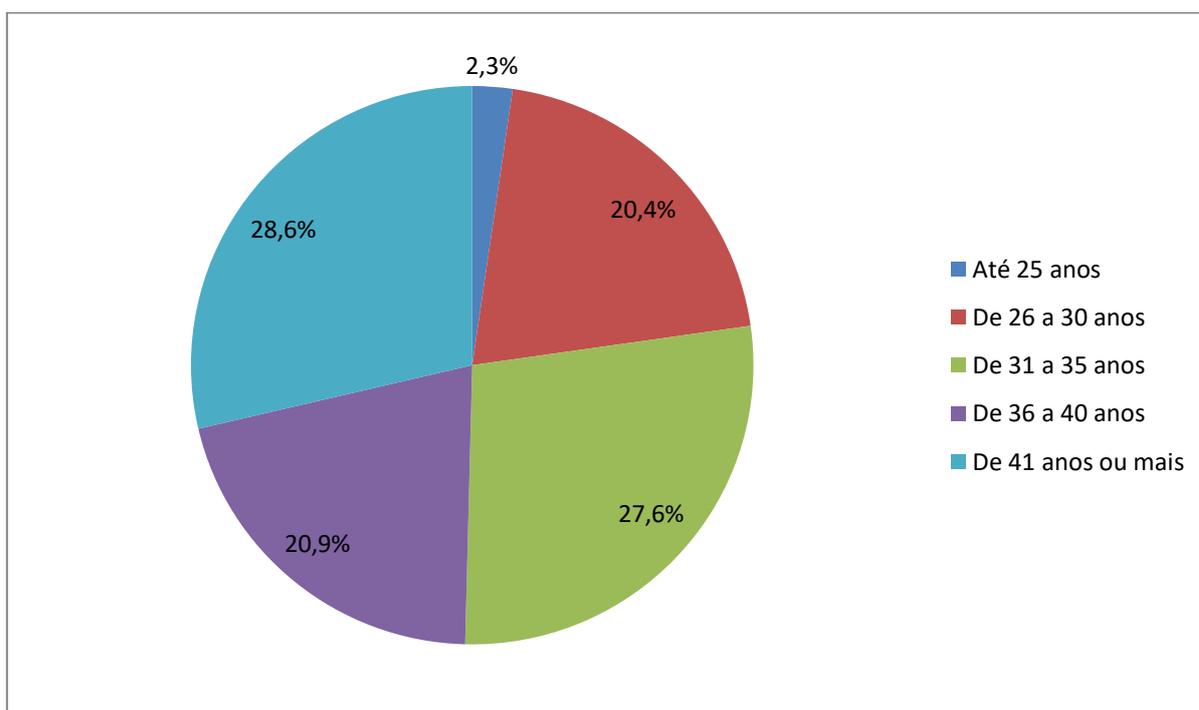
4 A PRECARIZAÇÃO SUBJETIVA DO TRABALHO DOCENTE

As informações apresentadas foram obtidas numa pesquisa de campo, através de um questionário compartilhado nas redes sociais (*Whatsapps* e *Facebook*) dos professores REDA no estado da Bahia. A pesquisa recebeu um total de 196 respostas, entre os dias 05 de setembro a 05 de outubro de 2021. Para facilitar a compreensão dessa análise, os dados foram agrupados e divididos em quatro tópicos: O primeiro tópico apresenta o perfil do professorado REDA, o segundo expõe o regime de trabalho no REDA, o terceiro tópico fala dos trabalhos desse profissional durante a pandemia e no quarto tópico mostra a opinião dos professores terceirizados em relação ao contrato REDA.

4.1 CONHECENDO O PERFIL DO PROFESSORADO REDA

É muito importante traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa, pois assim é possível conhecer e reconhecer os profissionais da educação contratados pelo REDA. Dessa forma, a primeira questão está relacionada à idade, pois se pretende saber a faixa etária dos docentes, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 03 – Idade



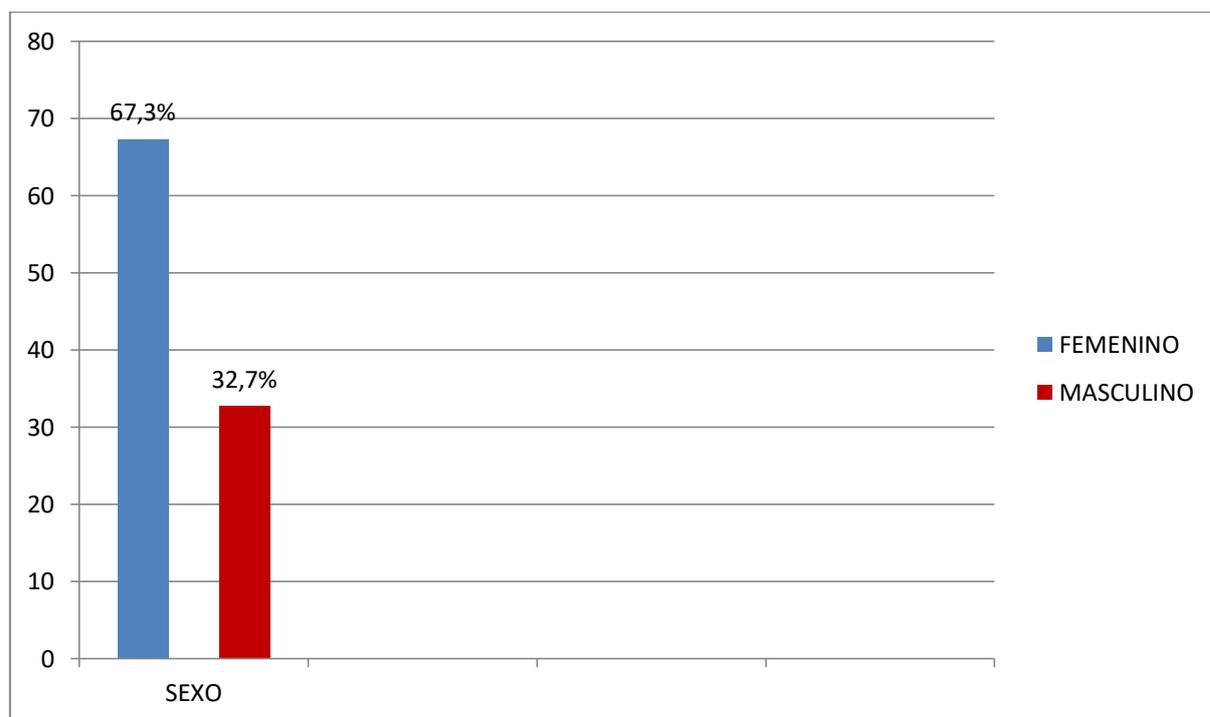
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

O REDA como contrato de trabalho proporciona experiência profissional. Nessa pesquisa, tem-se a confirmação de que o REDA não é para acolher os professores iniciantes. Na verdade, o que se tem é um grande exército reserva de trabalhadores ao apontar para 28,6% do professorando na faixa etária de mais de 41 anos de idade, isso significa um grande número de mão de obra disponível, ou seja, várias pessoas que ainda não tem uma colocação de emprego no mercado educacional.

Esse dado é preocupante, se somamos a faixa etária dos 31 anos acima, vamos ter um percentual acima dos 70% por cento em situação de emprego eventual, como nos aponta os estudos de Antunes (2018), isso representa uma significativa parcela de profissionais docentes em situação de empregos temporários ou desempregados no estado.

Outro dado, importante está relacionado ao sexo dos profissionais que trabalham pelo REDA. De acordo com o gráfico 04, a profissão docente no REDA é composta por 67,3% do sexo feminino, enquanto que apenas 32,7% se declaram do sexo masculino.

Gráfico 04 – Sexo



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Então, a questão de gênero é algo importante, a ser analisando quando pretende traçar o perfil dos professores REDA. Sendo a profissão docente representada pelo público feminino, possui particularidades, que expostas revelam a precarização das condições do trabalho docente. A segregação sexual das profissões é uma das formas de segregação do

mercado de emprego em função do sexo, e a expressão mais visível das desigualdades entre homens e mulheres (MOREIRA, 1987).

Para Antunes (2005, p. 145) uma tendência do mundo do trabalho está relacionada ao aumento do trabalho feminino, mas que tem um movimento inverso quando se trata da temática salarial, onde os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores às aquelas recebidas pelos trabalhadores do sexo masculino, o mesmo ocorrendo em relação aos direitos sociais e do trabalho.

Essa realidade é comprovada na pesquisa, quando apresenta que, as mulheres são maioria no REDA e que esse tipo de contrato paga menos do que um concurso, sendo essa uma prova contundente da precarização do trabalho, tendo como critério a categoria gênero. Para Cunha *et al.* (2022): “A predominância de mulheres no exercício docente na Educação Básica não é um fenômeno novo”. A feminização do magistério envolve entender que a sociedade conservadorista-patriarcal divide o trabalho entre o que os homens podem fazer e o que cabe às mulheres desempenhar nela (PRÁ; CEGATTI, 2016).

De acordo com Almeida (1986, p. 74): “[...] ser professora representa um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças”. Essa ideia de vocação feminina para o cuidado está relacionada, portanto, a inserção da mulher no trabalho com crianças, e por isso desqualifica o ofício no reconhecimento profissional expresso nas diferenças salariais (CUNHA *et al.*, 2022). Assim, por ser a docência uma profissão identificada como “feminina”, as mulheres são desvalorizadas, ao não receberem o devido reconhecimento profissional.

No capitalismo, não é qualquer tipo de trabalho que é valorizado, sendo a profissão docente, uma delas, pois “As condições de trabalho são sexualizadas, porque é resultado de padrões de emprego segregados por sexo (MOREIRA, 1987, p.16)”. Essas “[...] relações de trabalho também expõem com clareza os padrões hierárquicos nas relações entre as mulheres, organizadas por outras variáveis, entre as quais se destacam classe e raça (BIROLI, 2016, p. 7)”, juntas essas variáveis configuram a desigualdade do papel da mulher na sociedade.

Para Hirata (2018, p. 15) “Não é só em casa que se é oprimida, nem só na fábrica que se é explorada”. As mulheres no capital, não tem existência enquanto sexo social, mas fazem parte do exército industrial de reserva, estando disponíveis para os contratos REDA. Com as

transformações ocorridas nas últimas décadas, as mulheres continuam além de dedicar às tarefas domésticas, a também terem rendimentos, geralmente menores que os homens no trabalho fora de casa.

Um fato histórico que deve ser levando em consideração, quando se questiona: “Quem é que vai tomar conta das crianças se todos saem de casa para trabalhar?”, essa pergunta, considera a mulher a responsável por esse ofício, sem dúvida, o patriarcado⁷⁷ ainda continua presente e forte, contribuindo para a feminização da profissão docente, pois ao incentivar a educação das crianças desde o lar aos cuidados das mulheres, esses cuidados se estende aos espaços escolares, as professoras.

Para Biroli (2016, p. 725): “A posição das mulheres nas relações de trabalho está no cerne das formas de exploração que caracterizam, nelas, a dominação de gênero (ou o patriarcado⁷⁸)”. As mulheres são delegadas aos cuidados dos filhos, da casa, essa mudança de papel começa a mudar com o direito a escola e ao voto. Há muito, o que conquistar, começando pela responsabilidade de todos (as) em casa, isso refletirá em longo prazo na sociedade como um todo.

Também para Biroli (2016, p. 725). “A responsabilização desigual de mulheres e homens por trabalho que nessas abordagens é definido como produtivo e não remunerado seria a base do sistema patriarcal no capitalismo”. Tendo as mulheres a força de trabalho apropriada, os homens estaria se beneficiando e explorando-as através dessa ideologia, ao justificar suas perdas financeiras, pois as mulheres dividem sua atenção entre o trabalho e seu lar. Além disso, o trabalho não remunerado das mulheres mantém o *status quo* da economia e do patriarcado na sociedade do capital.

Mesmo possuindo mais acesso à educação e vivenciando as inúmeras transformações no padrão ocupacional, as mulheres ainda não conseguiram superar as desigualdades entre os homens em relação aos rendimentos salariais. Elas estão mais sujeitas a precarização no trabalho, em contratos temporários, como o REDA. A margem da exclusão e da marginalização do trabalho, as mulheres constituem um grupo que tem acesso e ocupações específicas no mercado de trabalho, são o caso das professoras mulheres.

⁷⁷ “[...] o patriarcado teria se caracterizado pela exclusão das mulheres e pelo controle direto de um homem sobre uma mulher, exercido da sua posição de marido ou de pai (BIROLI, 2016, p. 728)”, contribuindo para o barateamento da mão de obra feminina em relação à masculina.

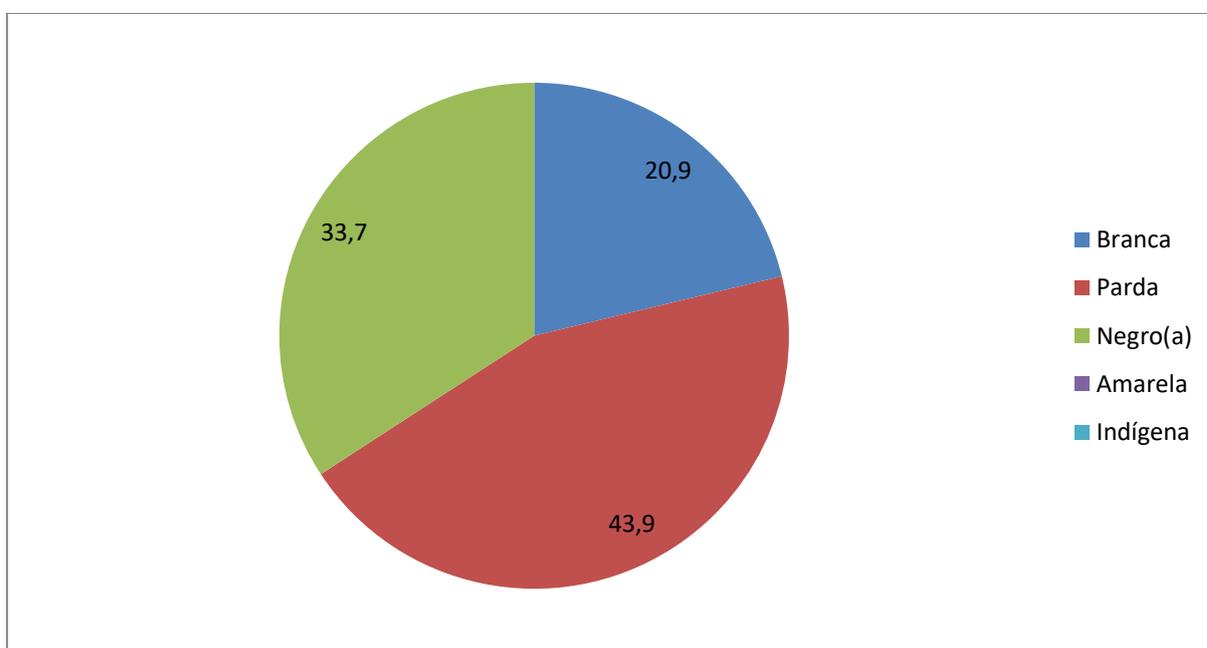
⁷⁸ No que diz respeito ao sentido histórico do patriarcado, Engels, em “A origem da família”, da propriedade privada e do Estado, lembrou a afirmação que ele e Marx escreveram em “A ideologia alemã” há quarenta anos: “a primeira divisão do trabalho foi a que ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos” e acrescentou: O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino (MATTOS, 2019, p. 59).

Conforme aponta a literatura, a divisão sexual do trabalho é a base que assentam essas hierarquias de gênero na sociedade, revelando a posição desigual para as mulheres, e se levar em conta a questão de classe e raça, isso ainda pode ser mais desigual. Dessa maneira, a distância entre mulheres e homens continuam significativa no mundo do trabalho. As mudanças na posição que ocupam na sociedade é resultado combinado das forças capitalistas e das lutas femininas. Além disso, o número de mulheres na posição de chefe de família aumentou significativamente, ora também são a renda principal ou complementar da família.

Enquanto, em casa as mulheres sofrem opressão, no trabalho profissional estão sujeitas a expropriação, a fragilidade do trabalho. Souza Santos (2020) adverte que na quarentena da pandemia foi difícil para as mulheres, devido ter que prestar cuidados dentro e fora de casa, as professoras estão super atarefadas, elas vivem num mundo, o qual não existe apenas o sexismo, mas também existe o racismo, o classismo entre outras formas de opressão. Assim, o problema maior foi a questão do privilégio, pois o fato da professora-educadora ser uma mulher, as colocam na posição de relação de poder que as diferenciam em contextos diversos de acordo com a classe social e a sua raça.

Dentre os direitos já conquistados; assegurar o acompanhamento do recém-nascido antes do retorno as atividades docentes; escutar o público feminino para descobrir e criar políticas de fomento a valorização do trabalho das mulheres nos espaços escolares, seria uma ótima iniciativa.

Gráfico 05 – Em relação a cor ou raça, como você se autodeclara?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Como mostra o Gráfico 05, os docentes que trabalham pelo REDA em sua maioria são de cor parda e negra, um total de 77,6% das pessoas que se autodeclararam dessa cor. Isso significa a existência do aumento do reconhecimento e da valorização étnico-racial, resultado também de inúmeras políticas de Igualdade racial e das políticas de cotas presente nos processos seletivos e concursos públicos ofertados no estado.

Conforme consta no edital SEC/SUDEPE de nº 003/2017 no item 2.4.1 das vagas destinadas à população Negra: “Reserva de vagas para população negra em atendimento a Lei estadual nº 13.182 de 06/06/2014 e ao Decreto estadual nº 15.353 de 08/08/2014”. A política de cotas é uma realidade, que está dando ao REDA a possibilidade de inclusão da população negra aos processos seletivos. Tais processos favorecem o emprego a esse grupo que há muito tempo tem sua representatividade nas diversas profissões negada.

Isso também é reflexo da escola pública que está permeada de interesses privatistas, a entrada do empresariado nas escolas brasileiras se dá na primeira década do século XXI. O trabalho flexível do professor é advindo da entrada do empresariado na área educacional, com aumento da parceria entre público e privado, os professores foram se adaptando a ideologia dominante e a sua hegemonia.

Os professores terceirizados (as) vêm contribuindo indiretamente para a geração de mais-valia no permanente movimento do capital que busca transformar a educação em mercadoria. Os professores enquanto classe trabalhadora vendem sua força de trabalho em troca de salário, nesse processo são explorados pelo capital.

Em geral os professores são assalariados, não são donos dos meios de produção, são proletarizados e vivem submetidos a um crescente processo de perda do controle do processo de trabalho e flexibilização das formas de contratação e atuação. Não obstante os professores exerçam uma função predominantemente intelectual, esses trabalhadores não estão afastados da alienação do trabalho, da expropriação e da subsunção à lógica do capital (SILVA, 2018, p. 38).

Desse modo, o trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista, dentre as formas de precarização do trabalho docente na contemporaneidade temos a terceirização do trabalho, que segundo Thomaz Júnior (2004) os trabalhadores diminuem, enquanto cresce a franja de trabalhadores assalariados em bases de modalidades precárias surgem, como o subemprego, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, entre outros, o trabalho pelo REDA.

O artigo 37 da Constituição Federal de 1988, em seu inciso IX permite a realização de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional

interesse público, por período que não ultrapasse o limite máximo de dois anos. No entanto, a contratação temporária vem ocorrendo exageradamente, se tornando mecanismos permanentes e não temporários, deixando de ser excepcionais e passando a ser frequentemente utilizados com os mais diversos propósitos.

Nesse processo, sabe-se que, tanto os professores efetivos, quanto os temporários realizam trabalhos similares, no entanto, o docente temporário (REDA), acaba vivenciando uma intensificação e precarização do trabalho diferenciada se comparado com os estatutários, pois vivem diante da incerteza sobre seu futuro profissional. De acordo com Silva (2018)

A rotatividade dos professores temporários é muito alta, pois estes profissionais dependem de novas convocações a cada início de ano letivo, a partir das demandas da rede, para ser novamente admitido. Assim, não há uma continuidade do trabalho pedagógico nem a criação de vínculos profissionais ou institucionais, pois cada novo ano letivo que se inicia representa uma incógnita na vida profissional do professor temporário, que não sabe em que escola irá atuar e se será recontratado. Situação esta que tem grandes chances de incidir negativamente sobre a qualidade do ensino ministrado nas redes públicas de ensino (p. 223).

O problema maior do REDA é a rotatividade, esse tipo de contrato emerge de um contexto muito mais amplo, pois refletem as tendências do mundo do trabalho - a reestruturação produtiva do capital. Marx (2008) ao referi-se aos trabalhadores proletariados, como sendo aqueles produtores de mais-valia, que vivenciam às condições dadas pela subsunção real do trabalho ao capital destrutivo, significa que essa classe trabalhadora está submetida ao trabalho alienado. Apesar da precarização do trabalho docente ser alvo de várias pesquisas, o processo de precarização não é heterogêneo, apresentando inúmeras diferenças, assim como nos revela, Silva (2018)

A precarização perpassa pelo setor estável do professorado nas redes públicas de educação básica sob as mais diferentes nuances e perspectivas, no entanto, ela é ainda mais intensa nos estratos de trabalhadores docentes que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana dentro do espaço público, dada pelo trabalho temporário, contratos de tempo parcial, por hora, entre outros (p. 213).

A ausência de vínculos é um verdadeiro desafio para a construção de uma carreira, pois, na realidade acabam se tornando uma instabilidade permanente. É isso, o que está se presenciando hoje no estado, com o número crescente de REDA que se autodeclaram parda ou negra, isso significa ter professores temporários, eventuais, subcontratados com forte tendência a precarização do trabalho. Dentre as formas acentuadas de precarização, existe a docência eventual, que corresponde:

[...] aquele cuja contratação informal está aquém da precarização situacional do professor temporário que é admitido por contrato, no qual a investidura no cargo se dá minimamente nos marcos constitucionais, garantindo aos professores ao menos o salário inicial da categoria. Além da falta de garantia no emprego e da remuneração insegura, os docentes eventuais carecem de uma identidade baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento. Sabem que não há nenhuma sombra de futuro, da mesma forma como não há futuro no que eles estão fazendo (SILVA, 2018, p. 228).

O trabalhador (a) docente é expropriado brutalmente, pois os professores eventuais não têm aulas e/ou classes atribuídas, mas sim uma vaga em uma escola, para substituírem faltas de professores efetivos. A contratação e o exercício das atividades dos professores da rede baiana de ensino público são constantemente alterados por diversas resoluções, atingindo o auge em termos de precarização.

O processo de reestruturação produtiva do capital em curso vem desde a década de 1970 causando alterações na Organização do trabalho, com predomínio da flexibilização dos contratos de trabalho, o que contribuiu para a precarização das condições do trabalho docente e também proporcionou a contratação de professores pelo REDA. É preciso entender essas relações subjetivas da organização do trabalho em tempos de reestruturação produtiva do capital de maneira a analisar como o trabalho flexível vem penetrando na educação com consequências fortes para o trabalho docente.

O trabalho do (a) professor (a) não está dissociado das relações sociais capitalistas e, embora possua características próprias, possui também características comuns a outras atividades do mundo do trabalho. Para Silva (2018, p. 211) “[...] precarização, flexibilização, trabalho temporário e formas atípicas de trabalho são características pertinentes, inclusive, ao trabalho docente”.

A ofensiva neoliberal da década de 1990 com a Reforma de Aparelho de Estado abarcou um conjunto de reformas educacionais na América Latina e no Brasil, dando aos professores maiores responsabilidades quanto ao desempenho dos alunos, da escola e do sistema de ensino. As políticas governamentais dos anos 90 com as reformas educacionais e a privatização acentuada contribuíram para a flexibilização do trabalho docente. Nesse contexto, as formas de contratações precárias através do trabalho temporário, contratos atípicos e salários baixos foram adentrando as redes públicas (SILVA, 2018).

De acordo com o exposto, a contratação temporária via REDA tem sido usada como um meio de mascarar a ausência de concursos públicos, isso porque a política pública tem

privilegiado a contratação temporária como regra em detrimento do concurso público, surgem dessa forma novos formatos que tem por objetivo continuar privilegiando o clientelismo no estado. A precarização do trabalho docente é contraditória e heterogênea, pois implica não apenas aos baixos salários ou aos contratos desprovidos de seguridade social, mas também as condições e as relações de trabalho que levam a desvalorização dos profissionais da educação.

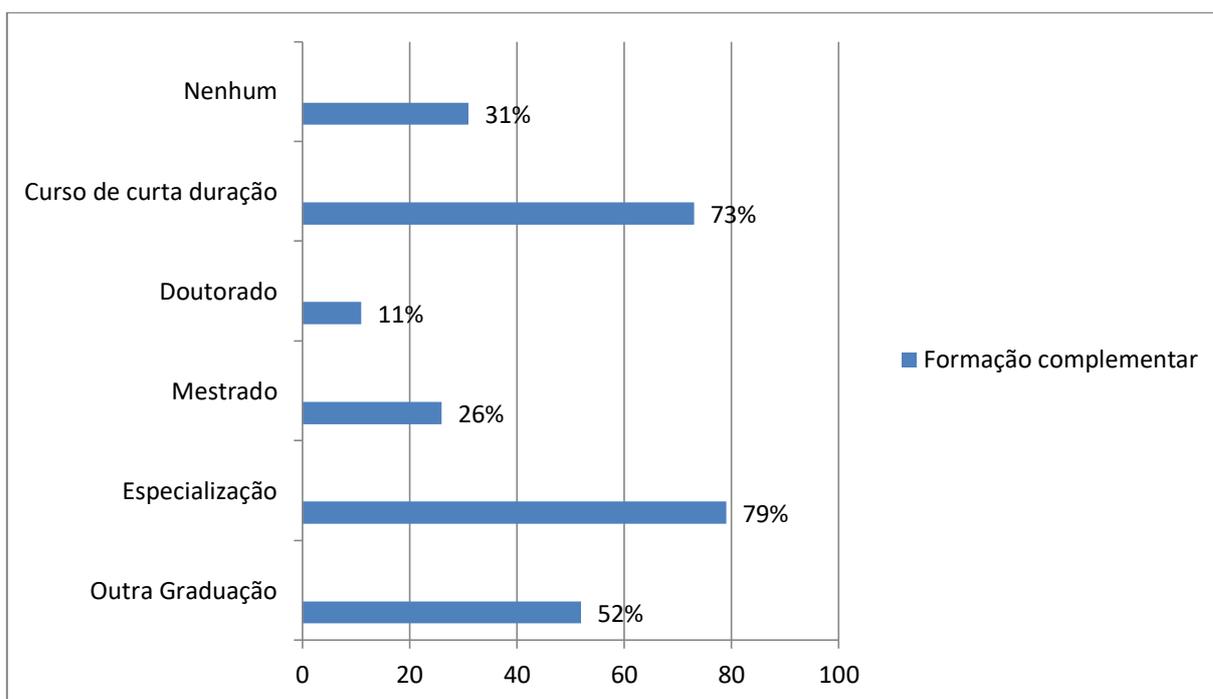
A força de trabalho do professor proletariado “é o seu próprio corpo, é ele mesmo. Assim ao vendê-lo ele está se vendendo a si mesmo (SAVIANI, 2020, p. 29)”. Atualmente é possível identificar diversas frações do professorado que atua no setor público. A fim de demonstrar essas formas e as tendências da precarização do trabalho docente, a pesquisa se direciona ao cenário de expropriação do magistério público com dados específicos, com ênfase nos professores contratados pelo REDA, por considerá-los profissionais que vivenciam a precarização de forma acentuada, principalmente se levar em consideração ao gênero e a cores desses profissionais.

Esse estudo aponta a precarização objetiva e subjetiva do trabalho docente que atinge os docentes instáveis, mas que também afligem aos estáveis, pois a precarização do trabalho docente, não é apenas a precarização do trabalho no sentido da mera força de trabalho, mas sim da precarização do homem que trabalha (LÚCKAS, 2013). Apesar de existirem legislações e documentos que resguardam a carreira dos professores no país, não existe um único plano de carreira nacional, o que representa a fragilidade das relações de trabalho, por meio de vínculos empregatícios instáveis, que contribua para o crescente precariado professoral. Silva (2018) chama-se de “precariado professoral” aqueles que possui uma condição diferenciada dos demais e atua no setor público, portanto são aqueles profissionais:

[...] que se encontram em empregos temporários, está perto de estar no precariado, porque tem baixas rendas comparadas com outros que fazem um trabalho similar e têm oportunidades mínimas em termos ocupacionais. No nosso entendimento, o precariado experimenta a totalidade da força da flexibilidade salarial por meio de uma rede que integra diferentes formas de subcontratação e trabalho atípico. Seus salários são mais baixos, mais variáveis e mais imprevisíveis (SILVA, 2018, p. 216).

O REDA constitui essa fração ampla e crescente do professorado baiano, pois possui uma alta taxa de rotatividade na rede pública, convive com condição degradante de seu trabalho, vive em situação de insegurança social e econômica, sem identidades ocupacionais, entra e sai de empregos muito rapidamente. Em suma representa uma relação frágil e desprotegida com os vínculos empregatícios, pois apresenta dificuldade de organização, está numa constante instabilidade profissional.

Gráfico 06 – Durante o seu contrato pelo REDA, você fez alguma formação complementar?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Conforme apresenta o gráfico 06, os profissionais que trabalham pelo REDA buscam qualificar e ter sua formação continuada. Para essa questão era permitido mais de uma sinalização de resposta. Sendo que as principais respostas foram: outra graduação com 52%, curso de curta duração com 73% e especialização com 79%. Como o professor REDA está na condição eventual de trabalho, no chamado exército reserva, essa necessidade de fazer outra graduação é um dado muito importante, pois aponta para a necessidade do professor ter outra colocação no mercado de trabalho, na esperança que terá maiores chances de ter um emprego, pois possui uma maior qualificação, estando mais preparado para disputa de cargos em seleções que preza pela análise de currículo.

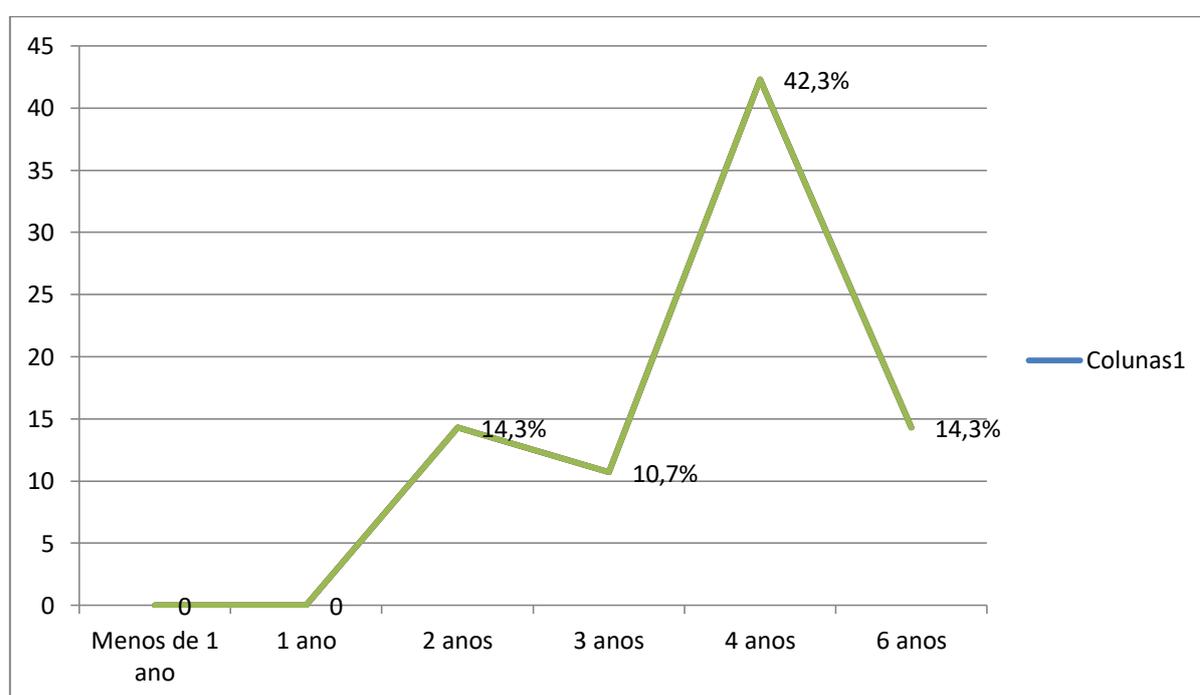
O próprio Edital SEC/SUDEPE nº 02/2019 para a seleção do REDA, em seu barema no item 10, traz como requisito a pontuação curricular. Ter ou possui outra graduação ou especialização significa, portanto o aumento da possibilidade de mobilidade no trabalho. Os 79% de especializações também podem representar os professores com bacharelado, chamado de “REDA não Licenciado” conforme dados do TCE (2019) são 7,3% desses profissionais no magistério. Esse número expressivo de especializações também representam os profissionais que devido necessitar de uma complementação na área de ensino as fazem para atuar na educação profissional na educação básica.

Observa-se também pelo gráfico 06 que existem 26% dos professores com nível de mestrado e 11% com nível de doutorado trabalhando pelo REDA, esses dados revelam a alta qualificação docente, ao tempo que mostram a tentativa de colocação desses profissionais no mercado de trabalho, pois está cada vez mais difícil ter um emprego estável na carreira docente, mesmo esses profissionais possuindo uma alta qualificação em seus currículos, representa um quantitativo significativo dos profissionais qualificados em busca de trabalho e renda no país.

4.2 O REGIME DE TRABALHO DOCENTE NO REDA

Para os professores REDA o regime de trabalho é exaustivo. Conforme as informações que serão apresentadas no gráfico 07, sabe-se que existe um número considerável de contratações com tempo prologado, quando 42,3% afirmam que estão há mais de quatro anos trabalhando via REDA, comprovando a existência da flexibilização e terceirização dos profissionais da educação. Essa informação contradiz a essência do contrato REDA, que deveria ser utilizado apenas como uma necessidade pública temporária, conforme expresso nas leis de nº 6.403 de 20 de maio de 1992 e Lei de nº 6677/1994.

Gráfico 07 – Tempo de duração do seu contrato de professor (a) no REDA?



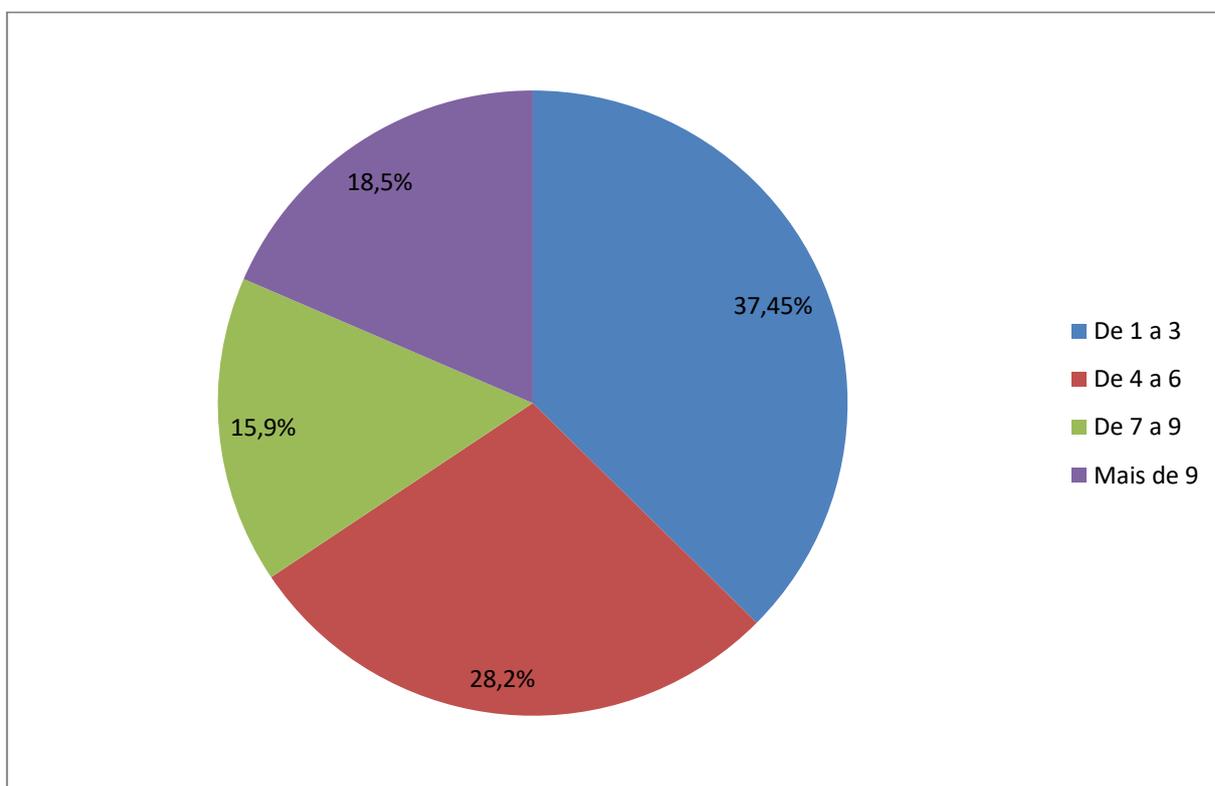
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Segundo o último edital simplificado da SEC/SEDUC de 2019, os contratados pelo REDA teria duração efetiva de no máximo três anos, porém encerrado este prazo, elabora-se um novo contrato por mais três anos⁷⁹, portanto a contratação de professores, que deveria ser utilizada apenas em caráter emergencial, tem se configurado em uma política permanente.

Não há dúvida de que o REDA tem se mantido por anos consecutivos na administração pública do estado, principalmente na Secretaria de Educação (SEC). O REDA deveria ser um trabalho esporádico, mas na verdade é um trabalho fixo de muitos trabalhadores/professores da educação básica, sendo em muitos casos sua principal renda financeira.

O REDA é uma política pública educacional que visa à subcontratação de professores para atuação na educação básica, vale ressaltar que esse contrato pode ser restringindo a qualquer tempo. Quanto à temporalidade do REDA passa a ser de mais de quatro anos, isso significa que não é um trabalho eventual ou temporário, e sim permanente.

Gráfico 08 – Número de disciplinas que lecionam ou lecionaram no decorrer do período de contrato do professor (a) REDA.



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

⁷⁹ A prorrogação do contrato REDA por três anos deu-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 23.644/2019, que estende os contratos de 48 meses para até 72 meses.

Em relação ao número de disciplinas que ministram, os professores disseram que estão lecionando mais de uma matéria, como expõe o gráfico 08. Essa questão aponta para a existência de professores trabalhando além das 20 horas estabelecidas no edital de contratação, o que significa que existem mais trabalhos no REDA, e mais trabalho são aulas extras ou acúmulo de dois contratos.

Os (as) professores (as) REDA estão totalmente à margem dos direitos trabalhistas, pois as vinte horas semanais de trabalho, devem ser realizadas, exclusivamente, na unidade escolar. Mais investimentos na educação são indispensáveis. São necessárias melhorias no modo de contratação dos profissionais da educação, isso com certeza, refletirão em longo prazo na qualidade do ensino público. Os (as) professores (as) temporários (as) encontram-se inseridos em um cenário político de expropriação de seus direitos e desvalorização da carreira, o que provoca um sentimento de angústia com a profissão, mas o afeto pela carreira faz sonhar com dias melhores.

Muitos professores terceirizados para não perder o emprego têm que assumir aulas de disciplinas afins a sua formação. Há os que alegam, que isso acontece devido o mercado de trabalho exigir profissionais polivalentes, capazes de desempenhar mais de uma função. A flexibilização exige um novo perfil de professor, um professor flexível, significa que o docente deve-se adaptar as novas exigências do mercado.

Os professores estão acometidos a pegar mais de uma disciplina para completar sua carga horária, pode ser dispensada pela contratante, a SEC. Portanto, existe uma sobrecarga de trabalho e a desvalorização do trabalho docente no REDA. Essa diversidade de disciplinas ministradas pelos educadores podem está relacionada à distribuição de carga horária, conforme apresenta a figura 08.

Figura 08: Distribuição de Carga Horária dos Professores REDA

Distribuição de Carga Horária	Professor REDA de 20 horas	Professor REDA de 40 horas
Regência	16 hora/aula	32 hora/aula
AC na escola	4 hora/aula	8 hora/aula
AC em casa	-	-

Elaborado por: SOUZA, E. V. 2021.

Fonte: Programação escolar 2021, SEC-BA.

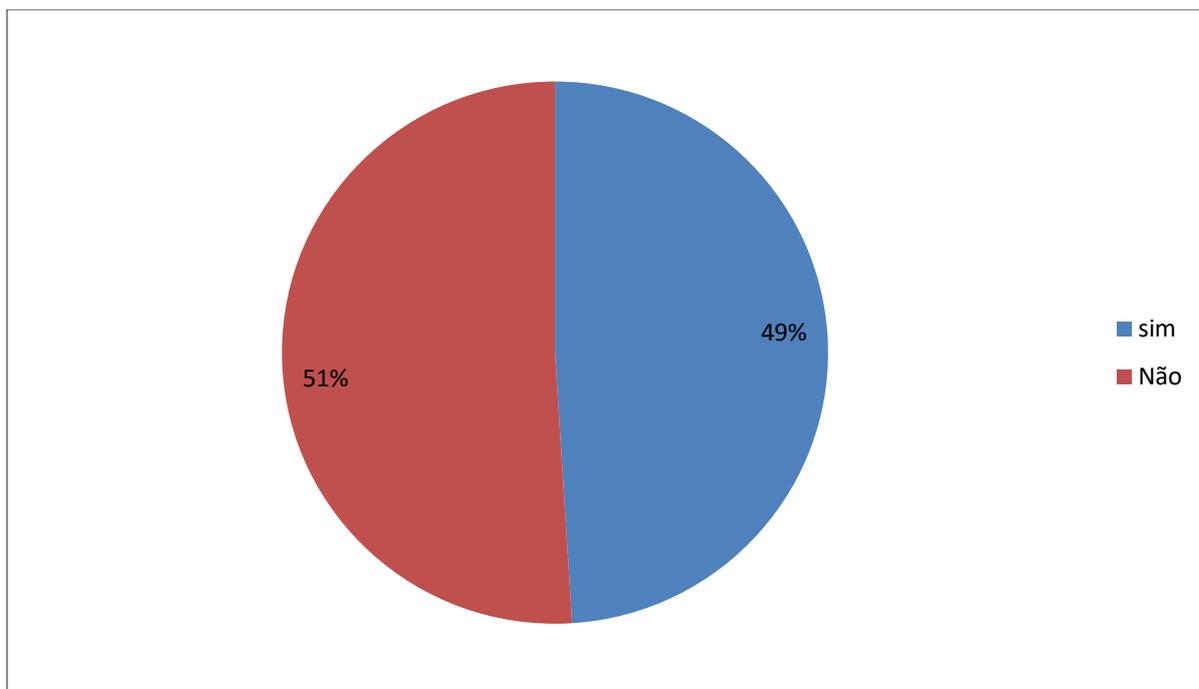
A programação escolar é composta pela regência de classe e pelas atividades complementares, sendo que os professores REDA possuem maior número de horas aula em regência e menos horas para as atividades complementares – AC (MELO, 2021), ou seja, além de trabalharem mais de quatro disciplinas, realizada, o docente tem menos tempo para planejamento.

As condições de trabalho às quais os docentes temporários são submetidos incluem desde a atuação em área distinta da sua formação profissional, ou a uma formação inconclusa, a grande quantidade de escolas e a elevada carga horária de trabalho. Além disso, há uma forte tendência ao desenvolvimento de ocupações profissionais extras e as horas de trabalho flutuantes, levando-os a combinar várias condições de trabalho e a ter vários contratos simultaneamente.

Levando-se em consideração que um (a) professor (a) da educação básica não trabalha com apenas uma disciplina, e muito menos com uma única turma, lecionam em várias escolas para conseguir um salário digno; preparam várias aulas, elaboram e corrigem avaliações, discutem questões pedagógicas e fazem estudos para atualizar-se em apenas quatro horas de AC, a qualidade é uma tarefa praticamente impossível. Dessa maneira, o seu trabalho é caracterizado como precário e intensificado.

A divisão do trabalho também pode ser vista como um processo pelo qual os recursos se distribuem geograficamente (SANTOS, 2006). “Essa nova geografia do trabalho é importante no entendimento da sociedade atual (SANTOS, 1998, p. 18)”, pois as grandes contradições dos nossos dias perpassam os inúmeros deslocamentos da população em busca do trabalho pelo território global.

Gráfico 09 – O local de trabalho é próximo da sua residência



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

No gráfico 09, 49% dos participantes disseram que seu local de trabalho é próximo de sua residência, enquanto que 51 % do professorando nem sempre tem seu local de trabalho próximo de sua moradia. Quando 51% respondem que seu trabalho não é próximo de sua residência, entende-se que existe um movimento migratório realizado por esses profissionais, que saem de sua localidade e vão para outros locais, podendo ser em outros municípios, em outros espaços territoriais em busca de trabalho, do sustento familiar, e de uma melhor qualidade de vida.

Esse movimento é reconhecido na literatura por ser feito por uma população expropriada e empobrecida que está subordinada a “exploração de seu trabalho, com salários irrisórios, longas jornadas de trabalho, irregularmente remuneradas, sem o pagamento devido pelas horas extras, etc (DAMIANI, 2006, p. 46)”. De acordo também com Santos (2006, p. 88) “A divisão do trabalho supõe a existência de conflitos”, uma vez que a divisão territorial do trabalho cria hierarquias entre os lugares, oferecendo serviços diferenciados segundo sua distribuição espacial, redefinindo o modo de vida do trabalhador e da trabalhadora docente.

4.3 O TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA: ENTRE A UBERIZAÇÃO E O TELETRABALHO ATRAVÉS DO ENSINO REMOTO

De tempos em tempos, os trabalhadores se encontram diante de novas tecnologias do trabalho. Com a evolução da chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0⁸⁰ visa um novo período de acumulação capitalista com a substituição da mão de obra humana pelas máquinas inteligentes que vem promovendo transformações em larga escala como os serviços das “[...] plataformas, dos aplicativos e do teletrabalho que são apenas a antessala de transformação que estão por vir e se tornar permanentes (SANTOS; JAKOBSEN, 2020, p. 10)”.

As invenções tecnológicas das últimas décadas com certeza possibilitaram que as empresas globalizassem seus produtos e seus serviços, além de favorecer os diversos fatores de produção e serviços em diferentes lugares, com a isenção de impostos, a mão de obra qualificada e barata, entre outros fatores.

Ainda não se sabe a dimensão da automação que a tecnologia digital pode oferecer e tampouco seus efeitos sobre o mundo do trabalho. Por enquanto, a inovação é mais visível no setor de serviços e nas plataformas (SANTOS; JAKOBSEN, 2020). Além disso, a tecnologia, por meio da robotização, automação e informação das forças produtivas aliadas ao desemprego, ao desaparecimento de profissões efetivas, contribuirão para o surgimento de novas profissões para o mercado de trabalho, a exemplo do “Professor uberizado”.

A uberização⁸¹ é uma tendência⁸² do trabalho no século XXI que se estende aos professores do setor público decorrente das formas contratuais de trabalho por tempo determinado, na qual os professores da educação básica estão submetidos. Nesse sentido, a uberização docente consiste no “Professor *Deliver*”, que é aquele profissional que trabalha por hora-aula, sem vínculo trabalhista com qualquer instituição de ensino. Essa modalidade seria então, o resultado da crescente onda de desemprego no país e da inclusão de conceitos relaxadores do vínculo de emprego, a qual muitos trabalhadores se submetem aos contratos precários de trabalho, sem qualquer garantia trabalhista e a longas jornadas de trabalho.

A urberização nada mais é do que uma nova forma de organização do trabalho pós fordismo e toytismo, na qual os trabalhadores são os únicos responsáveis por negociar a sua remuneração, o seu tempo de trabalho e custos de produção, eliminando o conceito de contratação por jornada, pois o salário só existirá mediante realização da prestação de serviço

⁸⁰ De acordo com a teoria de Antunes (2020) os professores encaixam-se na concepção de serem os escravos da era digital, na chamada indústria 4.0.

⁸¹ “A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho (ANTUNES, 2020, p. 347)”.

⁸² SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *In: Trabalhonestessário*, v.17, n° 34, set-dez, 2019.

e as jornadas frequentemente levam ao uso das horas vagas para aumentar a renda, pois o tempo é lucro.

Sendo que todo o ônus⁸³ do trabalho vem do trabalhador. Esse modelo flexível de trabalho é perverso para os trabalhadores, pois a competição entre os trabalhadores é avaliada pelos clientes, correspondente ao gerenciamento da sua própria produtividade, acabando com a ideia de acordos coletivos e rebaixando para acordos individuais.

É a empresa quem define o modo da produção do serviço, o valor cobrado dos clientes, o padrão de atendimento, a forma de pagamento e a modalidade de seu recebimento. É ainda ela quem recebe o pagamento e paga o motorista, além de centralizar o acionamento do trabalhador para sua atividade. Além disso, a Uber conta ainda com um sistema disciplinar que aplica penalidades aos trabalhadores que infringirem suas normas de serviço (SILVA, 2019, p. 36-37).

A uberização é dessa forma a extração de mais-valia, através da exploração do trabalhador baseada em um controle político e ideológico do novo tipo sobre a força de trabalho de maneira perversa, colocando o trabalhador na condição de subsistência. Seu único objetivo é conseguir renumeração para seu trabalho, e para tal precisa ser gerenciador de si próprio. Dentre os inúmeros profissionais que recorrem a uberização estão os professores, chamados por alguns de professor eventual, esporádico, instável, ou prestadores de serviços ou “novo proletariado de serviços na era digital⁸⁴”. Esses profissionais estão abaixo dos professores terceirizados (os REDA), pois pelo menos esses últimos estão aparentemente aparados por um contrato.

Alguns teóricos colocam esses trabalhadores na categoria de desprofissionalidade,⁸⁵ pois são ignorados pela sociedade (sindicatos, estado...) devido não terem vínculo empregatício, não constroem laços com os alunos ou outros professores, não possuem identidade profissional e nem tão pouco como professor de uma única disciplina.

A uberização está presente via *homeschooling*, as escolas distribuem conteúdos online e utiliza-se de tutores – os professores uber para auxiliarem os alunos em seus estudos, através das parcerias com as grandes empresas, a exemplo da *google*, oferecem serviços tipo, *o google classroom*, que na verdade é uma venda do ensino público para o setor privado.

⁸³ O ônus do trabalho corresponde aos custos e gastos pelo uso do veículo (combustível, manutenção, depreciação, seguro, pedágios, estacionamento, taxa de cobrança da uber, entre outros).

⁸⁴ Esse conceito de Antunes contido no livro “O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital” representa bem os REDA.

⁸⁵ Aparecida Neri de Souza (2012, 2013) e Elisabeth Souza (2012) caracterizam a situação dos professores eventuais como de “total desprofissionalização”. In: SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. Disponível em: **Trabalhonecessário**, v.17, nº 34, set-dez, 2019.

A uberização docente está remodelando as relações de trabalho do professor com a escola, num processo de alienação e expropriação do trabalho do professor, colocando num sistema de controle que acaba com sua autonomia⁸⁶ de ensinar, pois estaria subordinado a ser avaliado pela sua clientela - os alunos e seus familiares, podendo ser descartado de acordo a vontade do cliente. A solução para essa subordinação do capital vigente somente acontecerá quando as barreiras de tempo trabalho e tempo de não trabalho forem eliminados e construídos uma nova forma de sociabilidade de trabalho a qual uma liberdade e necessidade mutuamente. Segundo Antunes (2009),

Soluções viáveis, ele argumenta, são possíveis somente por meio da alternativa hegemônica do trabalho sobre o modo estabelecido de controle social metabólico, combinando o “sentido da vida” – isto é, a busca dos indivíduos por uma vida cheia de sentido – com o “sentido do trabalho” (p. 4).

Acredita-se que as mudanças sindicais são inúmeras, atualmente os sindicatos olham pela categoria, mas não olham pela classe (SANTOS; JAKOBSEN, 2020). É por isso, que os movimentos sociais têm grande poder de manifestação popular, pois podem pressionar os partidos políticos contra a precarização do trabalho docente. A classe trabalhadora tem que se organizar e garantir seus direitos do trabalho e ir contra toda exploração do trabalho feminino, exclusão do negro, marginalização e desvalorização do ser trabalhador (a).

Como o capitalismo é feito de crises, repetidas periodicamente e cada vez maiores, ameaçando a sociedade burguesa, pois em cada crise, grande parte não só da produção, mas também das forças produtivas criadas são destruídas (MARX, 2008). Seguindo esse raciocínio, em 2018, houve uma nova crise que correspondeu a uma nova reestruturação produtiva e no final do ano de 2019, o mundo entra numa nova crise, a crise da pandemia do Coronavírus, ou simplesmente COVID-19.

Através da resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE nº 27/2020 no art.2 ins. 2º, torna-se obrigatório para as redes e instituições de educação básica realizar atividades não presenciais, o gerenciamento on-line de exames quantitativos de estudantes. Devendo ainda pelo Art.9 comunicar ao CEE em 30 dias a sua adesão ao ensino remoto ou organizar seu calendário pós-pandemia. Por essa decisão arbitrária, os professores sofreram uma grande pressão sistêmica.

⁸⁶ Segundo Paulo Freire (1996) em pedagogia da autonomia, “o professor tem o direito de dar suas aulas, de realizar sua tarefa docente. Para isso, precisa de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico (p. 73)”. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

O governo do Estado da Bahia, durante a pandemia suspendeu a convocação dos candidatos aprovados no processo seletivo do Edital SEC/SUDEPE nº 008/2019 de 18/10/2019 pela portaria de nº 193/2020, que se dispõe sobre alterações na entrega dos documentos estabelecidos no edital de convocação publicados nos dias 05, 06, 07, 11,12, 14 e 18 de março de 2020, para contratação de Professor da Educação Básica, Padrão P, Grau III, em caráter emergencial, pelo Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, visando a contenção de despesas.

Posteriormente, pelo decreto de nº 19.551, de 20 de março de 2020, estabeleceu medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de custeio e de pessoal, para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do COVID-19. No Art. 2º desse decreto, deixa claro que “Ficam suspensas as despesas públicas decorrentes das seguintes atividades: I - prorrogação e celebração de novos contratos impliquem em acréscimo de despesa.” Dessa maneira, os aprovados nesse processo seletivo nº 008/2019, tiveram que aguardar as convocações.

Essas medidas afetaram os professores REDA, além disso, também houve outras medidas como dos Decretos de nº 19.528/2020 e do Decreto de nº 19.529/2020 e as Instruções Normativas (IN) nº 13/2020 e nº 14/2020, contendo a regulamentação para a atuação dos servidores estaduais, durante a pandemia do novo Coronavírus. Segundo essas regras, os professores podiam realizar atividades remotas em seus lares.

Aqueles que apresentam histórico de doenças respiratórias ou crônicas, grávidas, e os servidores que utilizam medicamentos imunossupressores deviam preencher e enviar por e-mail para seu órgão de origem, autodeclaração constante no Portal do Servidor e enviar também documentos médicos que comprovassem que fazia parte do grupo de risco⁸⁷.

Dentre as consequências da pandemia, a retenção econômica gerou mais pobreza e fome, desvelando a vulnerabilidade social e a incapacidade do sistema público. Entretanto, a crise do capital já estava estabelecida antes mesmo da pandemia do Coronavírus. A pandemia (Covid-19) no Brasil mostrou a disparidade da desigualdade social no país, um contingente enorme de desempregados que é resultado do capitalismo perverso que produz riqueza em detrimento da exploração do trabalho. Isso acontece porque, os seres humanos precisam para sobreviver, criar e renovar as condições de sua reprodução.

⁸⁷ BAHIA. **Governo edita regras para servidores públicos durante pandemia do coronavírus.** Disponível em: <http://www.saeb.ba.gov.br/2020/03/10023/governo-edita-regras-para-servidores-publicos-durante-pandemia-do-coronavirus.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

[...] apesar das teorias que pregam o fim da centralidade do trabalho e a negação de sua importância, em meio à atual pandemia do Coronavírus, houve movimentações de empresários e do Presidente da República, para que os trabalhadores quebrassem a quarentena e voltassem ao trabalho (SOUZA, *et al.*, 2020, p. 197).

Além disso, o trabalho é responsável pela sobrevivência e desenvolvimento dos seres humanos, e cabe ao Estado nesse momento de crise, o papel da regulação das contratendências à queda na taxa de lucro, de modo a evitar o colapso na economia. O Estado, na pandemia da COVID-19 teve que suspender as aulas presenciais e reestruturar para oferecer atividades remotas de ensino, foi necessário que as redes de ensino oferecessem suporte tecnológico e material adequado às atividades *on-line*. O desenvolvimento de atividades de ensino remotas exigiu diferentes formas de trabalho e demandou novas aptidões dos professores.

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) através da resolução do conselho Nacional de Educação (CNE) autorizou o ensino remoto até o fim da pandemia⁸⁸. É impossível falar de ensino sem falarmos na figura do professor, para Costa (2019, p. 78): “O ser professor é uma construção constante, na escola, na sala de aula, nas reuniões de planejamento e nas conversas com os colegas, fazendo com que, a todo o momento, a identidade docente esteja sendo construída e reconstruída”. Infelizmente o ensino remoto reconstruiu o papel do ser professor, intensificando a jornada do trabalho docente nas diversas instituições de ensino.

Além disso, o trabalho remoto no setor público, sem o planejamento adequado e os investimentos do patrão (Estado), desgastou a classe trabalhadora. Além disso, o negacionismo⁸⁹ dos políticos que não enxergam a necessidade de investimentos em tecnologias para o ensino remoto é evidente em nosso país.

O distanciamento social e a tomada de maiores cuidados no que se refere à segurança sanitária, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, obrigaram diferentes setores do mercado e do Estado a promoverem adaptações para continuar a oferecer seus serviços (OLIVEIRA, 2021, p. 29).

O fato da suspensão das aulas presenciais ser emergencial, não vindo precedida de um planejamento, demonstraram os quão poucos preparados estavam os espaços escolares e o

⁸⁸ Fonte: **Correio Brasiliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/12/4894173-mec-autoriza-ensino-remoto-no-pais-ate-o-fim-da-pandemia.html>. Acesso em 20 jul. 2021.

⁸⁹ Diante da pandemia, esse quadro se agrava por meio de reações negacionistas e fundamentalistas, surgem à ideia de que a pandemia é uma invenção de laboratório ou que não passa de uma “gripezinha” (OLIVEIRA; PEREIRA JÚNIOR, 2020).

sistema de ensino em tempo de crise. A categoria docente, identificada como trabalhadores da educação carregam traços da profissionalização e da proletarização do mundo do trabalho contemporâneo. A proletarização é marcada pela precarização e desqualificação do trabalho docente no ensino remoto.

Dessa maneira, os professores não dispõem de recursos necessários para ministrar as aulas e outrora muitos alunos não têm os recursos necessários para acompanhar as aulas *on-line*. O ensino remoto aconteceu principalmente pelo teletrabalho docente. Para Mill (2016) o termo teletrabalho é novo, mas também pode ser definindo como trabalho realizado a distância. Dessa forma, o teletrabalho é:

A junção de tele- (longe, à distância) com trabalho (atividade humana), ou seja, teletrabalho, denominaria atividade humana a distância. Como a realização de alguma atividade à distância supõe uma mediação para transporte da informação ou mercadoria, a tecnologia ganha significado especial no processo de produção pelo teletrabalho (MILL, 2016, p. 129).

O labor invisível dos professores acontece no atendimento *on-line* aos alunos, pais e a gestão escolar. Fazer planejamento, participar da formação docente, elaborar apostilas, slides, editar vídeos, fazer relatórios, dar tutoriais, fazer a correção de atividades, enfim, fazer avaliação da aprendizagem, responder mensagens nas redes sociais dos alunos no privado torna o trabalho docente exaustivo.

Os docentes contratados pelo REDA são alvo do desrespeito e exploração no trabalho remoto. O trabalho em casa em tempo de *home office* contribuiu para a precarização das atividades docentes. O trabalho remoto emergencial mediado por tecnologias excede a carga horária do trabalho docente, e não existe pagamento para essas horas extras.

O labor do “precariado professoral”⁹⁰ na pandemia é exaustivo, o que vem contribuindo para que os professores adoçam no trabalho. Os principais sintomas são: cefaleia, dores musculares, distúrbio do sono, angústia, agressividade, lapsos de memória, ansiedade, distúrbios alimentares, irritabilidade, exaustão, entre outras patologias (BORGES, 2014).

Adverte-se que a qualidade do ensino está articulada com a valorização do professor, manifestada nas condições da formação, remuneração e no trabalho docente. A valorização profissional é um direito promulgado pela Constituição Federal (CF) de 1988 (BRASIL, 1988) e ratificada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996

⁹⁰ O termo “precariado professoral” é inspirado na obra de: SILVA, A. M. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente**: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras. Curitiba: Editora CRV, 2019.

(BRASIL, 1996). Entretanto, as mudanças oriundas do mundo do trabalho e as reformas educacionais dos últimos tempos vêm estabelecendo limites para a valorização profissional docente.

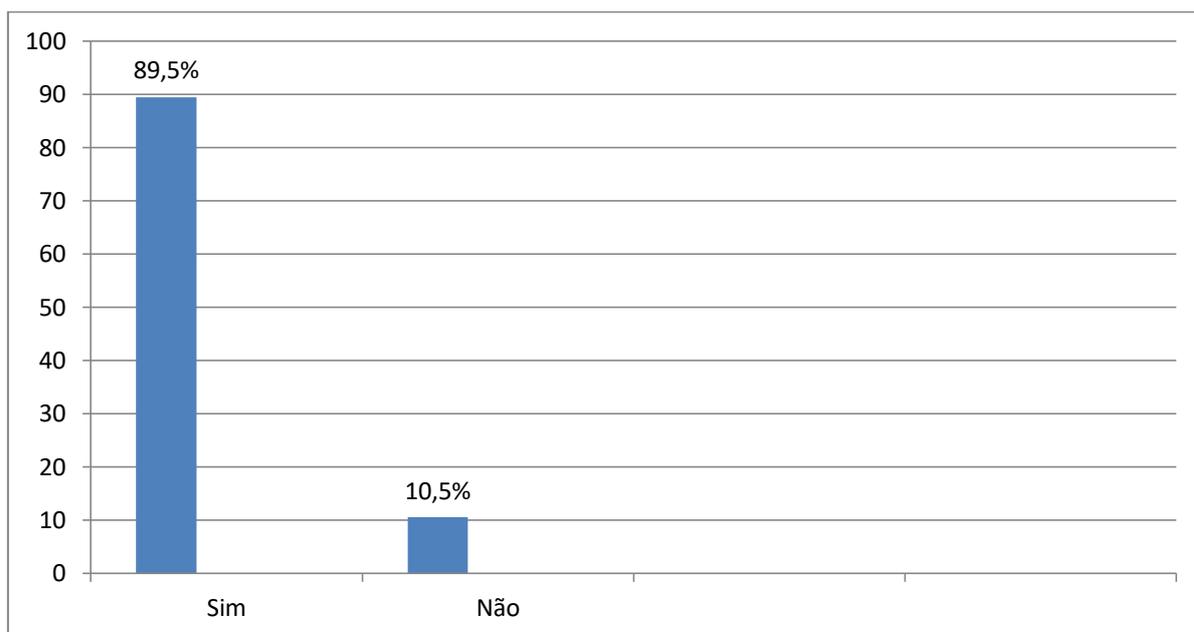
Para Carissimi e Trojan (2011, p. 63) “As condições de trabalho são de extrema relevância para o desenvolvimento do trabalho docente e para a garantia da valorização profissional”, resultado das reformas educacionais postas nas últimas décadas que trouxeram novas formas de trabalho e novas políticas educacionais precarizadas no que tange às condições de trabalho docente. Já para Magalhães (2021):

Organizações sociais (OSs) e não governamentais (ONGs) como a Fundação Lemman, o Instituto Ayrton Senna, o Cieb e o Movimento Todos pela Educação buscaram ganhar maior visibilidade midiática entre os gestores e profissionais de educação ao proporem “soluções” políticas, pedagógicas e tecnológicas que remediassem os efeitos negativos da suspensão das atividades escolares presenciais (p. 37).

Essas organizações criam ferramentas tecnológicas e ações para a implementação e fortalecimento do ensino remoto, além de elaborar diagnósticos e propostas para a educação na/e pós-pandemia. Para Saviani e Galvão (2021) o discurso de adesão ao ensino remoto por falta de alternativa foi falacioso uma vez que se tratou de uma escolha política. O ensino remoto que deveria ser usado de forma temporária e substituta ao ensino presencial, pode perpetuar no sistema público. As iniciativas privadas escondem alterações profundas na concepção e organização do sistema escolar brasileiro, ou seja, a crise da pandemia foi permeada de oportunidades para empresariado educacional.

O estado da Bahia também concedeu inúmeras aposentarias e com isso, muitas escolas estão com um grande quadro de vacância necessitando de mais professores para o ensino, ou seja, existe a necessidade de novas contratações ou realização de concursos. A pandemia da COVID-19 proporcionou dessa maneira, inúmeras consequências no setor da educação, e é claro que o profissional da educação teve consequências em seu trabalho.

Gráfico 10– Suas demandas como professor (a) REDA aumentou com a pandemia?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

De acordo com o gráfico 10, para 89,5% dos professores, suas atividades aumentaram com a pandemia da COVID-19, isso significa que as relações de trabalho pelo REDA também são determinadas pelo capital em tempos de crise sanitária. Ora, os trabalhadores da educação necessitam desenvolver, movimentar suas forças produtivas, mesmo que isso represente a exploração da sua força de trabalho na pandemia.

A contradição entre trabalho e capital está firmada e regulada pelo Estado. Então, o aumento das demandas do trabalho do docente na pandemia é um mecanismo de destruição das condições de trabalho, ao tempo que impõe ao educador a prova, ao enxergá-lo como ser multifuncional ou simplesmente uma máquina de produção e reprodução.

O professor nunca tem seu trabalho só na sala de aula, seja ele remoto ou não. Dessa maneira, o trabalhador desempenha seu labor no local em que trabalha, mas outrora seu trabalho também vem sendo realizado em outros ambientes – como seu lar. A expansão do trabalho *on-line* e o uso de aplicativos durante a pandemia revelam a desigualdade existente nos espaços escolares. O trabalho digital, *on-line* contribui para a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele, pois favorece a escravidão digital e o desemprego, tornando-se assim perverso (ANTUNES, 2020).

O trabalho remoto suscita a angústia da existência de um exército reserva de trabalhadores fora do controle do capital. A mercadorização da profissão docente é sem dúvida expressa no REDA. Esses educadores terceirizados, enquanto classe trabalhadora

vivencia um momento de incertezas e intensificação da precarização das condições de trabalho, devido seus contratos serem ocasionais e intermitentes.

Para Antunes (2020) essas formas precarizadas de trabalho devem ser combatidas, seja pelos movimentos de resistência local ou pelas ações sindicais. É possível afirmar que essa nova morfologia do trabalho também contribui para o surgimento de uma nova morfologia das lutas sociais. A existência de grupos REDA nas redes sociais sinaliza o início de uma nova fase de lutas sociais desenvolvidas por esse novo proletariado/ou precariado – o REDA, que deve ganhar espaços ainda maiores nos próximos anos.

A flexibilização do trabalho docente contribuiu para a exploração do trabalho do professor na pandemia. Sem autonomia os docentes foram pressionados a trabalharem em suas residências (*home office*), realizando as atividades através do “Ensino Remoto”; por alguns, chamado de hibridismo tecnológico digital⁹¹, que corresponde ao envio de atividade, tarefas, vídeo-aula, aos alunos via *e-mails*, correios, rádios, *google classroom*, canal de TV ou redes sociais (*Whatsapps, Facebook, Instragam, Youtube, entre outros.*). Além disso, os professores usam de seus bens privados (sua casa, seu celular, seu computador, sua internet) para fins públicos. É preciso lembrar que os professores fazem aula e não são *youtubers*, ou produtores visuais, ou *videomakers*.

As atividades profissionais que dependem diretamente do trabalho humano vêm sendo substituídas pela automação. Para Moraes Neto (1995) existe automação sempre que ocorre substituição do humano pelos elementos materiais, tornando-se uma “unidade dominante” do processo de produção. A automação é uma coisa bastante conhecida da humanidade, pois existe desde o revolucionamento da indústria têxtil. A automação deveria proporcionar lazer, porém na realidade está escravizando o ser humano, ora o substituído definitivamente.

A apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho contribuíram para o isolamento do ser humano. A tecnologia vem convertendo o ser humano em instrumento de submissão da força de trabalho conduzindo-o à exaustão. A docência uberizada teve na experiência do ensino remoto uma alavanca aos interesses mercadológicos.

Para discutir as condições de trabalho dos professores terceirizados durante a pandemia é importante considerar outros aspectos que estão além das condições do labor docente, entre eles, a formação inicial e continuada, a remuneração e a carreira. Para Oliveira (2021) essas variáveis são denominadas no contexto brasileiro como valorização docente. A

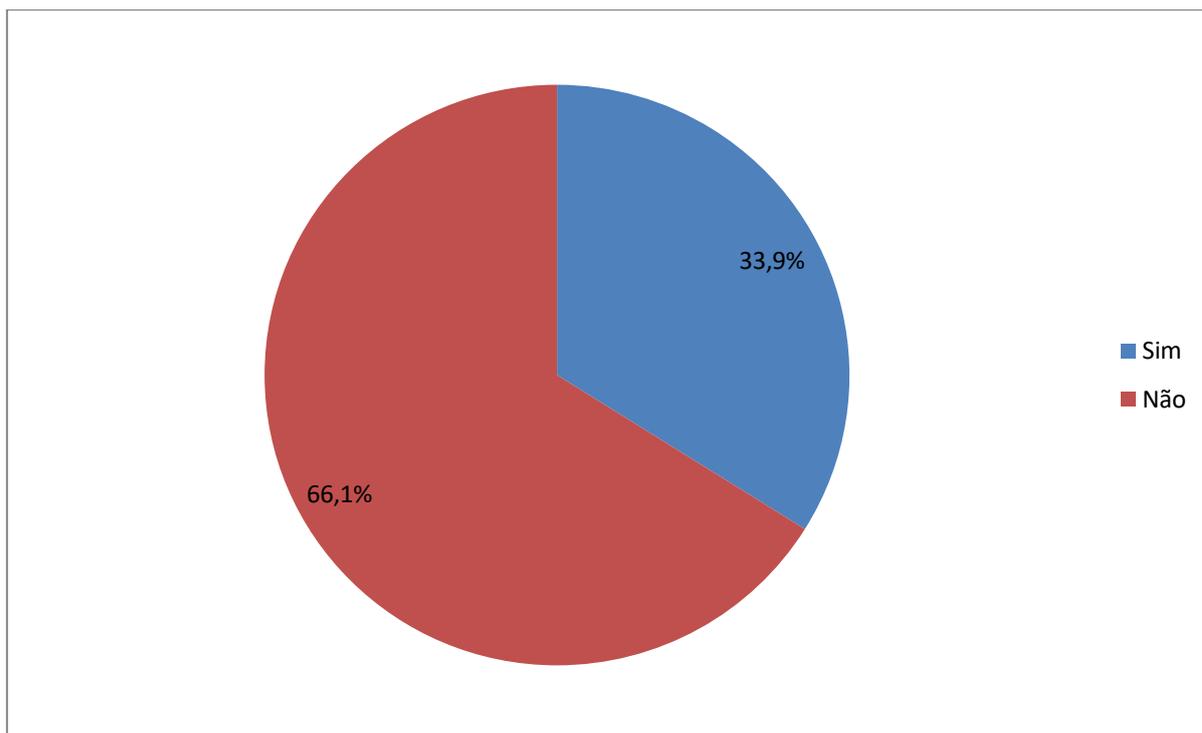
⁹¹ BACKES, Luciana. O hibridismo tecnológico digital na configuração do espaço digital virtual de convivência: formação do educador. In: **Inter-Ação**, Goiânia, v. 40, n. 3, p. 435-456, set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35419>.

valorização docente era feita a partir dos espaços escolares, agora revela um conjunto de situações desconhecidas (ou ignoradas) até então, que exige novas e diferentes condições de trabalho, como:

[...] a ausência dos meios necessários para o pleno desenvolvimento das atividades, ou seja, a falta de equipamentos adequados, como computadores, tablets, microfones e câmeras, a conexão de redes de internet, a formação insuficiente para lidar com os programas e os recursos tecnológicos, a pouca (ou total ausência de) experiência com ambientes virtuais, até questões relacionadas ao suporte pedagógico para a realização do trabalho (OLIVEIRA, 2021, p. 34).

A sociedade é marcada pela tecnologia, que contribui para diversas alterações, inclusive no âmbito educacional, emergindo novas práticas pedagógicas que alteram a forma de ensinar e aprender. A sobrecarga de trabalho dos professores na realização das atividades remotas foi um fato constatado, resultado da falta de formação específica para o trato das tecnologias educacionais, contribuindo para a dificuldade em lidar com as ferramentas digitais acarretando o aumento do tempo de trabalho para gravar as aulas.

Gráfico 11 – A contratante forneceu material didático para você trabalhar em suas aulas durante o contrato REDA?

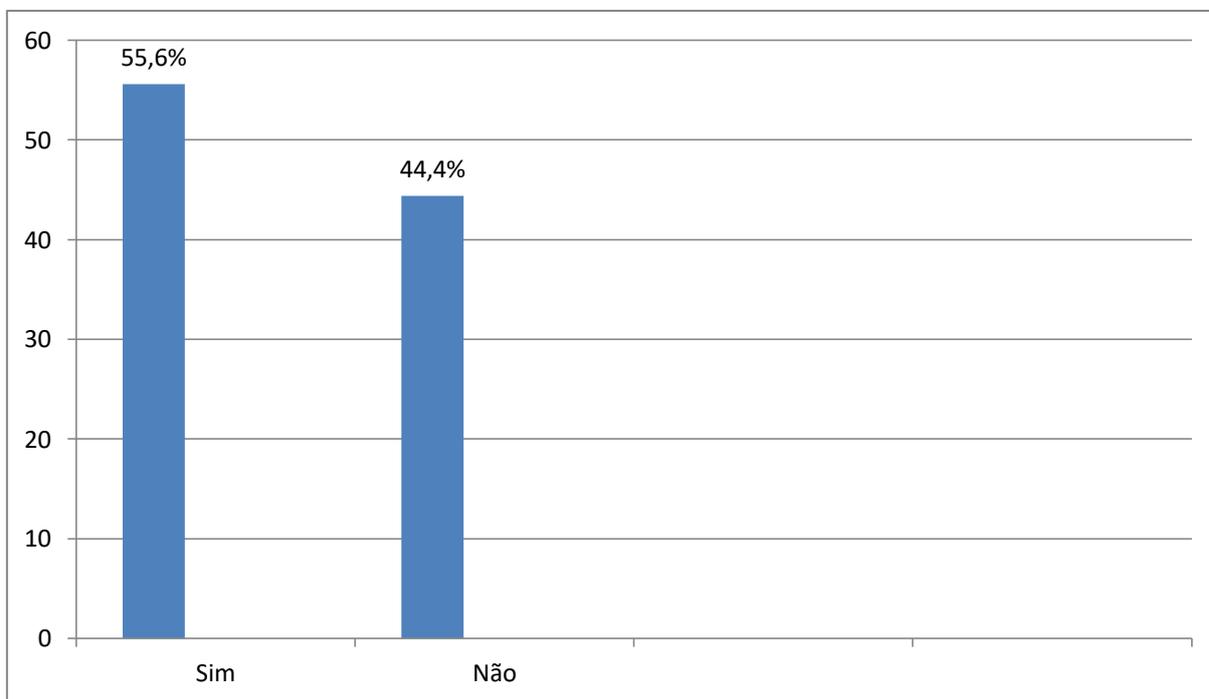


Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Para 66% dos professores REDA, responderam que a contratante - SAEB, não ofereceu os recursos e materiais necessários para que seu funcionário desempenhe suas

funções na escola. A precarização mostrada no gráfico 12, a seguir, é nítida, uma vez que o professor não possui os meios para trabalhar com qualidade está relegada a expropriação de sua força de trabalho.

Gráfico 12 – Você se sentiu em algum momento ameaçado pela contratante de perder o emprego, caso não fizesse algo no ensino remoto?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Nesse gráfico 12, foi perguntado aos professores, se eles sofriam ameaças caso não trabalhasse no ensino remoto? Sobre isso, 55,6% disseram que sim, que se sentiam ameaçados caso não trabalhassem remotamente. Com base nessa informação, sabe-se o quanto os professores REDA estão frágeis às relações de trabalho de tempo determinado. Quem trabalha pelo REDA não se sente seguro, tão pouca confiança nas relações de trabalho com a contratante. Em tempo de crise econômica ou pandêmica tem receio de perder seu emprego.

Para Marx (2008) a sociedade moderna burguesa, coloca as novas classes, em novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Essa nova burguesia, que surgiu pós-feudalismo conquistou o domínio político exclusivo do Estado moderno. Dessa forma, constantemente revolucionam os instrumentos de produção e conseqüentemente todas as relações sociais, inclusive do trabalho.

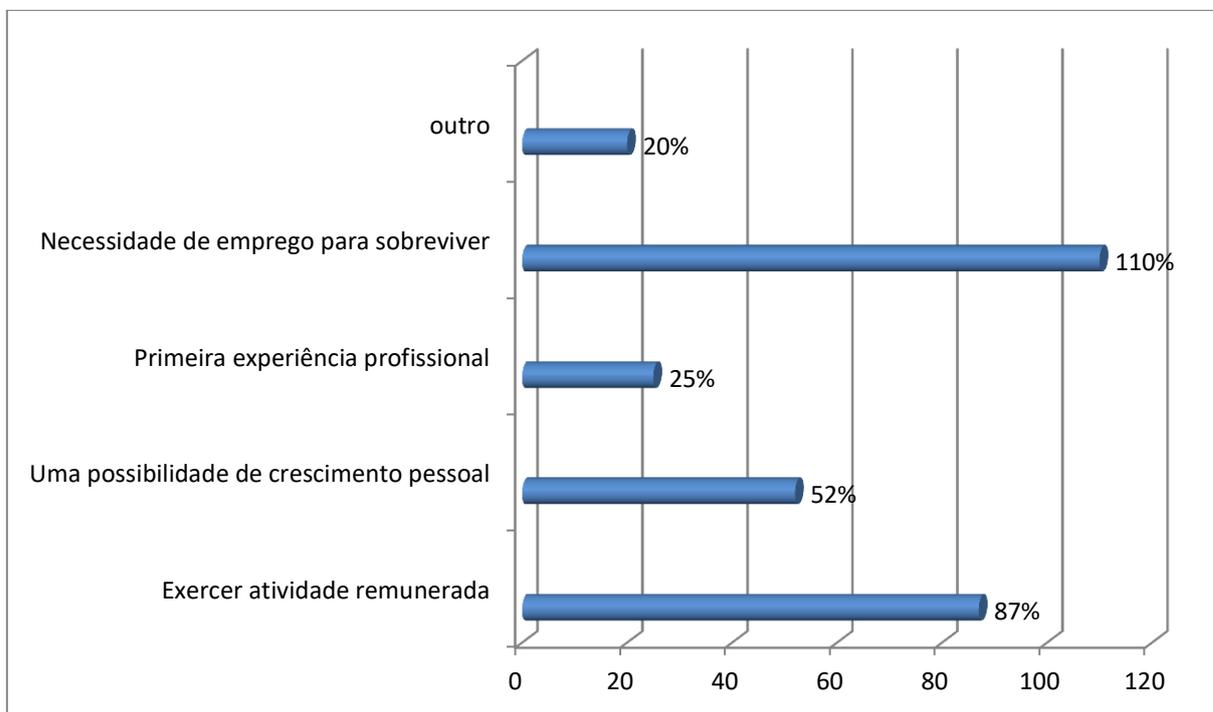
A existência do trabalhador terceirizado na educação é a prova da negligência do Estado para com a população, pois assim a burguesia vem mantendo seu cabo eleitoral ao não

ofertar educação de qualidade, controlando os serviços esporádicos através do Estado que a representa. A barbárie que parece ser momentânea vem se firmado nesses trabalhos temporários como os oferecidos pelos contratos REDA.

4.4 A OPINIÃO DOS PROFESSORES SOBRE O REDA

Os professores são os mais indicados para avaliarem o Regime de Direito Administrativo, pois nos últimos anos no estado vem crescendo os contratos por esse regime de trabalho. Dessa forma, a questão a seguir do gráfico 13, tem a finalidade de mostrar a real face do REDA, um sistema precário que é utilizado pela falta dos concursos públicos no estado.

Gráfico 13 – Qual foi à finalidade que impulsionou você a fazer a seleção para ser professor (a) REDA do estado?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Os professores contratados em caráter temporário pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) na Bahia, tem uma rotina exaustiva apresentando desgaste físico-psicológico, pois normalmente trabalham em mais de um turno, em duas escolas ou mais, em diferentes anos de escolarização e com elevado número de estudantes por turma, recebendo um salário muito abaixo do justo.

Para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a condição salarial do magistério no Brasil, mesmo com a Lei do Piso Salarial⁹² não alcança a metade da média do rendimento do magistério no país, sem falar nas variações regionais tanto em relação à renda, quanto ao custo de vida. Infelizmente os professores REDA fazem parte desse quadro de precarização.

Para exercer atividade remunerada, compreende-se que os professores REDA necessitam enquanto trabalhador possuir um trabalho pago, ou seja, precisa de um salário, ora ninguém na sociedade do capital sobrevive sem o trabalho pago. Um estudo de Antunes (2009) define a classe do trabalhador contemporâneo como a “classe que vive do trabalho”, aquele (a) indivíduo que vende sua força de trabalho cujo objetivo é produzir e consumir mais valia para o processo de valorização do capital. A ampliação dessa definição para a Classe dos professores parece oportuna.

Ora, os valores que vêm sendo oferecidos no REDA estão abaixo do piso nacional para a jornada de 20 horas. Daí a luta por melhores fomentos salariais diante a baixa remuneração. Os baixos salários são apresentados ao longo dos últimos anos nos editais, expresso na figura 09.

Figura 09: Salário REDA – Professor de 20 horas

Edital/Ano	Vencimento básico	Gratificação da função temporária	Remuneração total
Edital SEC/SUDEPE nº 001/2015	R\$ 962,98	R\$ 300,25	R\$ 1.263,23
Edital SEC/SUDEPE nº 0003/2017	R\$ 1.072,68	R\$ 334,46	R\$ 1.407,14 9
Edital SEC/SUDEPE nº 005/2017	R\$1.072,68	R\$334,46	R\$ 1.407,14 - Professor Ed. Básica e Campo R\$ 1.014,35 - Professor Indígena
Edital SEC/SUDEPE nº 001/2019	-	-	R\$1.014,35
Edital SEC/SUDEPE nº 02/2019	R\$1.306,19	R\$407,27	R\$1.713,46
Edital SEC/SUDEPE nº 008/2019	R\$1.306,19	R\$407,27	R\$1.713,46

Elaboração: SOUZA, E.V., 2021.

Fonte: Editais dos processos seletivos.

⁹² A Lei do Piso Salarial do magistério corresponde a Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008.

Os professores REDA são contratados e remunerados pelo Estado, o que resulta em uma grande desigualdade salarial e de condições de trabalho em relação à esfera nacional. Além de variar a capacidade de financiamento, pois o estado tem liberdade para criar e definir suas próprias carreiras e planos salariais, de acordo a Lei de nº 11.738/2008 (BRASIL, 2008) que define o piso salarial profissional nacional e as diretrizes para a carreira docente em nível nacional, por meio da Resolução CNE nº 2 de 2009 (BRASIL, 2009). As concepções de carreira e formas de remuneração, no caso específico da educação, refletem posições e interesses conflitantes, segundo Oliveira (2016) a

[...] adoção de políticas de gestão que levam em consideração o mérito pessoal, a produtividade e a responsabilização dos professores pelo seu próprio desenvolvimento profissional e defendem abertamente pagamentos diferenciados. Essa tendência, já posta em prática em algumas redes públicas no País, estão ancoradas no modelo de Nova Gestão Pública (NGP) que defendem a chamada modernização das profissões, fundamentadas nas políticas de *accountability*, em contraposição às formas tradicionais, baseadas na estabilidade, na progressão hierárquica e na valorização dos títulos e da experiência (p. 126).

Os docentes vêm passando pelas mais diversas formas de atuação no serviço público, com contratos temporários e trabalho de tempo parcial. A cada edital do REDA lançado, os valores da remuneração são diferenciados, favorecendo para que existam profissionais na educação básica com salários diversos no estado da Bahia. Os salários são necessários, mas apresentam-se insatisfatórios, eis aí, o porquê de 110 professores afirmarem que a finalidade de fazer o REDA é pela necessidade do emprego para sobreviver.

Como a primeira experiência profissional, já não é uma realidade no REDA, os professores fazem o REDA para exercer uma atividade remunerada e pela necessidade de ter um emprego para sobrevivência. A baixa remuneração dos (as) professores (as) é conforme os sistemas de ensino e as regiões do país, porém essa realidade é bem expressiva no nordeste.

Mesmo após a criação da Lei de nº 11.738/2008⁹³ que regulamenta a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério público da educação básica no Brasil, muitos educadores não o recebe. Os professores (as) REDA não recebem o PISO, como comprova o edital de nº02/2019, pois o seu “salário base” corresponde a R\$ 1.306,19 (Um mil, trezentos e seis reais e dezenove centavos). Segundo o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2019) o valor não é pago acerca de 34,65 % dos professores REDA da rede estadual, pois o salário do REDA será sempre o estabelecido no edital do

⁹³ ARAÚJO, Carolina Maia de. *et al.* Condições de Trabalho docente: Uma análise sobre a remuneração salarial e satisfação com a carreira. In: **Revista Cenas Educacionais**, Caetitê – Bahia - Brasil, v.3, n.e9907, p. 1-18, 2020.

processo seletivo. Ora, os valores do piso não são pagos pelo estado na alegação de que a arrecadação não cobrem os custos⁹⁴.

Essa variação salarial é bem expressiva em relação ao vínculo empregatício, pois professores temporários ou chamados contratados⁹⁵, executam as mesmas atividades dos professores efetivos, planejam e executam aula, participam das atividades da escola, mas os seus salários são diferenciados em relação aos dos servidores do quadro permanente. Os (as) professores (as) subcontratados (as) que trabalham pelo REDA não têm direito às gratificações entre outros direitos que são garantidos por lei aos professores do quadro efetivo, é notória a desvalorização docente.

Os (as) professores (as) terceirizados (as) necessitam serem incluídos na lei do Piso Salarial Profissional Nacional, conforme a valorização dos profissionais da educação prevista e assegurada pela LDB no art. 67 em seu inciso III. Como demonstrou a figura 09, o valor do salário do professor REDA de 2019, permanecerá o mesmo para os próximos seis anos, até que termine o seu tempo do contrato, não sofrendo nenhum reajuste ao longo do período de regência docente, pois não existe a gratificação de estímulo às atividades de classe para os servidores temporários, esse direito é apenas para os cargos efetivos conforme previsto no Estatuto do Magistério Público do Estado da Bahia de 2002.

Se comparar o valor do salário do REDA oferecido pelo último edital REDA de 2019, que correspondeu a R\$1.713,46 com o salário base de um professor efetivo em carreira inicial do último edital do concurso para professor no estado em 2017, que foi a renumeração de R\$ 2.814,28 temos a desigualdade de renumeração na profissão. Sem falar que, o professor do quadro efetivo tem plano de carreira que valoriza a titulação oferecendo os acréscimos salariais, enquanto os professores REDA não têm direito ao plano de carreira.

O REDA emergencial é ainda mais preservado, pois o professor substituto só tem direito ao salário base, segundo o edital SEC/SUDEPE nº 003/2017⁹⁶ a remuneração total seria no valor de R\$ 1.407,14 (um mil, quatrocentos e sete reais e quatorze centavos), entretanto, tal valor não é real, devido aos abatimentos mensais à Previdência Social (INSS). Para as 211

⁹⁴ TEIXEIRA, Eliana Cristina N.S.; NUNES, Cláudio P.O piso salarial como insumo da valorização docente nos governos de FHC e Lula: da política de fundos à Lei do Piso. In: **Revista Práxis Educacional**. v. 12, n. 23, set./dez., 2016.

⁹⁵ A presença de muitos professores contratados é outra face desta precarização do trabalho docente, resultado da não-realização de concursos públicos ou da não-convocação dos aprovados. Reproduzem-se diferentes condições de trabalho e de rendimento, pois os contratados são submetidos a condições ainda mais precárias de trabalho e ao controle político das direções das escolas (COUTO, *et al.*, 2013, p. 151).

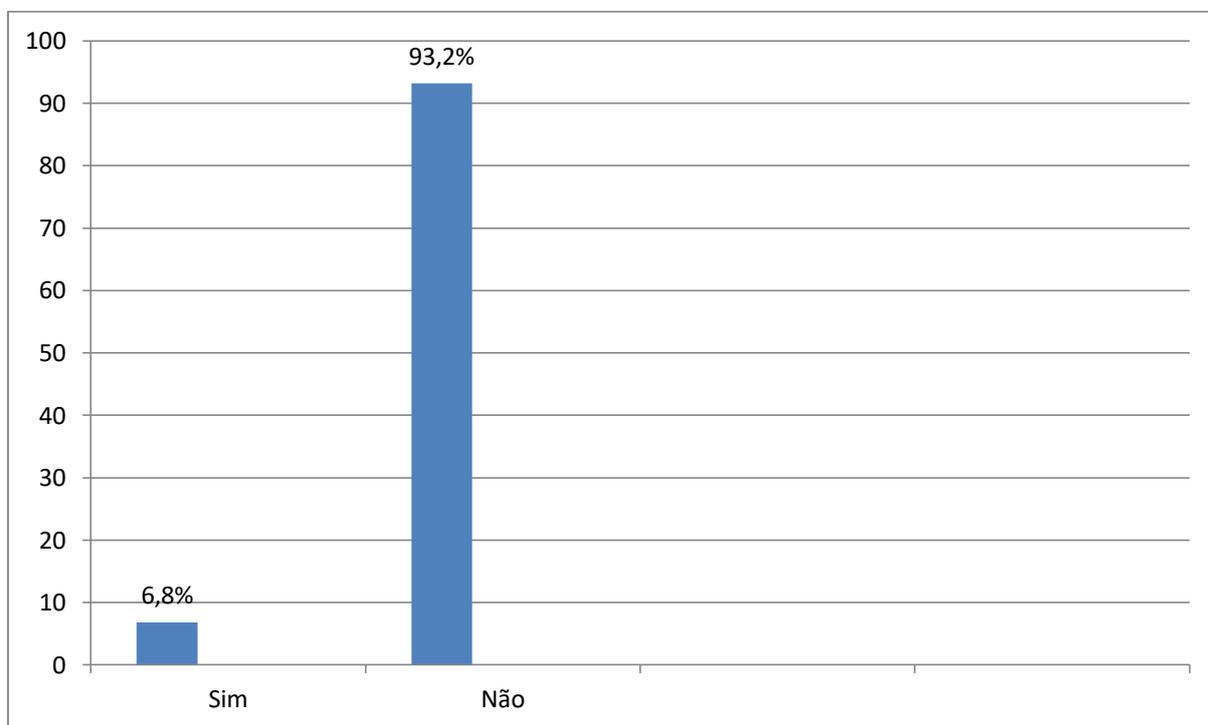
⁹⁶ BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC). **Edital de Processo Seletivo Simplificado para Contratação de Professores em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA**, nº 003/2017.

vagas oferecidas para aquele ano, os candidatos devia ter formação em nível superior em licenciatura plena, para um regime de trabalho de 20 horas.

Para receber salário, a sua condição de sobrevivência, o sujeito tem que trabalhar por um determinado tempo, mesmo se neste tempo ele produza mais do que recebe em salário. E ele sempre produz mais do que recebe, pois se recebesse o equivalente ao resultado do seu trabalho o lucro do patrão nem existiria. Aliás, não existiria nem o patrão. Por isso que o trabalho assalariado em si, a obra do capitalismo, é um constante roubo de trabalho (MENEZES, 2007, p. 20).

Seguindo essa lógica de raciocínio são realizados vários processos seletivos simplificados para contratação de pessoal na função temporária via Regime Especial de Direito administrativo. Isso significa que o uso do REDA para contratação de pessoal pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC/BA) é algo costumeiro.

Gráfico 14– Você se sente seguro com o contrato REDA

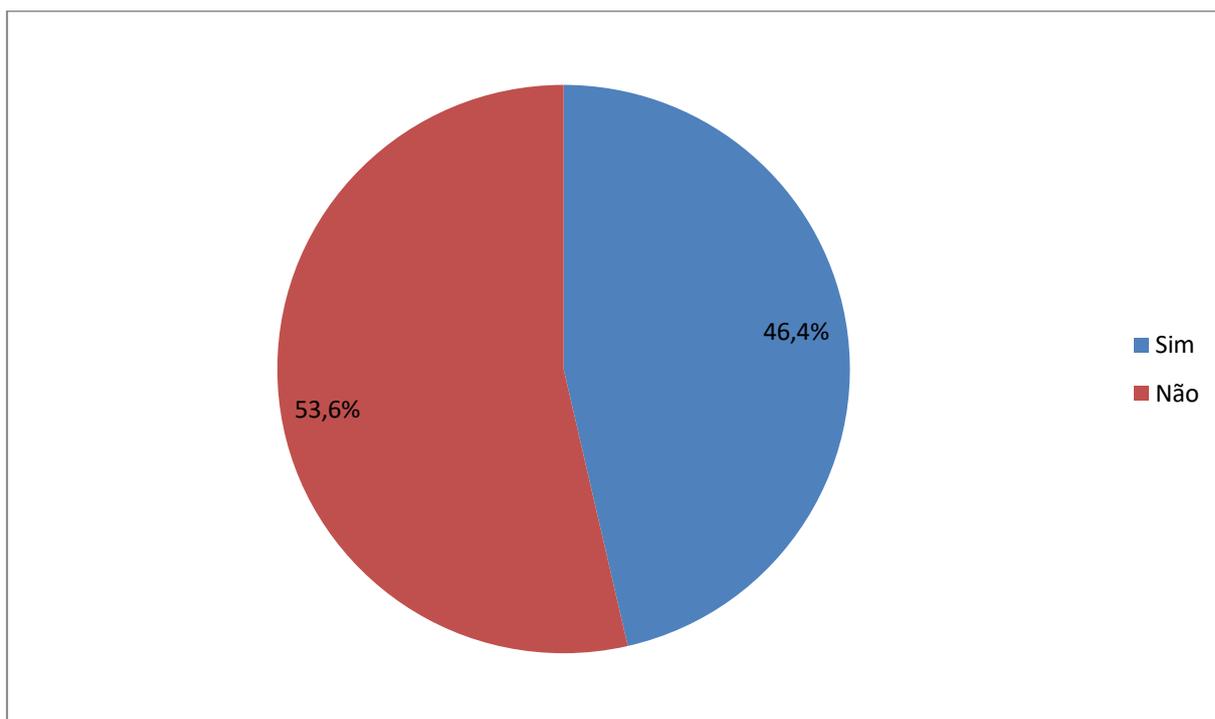


Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

A insegurança do contrato revela uma realidade de instabilidade que vivem os professores, sendo assim, para 93,2% dos professores que trabalham pelo REDA, não se sentem seguros com esse contrato de trabalho. O que prova que esse regime laboral de tempo determinado, não é um emprego estável para o cargo na carreira docente.

Os profissionais temporários são um potencial desempregados, pois, ao serem dispensados de suas funções ao término do contrato ficam sem trabalho, e conseqüentemente sem salário, à espera de um novo edital ou recontração. Os professores REDA não encontra estabilidade financeira e emocional no setor público, não recebem o reconhecimento e a valorização profissional e tão pouco a assistência da sindicalização existente.

Gráfico 15 – Você conhece/sabe seus direitos trabalhistas garantidos/oferecidos pelo REDA?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

No gráfico 15, 53,6% dos professores disseram não saber quais são seus direitos trabalhistas. Nesse sentido, pressupõe que o contrato REDA não passa transparência aos seus dependentes. No embalo do desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação na era digital e da especialização flexível, novos tempos se forma para a classe trabalhadora. Essa classe que vive do trabalho, como diz Antunes (2018), enquanto trabalhadores terceirizados têm alguns direitos trabalhistas garantidos por lei, conquistados com as lutas de classes.

Diante desse contexto, é que foi pensando o produto educacional no formato de um livro eletrônico intitulado: “Os direitos trabalhistas dos professores no Regime Especial de

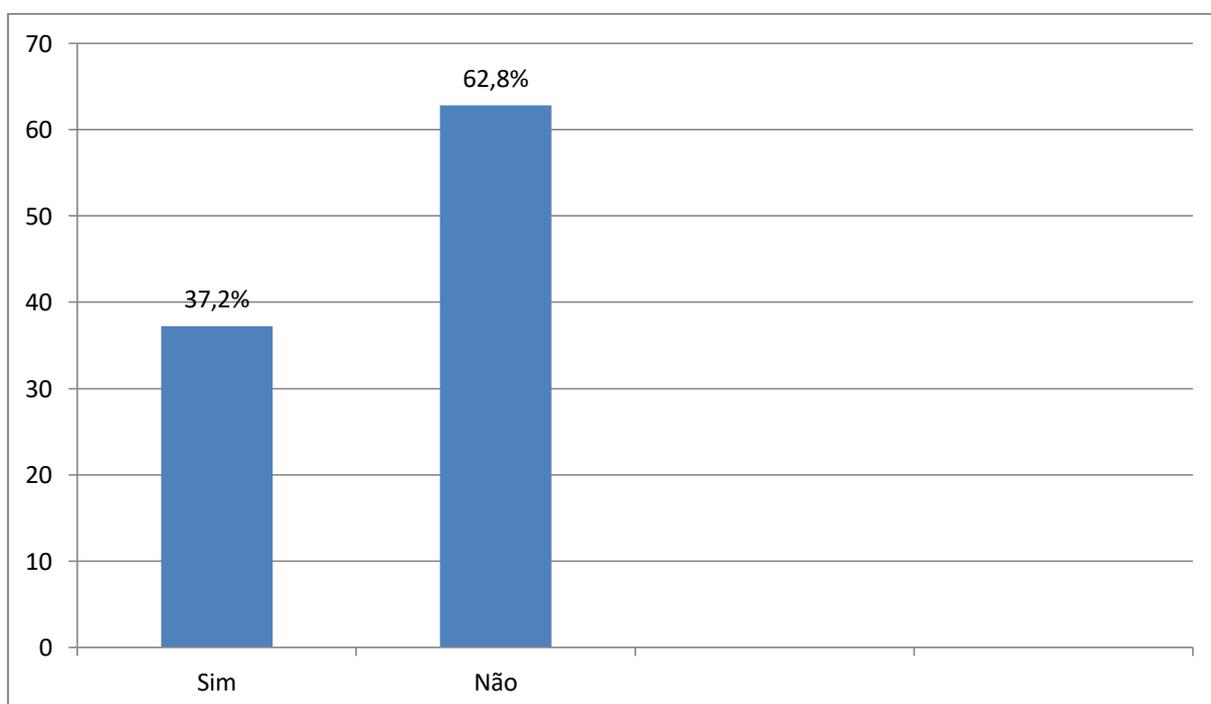
Direito Administrativo (REDA)”, este tem a missão de orientar e informar a esse público sobre os seus principais direitos e oferecer informações de como consegui garanti-los.

Além disso, o livro aborda a questão da aula-extras, do auxílio transporte e auxílio alimentação, fala sobre a averbação de tempo de serviço, da certidão de tempo de serviço, do décimo terceiro salário, da gratificação de atividade de classe, da licença maternidade e licença paternidade, da licença para tratamento de saúde e auxílio doença, da licença por acidente, do terço de férias e do salário base.

Também nesse produto, o (a) professor (a) encontrará indicativo de locais para mais informações e maneiras de solicitar os seus direitos trabalhistas. Ter conhecimento sobre esses direitos é importante, uma vez que estamos vivenciando um verdadeiro desmonte dos direitos do trabalho, contribuindo para a realidade do trabalho precário vivida por homens e mulheres (PRAUN; ANTUNES, 2020).

Ao oferecer somente esses direitos de trabalho o Estado está precarizando o trabalhador/a, gerando velhas e novas dificuldades para a organização docente, favorecendo os ditames do capital, pois estão restringindo as garantias conquistadas pela classe ao longo do tempo. Esse docente esporádico precisa formar uma organização de luta de classe para defender e garantir seus direitos.

Gráfico 16 – Seus direitos são respeitados nas relações de trabalho com o contrato REDA?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Conforme o gráfico 16, para 37,2% dos docentes REDA seus direitos são respeitados. Enquanto, para a maioria, cerca de 62,8% dos professores disseram que seus direitos não são respeitados em relação ao trabalho pelo contratado REDA. Aqui, reforça-se o quanto é importante o professor ter em mãos informações sobre seu regime de trabalho. A precarização das condições de trabalho, assim como a negação dos direitos sociais, deixou de ser algo restrito a um segmento, mesmo que amplo da classe trabalhadora para se tornar uma característica marcante da (des)sociabilidade marcada pelas velhas e novas modalidades de exploração do trabalho – REDA.

Com a crise estrutural, intensificada desde 2008 está ocorrendo à reestruturação produtiva permanente, necessitando incorporar aos processos de trabalho o saber de quem o executa visando o aumento da produtividade, levando várias pessoas para o campo das ocupações intermitentes e eventuais, ora para o desemprego e desespero do trabalhador temporário. Em fase da crise estrutural do capital, a erosão dos empregos e a demolição exponencial dos direitos do trabalho, com ampliação do tempo de trabalho não pago, no caso dos professores REDA, suas atividades laborais nem sempre irão corresponder ao trabalho pago. Essas formas de trabalho escravo contemporâneo são chamadas por Antunes (2009) de precarização estrutural do trabalho em escala global.⁹⁷

No Brasil, através da Lei de nº 13.429, de 31 de março de 2017, alteraram-se as regras do contrato por tempo determinado, ampliando a terceirização da força de trabalho. Essa alteração na norma legal faz parte da reforma de matriz neoliberal, que impacta na dinâmica das relações de trabalho. Além disso, de forma direta ou indireta, afeta a mobilização e a organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras, ao enfraquecer os espaços de fala, luta e resistência, aprofundando ainda mais a precariedade das ocupações e do acesso aos direitos.

Dentre as preocupações da reforma trabalhista brasileira, temos a flexibilização das normas trabalhistas por meio de acordos ou convenções coletivas, em detrimento dos acordos individuais, que favorecem ao desemprego e o fechamento de postos de trabalho, contribuindo para formalizar o trabalho informal. Trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços, que estão disponíveis integralmente para o capital, sem nenhuma garantia de trabalho duradouro (ANTUNES, 2018).

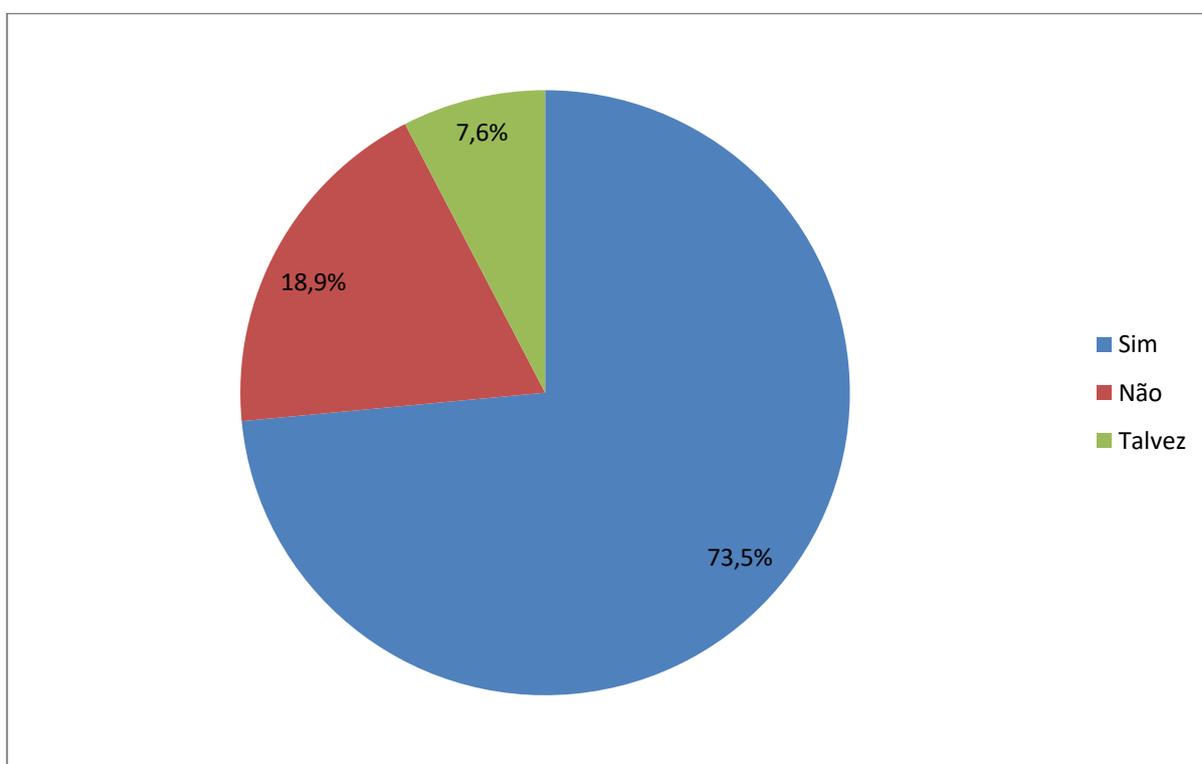
Pela contrarreforma trabalhista, os vínculos contratuais formais por tempo determinado tem seu prazo-limite estendido de 90 para 270 dias, conforme alteração instituída

⁹⁷ A expressão “trabalho escravo contemporâneo” é usada por Praun e Antunes (2020) no livro “**Uberização, Trabalho digital e indústria 4.0**” do autor Ricardo Antunes (2020).

pela Lei de nº 13. 429, de 2017. Dessa forma, A legislação do trabalho intermitente é nefasto e corrosivo em relação ao trabalho. Além disso, ao cumprir seus objetivos favorecem a ampliação da informalidade, da rotatividade e precariedade dos vínculos de trabalho, crescente com impacto na remuneração e ao acesso aos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse processo, os sindicatos, como ferramentas de resistência precisam urgentemente aproximar-se do contingente de trabalhadores e trabalhadoras que vivem submetidos a vínculos temporários e intermitentes, a exemplo do REDA. Pois, esses trabalhadores esporádicos podem ser os profissionais efetivos que sustentarão as bases sindicais do amanhã. Enfrentar os ataques do capital torna-se central para a sobrevivência dos sindicatos de classe em fase da nefasta destruição dos direitos sociais e do trabalho já antes conquistados.

Gráfico 17 – Na falta de concurso público, você pretende participar de outras seleções do REDA?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Mesmo sabendo que o REDA é precarizado, cerca de 73,5% dos professores disseram que irão fazer novamente a seleção do REDA, pois diante da falta dos concursos não há outra opção, a não ser fazê-lo novamente. Necessitando do trabalho para sobreviver, a única alternativa é continuar trabalhando por esse tipo de contrato temporário.

Dispondo-se, então de um grande número de desempregados ou em situação de vulnerabilidade social, os editais REDA condicionam os trabalhadores às precárias condições de trabalho. Além disso, como o número de mulheres é maior na profissão docente, esse exército reserva existe devido, ao fato do neoliberalismo não promover a emancipação das mulheres, pois esse grupo representa a mão de obra barata que contribui para a sustentação do funcionamento do capital que explora e marginaliza em função do lucro.

Os professores REDA estão na condição de trabalho instáveis estão constantemente sujeitos a expulsão do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e pelo aumento do exército reserva (Recém-graduandos advindos das licenciaturas, da 2ª licenciatura, dos bacharelados, da formação EAD's), na fase de expansão do desemprego estrutural no espaço geográfico e na total expropriação do território usado – o território do trabalho do (a) professor (a). Para Thomaz Júnior (2020, p. 47) esses

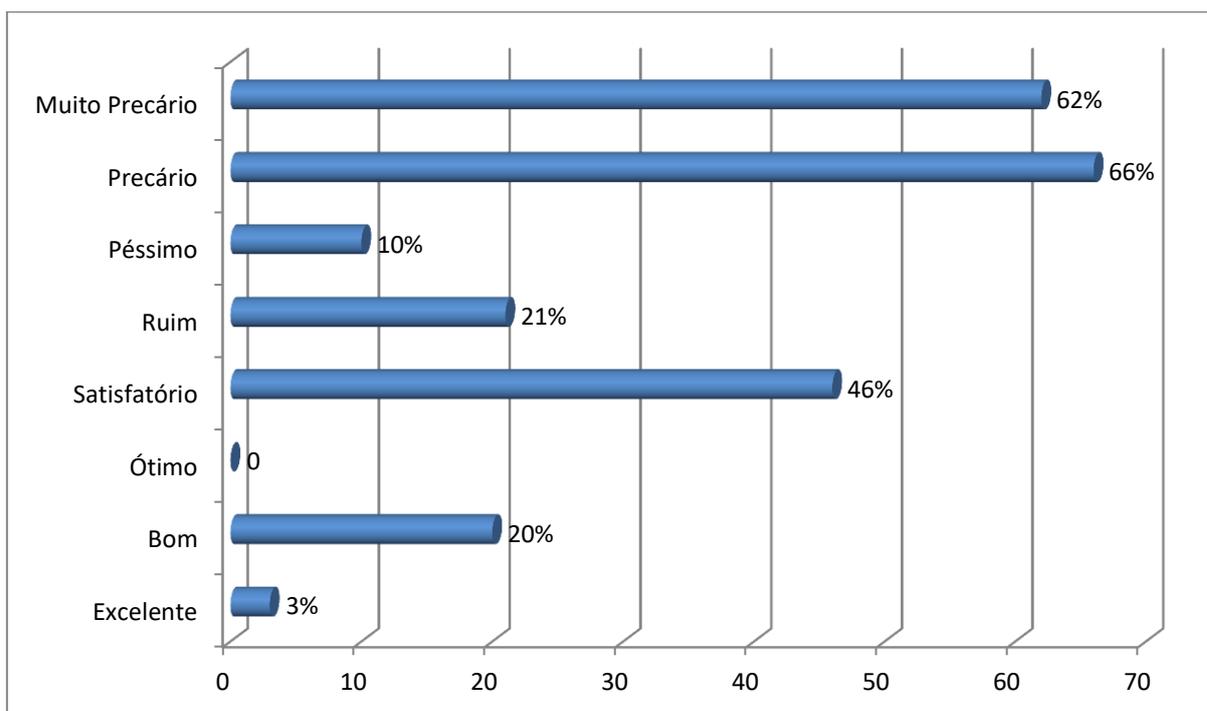
[...] trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da despossessão, no entanto a fragilidade dessa radicalidade se expressa no fato de que a partir da sua exclusão da ordem do capital, são incapazes de articular um movimento emancipatório para além do capital. Os trabalhadores desempregados afirmam a sociedade do trabalho, mesmo sendo a materialização da negação do trabalho (empregado).

Na conjuntura atual, o sistema vem produzindo em grandes proporções uma massa de trabalhadores reserva, dentre eles estão, os professores, que não conseguem se inserir no mundo do trabalho, vivenciado toda sorte do trabalho precarizado. O aumento do exército de trabalhadores reserva contribui para manter ou reduzir os salários dos trabalhadores, criando uma massa de sujeitos dispostos a ingressarem no mercado de trabalho sem questionarem as condições trabalhistas impostas por contratos temporários tipo - o REDA.

Braga (2012) utiliza o termo “proletariado precarizado”, enxergando o precariado como os trabalhadores mais explorados, com salários mais baixos e semiqualificados. De posse do exército reserva, o REDA dá as regras aos trabalhadores docentes, não havendo uma política pública afirmativa de enfretamento a esse regime, o mesmo vem se perpetuando na educação.

De acordo com Melo (2021) o Regime Especial de Direito administrativo – REDA encontra-se na perspectiva neoliberal da não efetivação da carreira docente, o que significa que os trabalhadores/as da educação são contratados por tempo determinado e substituídos com o tempo. Esse fator é um dos motivos para que o público REDA, considere esse contrato de trabalho como precário.

Gráfico 18 – Você considera o contrato de trabalho REDA?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Ao analisar o trabalho docente pelo REDA, no gráfico 18, sabe-se que o profissional tem consciência de participar de um contrato esporádico e provisório, portanto o trabalhador/a não é alienado quanto as suas condições laborais. Nessa pesquisa, 66% dos participantes afirmaram que o trabalho do REDA é precário; 62% disseram que é muito precário e outros 31% disseram péssimo e ruim. Mas, também houve 46% que afirma que o REDA é satisfatório e 23% que lucida que é de excelente a bom. Percebe-se que há uma dualidade de opiniões acerca desse tipo de contrato de trabalho.

Além disso, somando os informalizados, os desempregados e os trabalhadores formais, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora que vivenciam as condições de precariedade laboral (MATTOS, 2019). É preciso refletir sobre a precariedade do trabalho vivido por esses profissionais no sistema capitalista.

Em decorrência das precárias condições de trabalho na qual os (as) professores (as) REDA estão inseridos, também estão sujeitos ao adoecimento, à frustração com a profissão e a insatisfação com a carreira, segundo Forattini e Lucena (2015, p. 39-40) a falta de reconhecimento e a desvalorização social condiciona o trabalhador ao estado de angústia e

frustração e, conseqüentemente, ao adoecimento. A carga de trabalho deve ser compreendida a partir da carga física ou pela a carga psíquica do trabalho.

Dentre as doenças que mais acomete o docente estão à ansiedade e a depressão, as doenças respiratórias, os problemas osteomusculares e a síndrome de *burnout*⁹⁸ entre outras (MOURA *et al*, 2019). Isso acontece, porque os professores estão estressados pela intensificação da sua jornada de trabalho e pela desvalorização da carreira docente. Segundo dados do relatório organizado por Cunha e Costa (2021 p. 34) duzentos e quarenta e três docentes (243%) estão com ansiedade, outros cinco (5%) educadores com depressão e catorze (14%) professores com outros tipos de doenças adquiridas durante a pandemia.

As principais patologias apresentados pelos docentes são fadiga, cansaço físico e mental, desânimo, distúrbios vocais, depressão, ansiedade, stress, nervosismo, dores resultantes da falta de descanso, de lazer, e de hábitos saudáveis como a prática de atividade física, e dos atos alimentares saudáveis, que podem comprometer seriamente a saúde dos professores (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

Os (as) professores REDA estão sujeitos a diferentes tipos de doenças laboral, dentre as que mais acometem são a depressão, ansiedade, estresse, nervosismo, baixa estima, distúrbios vocais, em decorrência do uso excessivo da voz na sala de aula, distúrbios alimentares, cansaço físico e mental, dores de cabeça e musculares, problema na visão, surgem em decorrência de trabalho instável, trazendo angústia e frustração com a profissão de educador (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009).

O acometimento de doenças e síndromes desses profissionais é a prova do descaso da sociedade para com a saúde do professor (a) que não entende a abrangência dos prejuízos do adoecimento dessa classe trabalhadora para o sistema educacional. Infelizmente, em decorrência das precárias condições de trabalho tem-se: o adoecimento docente, à frustração com a profissão e a insatisfação com o trabalho. Com um ritmo acelerado de trabalho, os professores colocam a sua saúde em segundo plano, muitos estão frustrados e insatisfeitos com os seus contratos.

A ‘rotatividade’ dos profissionais REDA, que entram e saem das unidades escolares sem zelar pelo ano letivo, ocorre porque o contrato REDA não assegura o emprego ao

⁹⁸ A Síndrome de *Burnout* é uma patologia que vem se destacando nessa conjuntura. Esta Síndrome vem sendo considerada uma questão de saúde pública, tendo em vista suas implicações para a saúde física e mental do trabalhador, com evidente comprometimento de sua qualidade de vida no trabalho. O fenômeno *Burnout* tem como principais sinônimos os termos esgotamento, estafa e caracteriza-se por uma multiplicidade de causas, definições e sintomas que dificultam sua delimitação e reconhecimento na comunidade científica (MOURA, 2019 *apud* CODO, 1999).

educador. Durante a vigência do contrato, os (as) professores (as) REDA podem ser exonerados ou transferidos, além disso, o tempo do contrato corresponde às necessidades temporárias da unidade escolar, assim nesse período pode haver efetivação de outros docentes, não havendo a necessidade do (a) terceirizado (a) que será dispensado.

O próprio professor REDA, pode optar em outra seleção por um outro município para atuar, caso seja aprovado, enfim existem várias possibilidades que contribuem para que haja rotatividade desses profissionais na rede de ensino. É importante, frisar que ao término do contrato REDA no meio do ano letivo prejudica o ensino-aprendizagem dos alunos, que ficam sem aula por certo tempo até que uma nova contratação seja realizada, e essa realidade não é de responsabilidade do professor REDA e sim da administração que o contratou.

CONSIDERAÇÕES

Os (as) professores temporários nos remetem à definição de precarização do trabalho docente, podendo ainda ser chamando de subcontratação docente. Ao desvelar a precarização docente não apenas pelos baixos salários ou pelos contratos desprovidos de seguridade social, mas principalmente pelas condições e relações de trabalho que levam a desvalorização do ser professor, é possível reconhecer os aspectos que afetam a organização escolar devido ao processo de flexibilização que exige um novo perfil docente, em que é determinado pelo Estado nesse contexto neoliberal.

Sendo o Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, um contrato de trabalho precarizado, também não deixa de ser uma política pública educacional inserida em um emaranhado ideológico que faz parte do mundo do trabalho cheio de lutas e disputas num determinado contexto histórico social e territorial. Além disso, esse trabalho serve de alerta para os inúmeros editais de processos seletivos que vêm sendo anunciando para os próximos anos.

O Estado utiliza dessa política de contratos temporários, para não fazer concursos públicos para contratação de professores do quadro efetivo. Omitindo os direitos de trabalho e precarizando a profissão docente. Nesse sentido, é que foi proposta essa reflexão, analisar o REDA enquanto política pública educacional, caracterizando-o como política precária, pela falta da responsabilidade estatal em proporcionar um contrato de trabalho de qualidade aos professores terceirizados.

O estudo analisou os princípios legais e a regulamentação que envolve o REDA, também se explorou a precarização do trabalho docente com base na categoria do trabalho, o que contribuiu para a construção da cartilha intitulada “Os direitos trabalhistas dos professores no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)”, como instrumento de luta e resistência ao trabalho precário.

Também apresentou o REDA como consequência do estado neoliberal que pode ser comparado como se fosse uma fábula. O Estado Capitalista lança mão do REDA para dizer que o Estado está cuidando da educação. Mas, na verdade o REDA é um regime de contratação temporária que vem na ilusão de suprir a demanda do mercado educacional ao impedir que os alunos fiquem sem aula pela falta de professores do quadro efetivo, então o REDA, é um mal necessário.

O REDA é perverso, porque, na realidade, visa atender as demandas neoliberais, economizar o máximo possível com a educação como meio de escravizar ideologicamente à

sociedade de consumo e trabalho, dando aos professores (as), escravos desse regime as mínimas condições de trabalho. A perversidade é expressa pela alienação do trabalhador (a) diante dos seus direitos expropriados.

O proletariado professoral pode e deve emancipar, mas para isso é preciso suprimir suas próprias condições de vida que o condena a condição de precariado. A presença do proletariado como sujeito histórico dotado de consciência de classe é um condicionante para enfrentar a burguesia no poder. É superando sua alienação ideológica e organizando-se enquanto categoria que será possível superar sua condição de precarização.

Então, é preciso criar as condições para que a luta de classe impulse seus interesses. Como dizia Marx (2008) o trabalhador/a não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele/a tem de lutar pela aquisição de trabalho. Sendo o proletariado, uma classe revolucionária (LESSA, 2015), existem dois caminhos: o primeiro é a barbárie e o segundo e a revolução através da luta de classe.

Espera-se, que a luta de classe seja a escolha dos professores, que a teoria e a prática caminhem juntas, aonde a política seja o elo entre a reflexão e a ação revolucionária da classe trabalhadora. Por ora, acredita-se que a solução para as tendências de luta e disputa, só cessarão através do colapso da barbárie das condições laborais de trabalho.

Pensar a diversidade das condições de trabalho, no espaço e tempo, das classes subalternas, sem perder de vista as características da classe trabalhadora, ajuda a entender o modo de produção em sua fase atual de expropriação e precariedade do capital. Os profissionais da educação, enquanto trabalhadores terceirizados pelo contrato REDA tem um longo caminho de lutas e conquistas dos direitos trabalhistas.

Nesse processo, o conjunto das classes subalternas são exploradas pelo capital. A classe trabalhadora precisa revoltar, a luta da classe não acaba com pequenas concessões de aumentos salariais, mas sim com a revolução. Apesar de o REDA ser uma fonte de renda para muitos professores, é preciso eliminá-lo, uma vez que os contratos temporários indicam a diminuição de oferta de vagas para o cargo efetivo. Lutar pela realização dos concursos públicos e pela garantia da educação pública de qualidade deve ser sempre um dever de todos.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Editora Martins Fontes, 1980.

ANDRADE, Mariana. **Ontologia, dever e valor em Lukács**. 1ª ed. Macéio: Coletivo Veredas, 2016.

ANDRADE, Rodrigo Coutinho. **A formação-atuação docente em tempos de ofensiva neoliberal: alguns apontamentos**. Disponível em: <https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/1736>. Acesso em 27 out. 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. Introdução - A Substância da crise. In: MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n.123, jul./set., 2015.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio; PRAUN, Luci. Construção e Desconstrução do trabalho no Brasil: da conciliação ao golpe. *In: PEREIRA, L. D. BARBOZA, D.R. (Orgs.). Políticas regressivas e ataques aos direitos sociais no Brasil*: dilemas atuais em um país de capitalistas dependente. Uberlândia; Navegando Publicações, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho digital, “Indústria 4.0” e Urberização do trabalho. *In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda; CAVALCANTI, Tiago Muniz; FONSECA, Vanessa Patriota da. (Orgs.). Futuro do trabalho*: Os efeitos da revolução digital na sociedade. Brasília: ESMPU, 2020.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho, 2005. Disponível em: <http://www.ajlas.org/v2006/paper/2005vol18no405.pdf>>. Acesso 02 julh. 2021.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ASSUNÇÃO, Alda Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde do professor. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago.2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

BAHIA. **Secretaria de Educação (SEC)**. Gestão Regional. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/gestaoregional>. Acesso em 27 jan. 2022.

BAHIA. **Contrato do REDA de 2015, 2017 e 2019**. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.ba.gov.br/reda-definicao-e-legislacao>. Acesso em 04 dez. 2021.

BAHIA. **Decreto nº 11.571 de 03 de Junho de 2009**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-11571-de-03-de-junho-de-2009#>. Acesso em 24 mar.2020.

BAHIA. **Decreto nº 8112 de janeiro de 2002**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/77801/decreto-8112-02>. Acesso em 01 dez. 2020.

BAHIA. **Decreto nº 1.401 de 31 de julho de 1992**. Regulamenta a contratação de pessoal, em regime especial, por tempo determinado, previsto no Capítulo IV da Lei nº 6.403, de 20 de maio de 1992. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/84213/decreto-1401-92>. Acesso em 01 ago. 2017.

BAHIA. **Decreto nº 15.353 de 08 de agosto de 2014**. Disponível em: <http://www.grh.uefs.br/wp-content/uploads/2014/11/Decreto-15353-Reserva-vagas-para-negros-em-concursos.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BAHIA. **Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia** – Lei estadual de nº 8.261, de 29 mai. 2002.

BAHIA. **Lei nº 8. 261 de 29 de maio de 2002**. Disponível em: http://www.saeb.ba.gov.br/uploads/lei_est_8_261_29-05-02_estatuto_magisterio.pdf. Acesso em 20 ago. 2020.

BAHIA. **Lei nº 6677 de 26 de setembro de 1994**. Disponível em: http://www5.tjba.jus.br/juizadosespeciais/images/pdf/legislacao/LEI_6677_94-ESTATUTO_SERVIDOR_PBLICO.pdf. Acesso em 01 dez. 2020.

BAHIA. Lei n.º 13.182 de 06 de junho de 2014. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/GT_Igualdade_Racial/Outros/Lei%2013.182%2006.06.14%20Bahia.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

BAHIA. **Tribunal de Contas do Estado da Bahia**. Disponível em: https://www.tce.ba.gov.br/files/flippingbook/contas_de_governo_2019/secao_analitica_2019/29/. Acesso em 04 nov. 2020.

BAHIA. **Lei de nº 12.209 de 20 de abril de 2011**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027502/lei-12209-11>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BAHIA. **Lei de nº 6403/1992.** Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85542/lei-6403-92>. Acesso em: 03 jul. 2021.

BAHIA. **Lei nº 8889 de 01 de dezembro de 2003.** Disponível em: <http://www.grh.uefs.br/wp-content/uploads/2014/11/Lei-8889-Estrutura-de-cargos-e-vencimentos-do-Estado-da-Bahia.pdf>. Acesso em 01 dez. 2020.

BAHIA. **Lei nº 9528 de 22 de junho de 2005.** Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-9528-de-22-de-junho-de-2005>. Acesso em 01 dez. 2020.

BAHIA. **Lei nº 14.401 de 20 de dezembro de 2021.** Disponível em: https://portal.uneb.br/pgdp/wp-content/uploads/sites/57/2021/12/doe_2021-12-21_pag_1.pdf. Acesso em 12 jan. 2022.

BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para seleção pública para contratação temporária de pessoal na função Professor da Educação Básica, Educação profissional e Professor Indígena, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito administrativo - REDA. **Edital SEC/SUDEPE nº 001/2015.** In: Diário Oficial: Bahia, 4 de junho de 2015.

BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para desempenho da função Professor, por segmento da Educação visando à contratação por tempo determinado, em Regime Especial de Direito administrativo - REDA. **Edital SEC/ SUDEPE nº 003/2017.** In: www.ibrae.com.br. Acesso em 28 fev. 2021.

BAHIA. Processo Seletivo simplificado para contratação de pessoal nas funções de professor da educação básica, da educação básica no campo e professor indígena para a educação indígena por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA- **Edital SEC/SEDEPE nº005/2017.** In: www.ibrae.com.br. Acesso em: 03 jul. 2021.

BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de direito Administrativo – REDA, para a função de professor indígena. **Edital de abertura de inscrições SEC/SUDEPE nº 01/2019.** In: Diário Oficial: Bahia, 10 de outubro de 2019.

BAHIA. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo – REDA, para a função de professor da educação profissional, **Edital SEC/SUDEPE de nº 02/2019.** Disponível em: http://www.saebs.ba.gov.br/arquivos/File/EditalAberturaInscricoes_SAEBSAC_001_22ago19.pdf. Acesso em: 03 jul. 2021.

BAHIA. Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de direito Administrativo - REDA. **Edital de abertura de inscrições SEC/SUDEPE nº 008/2019.** In: Diário Oficial: Bahia, 10 de outubro de 2019.

BALL, Stephenj. **Educação Global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Editora UEPG, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Professores excelentes:** como melhorar a aprendizagem dos estudantes da América Latina e Caribe. Washington: Banco Mundial, 2014.

BARBOSA, Livia. Meritocracia e sociedade brasileira. *In: Rev. Administração de Empresa*, v. 54, nº 1, Jan.-Fev. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020140108>.

BARBOSA, Livia. **Meritocracia à brasileira**: o que é desempenho no Brasil? *In: Revista do Serviço Público*, ano 47, v. 120, n. 3, set. - dez., 1996.

BERNANDES, Adilson Toledo. Hegemonia neoliberal, precarização do trabalho docente no ensino público do Estado de São Paulo e adoecimento – uma análise a partir de Ourinhos – SP. *In: Revista Pegada*, v. 16, n. especial 29 maio de 2015.

BERGSON, Henri. A evolução criadora. *In: BERGSON, Henri. Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: abril Cultural, 1979.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *In: DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 59, n. 3, 2016.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Trad. Maria Alvarez, Sara do Santos e Telmo Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGES, Kamylla Pereira. Trabalho e Adoecimento Docente: Tensões e Conflitos. *In: Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional*, Curitiba, v. 9, N. 23, p. 160-187 set.- dez. 2014.

BOFF, Leonardo. **Povo**: em busca de um conceito. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2015/01/povo-em-busca-de-um-conceito-por-leonardo-boff/>. Acesso em 13 nov. 2020.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista** [edição digital]. Editora Zahar, 2013.

BRASIL. CAPES. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015**. Brasília: MEC, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. **Lei nº 5540 de 28 de novembro de 1968**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 5692 de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20Para%20efeito%20do,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau.> Acesso em 11 ago. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024:** Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado:** do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAND, Ulrich. Estado e Políticas Públicas: Sobre os processos de transformação. *In:* DILGER, Gerhard; LANG, Mirian; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário:** Debates pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

BRITO, Regivane dos Santos, PRADO, Jany Rodrigues; NUNES, Cláudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. *In:* **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracaju, v.10, n. 23, 2017. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/6676>. Acesso em: 09 jul. 2019.

CADIDÉ, Maria do Carmo de Macêdo. **Contratação por tempo determinado:** O Regime Especial de Direito Administrativo – REDA e sua utilização no âmbito do Executivo da Administração Pública do Estado da Bahia, no período de 2005 a 2010. Dissertação do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania. Universidade Católica do Salvador, 2012.

CASACA, Sara Falcão. **Flexibilidade, trabalho e emprego:** - ensaio de conceptualização. SOCIUS: Universidade Técnica de Lisboa, 2005. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2025/1/wp200510.pdf>. Acesso em 12 jul. 2021.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernik; TROJAN, Rose Meri. A valorização do professor no Brasil no contexto das tendências globais. *In:* **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 10, p. 57-69, ago./ dez., 2011.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

CHARLOT, Bernard. Conferencia proferida na Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *In:* **Sisifo-Revista de Ciência da Educação**, nº 4, out/dez., 2007.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M.C. (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. *In*: **Folha de São Paulo**, Caderno Mais! São Paulo, 9 de maio de 1999. Disponível em: http://www.cacos.ufpr.br/obras/Marilena_Chauí_Universidade_Operacional.doc. Acesso em: 02 out. 2020.

CODO, Wanderley; VASQUES-MENEZES, Ione. O que é Burnout? *In*: CODO, Wanderley (Coord.). **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes / Brasília: CNTE/, 2002. p. 237-254.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Suzane Tosta. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. *In*: **Geopauta**, vol. 3, n. 3, 2019, p.53-74.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Das armas da crítica às críticas das armas: a importância do pensamento crítico na luta contra a barbárie. *In*: **Canal do youtube do PPGELS/UNEB-Campus VI**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xzg5ZmoJXqA&t=9824s>. Acesso 10 ago. 2021.

COSTA, Glauber Barros Alves. **Cartografias do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia no Brasil**: O desenho da política pública e seus saberes. Tese (doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

COUTO, Marcos Antônio Campos; et al. Contra a precarização da escola pública brasileira e pela valorização da profissão docente. *In*: **Terra Livre**, ano 29, v.1, n 40, jan-jun., 2013.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **Extensão Universitária na Universidade Federal de São Carlos**: (Des)encontros com a educação popular. Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos, 2018.

CUNHA, Ana Luiza S.; COSTA, Glauber B. A. **Relatório de Pesquisas**: os desafios de ser professor (a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1rNRngSu1qXfdH0_cg9W9tHNzdtJilimv/view?usp=sharing. Acesso em: 21 jun. 2021.

CUNHA, Ana Luiza Salgado; COSTA, Glauber Barros Alves; AMORIM, Juliane dos S.; SANTOS, Iago Gabriel A. Escola invadiu a vida e a vida tomou a escola: Intensificação do trabalho da mulher professora na pandemia. *In*: BERTONI, Luci Mara; BATISTA, Williane de fátima V.; OLIVEIRA, Janderson Carneiro de. **Vulnerabilidades sociais em tempos de pandemia**. Brasília, DF: Technopolitik, 2022.

COSTA, Célio Juvenal; NEVES, Fátima Maria. A importância da história da educação para a formação dos professores da educação. *In*: **Rev. Teoria e Prática da educação**. v. 15, n.1, p. 1113-121, jan./abr., 2012.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz; SOUZA, Suzane Tosta. Avanço do capital e a barbárie societal no campo brasileiro. *In*: **Geopauta**. Volume 3, n. 3, 2019, p. 53-74.

- DAMIANI, Amélia Luiza. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996. ´
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A., 1987.
- DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 7ª ed. Campinas: Autores associados, 2002.
- DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. Breve leitura da natureza sob a contradição capital versus trabalho: O “terrorismo climático” ou dos seres humanos como carcaça do tempo? *In: **Contra Corrente***, n. 10, 2013.
- DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. Regulação, Avaliação e Qualidade da Educação no contexto da centralidade e da subjetividade do neoliberalismo. *In: **Cenas Educacionais***, Caetité-Bahia, 2021.
- FARIAS, Marcella Sarah Figueiras de; MENDONÇA, Andréia Pereira. **Concepção de produtos educacionais para um mestrado profissional** [recurso eletrônico]. Manaus, 2019.
- FORATTINI, Cristina Damm; LUCENA, Carlos. Adoecimento e sofrimento docente na perspectiva da precarização do trabalho. *In: **Laplage em Revista***, vol. 1, n. 2, mai.-ago. 2015.
- FREITAS, Luiz Carlos. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. *In: GENTILL, Pablo; SILVA, Tomás Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação***. 6ª ed., 1998.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. *In: **Revista Brasileira de Educação***, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIRARDI, Crislene Lisboa; LIMA, Marcus Antônio Assim. Na Bahia, quem vê cara, vê competência: Reflexões sobre o REDA. *In: **Anais do Seminário Gepráxis de 2017***. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/semgepraxis/article/viewFile/7240/7024>. Acesso em 25 jan. 2020.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HARVEY, David. **Para entender O capital** [recurso eletrônico]. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

HANNA, Arendt. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2007.

HIRATA, Helena. Globalização, Trabalho e Gênero. *In: Revista de Políticas Públicas*, v.9, n.1, p. 111-128, jul./dez., 2005.

HIRATA, Helena. Gênero, Patriarcado, Trabalho e Classe. *In: TrabalhoNecessário*, ano 16, n. 29, 2018.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KURS, Robert. **O colapso da modernidade**. 6ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2004.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

INEP. **Censo Escolar da Educação básica, 2018-2019**. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2004.

LESSA, Sérgio. Materialismo histórico: a origem. *In: Jornal Espaço Socialista*, n. 84, 2015.

LIMA, Amanda Duarte. **Os fundamentos e a organização do trabalho**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal do Ceará, Mestrado Profissional em Rede nacional de Educação Profissional e Tecnológica, campus Fortaleza, 2019.

LIMA, Maria do Socorro Lucena; GOMES, Marineide de Oliveira. Redimensionando o papel dos profissionais da educação: algumas considerações. *In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOBO, Luis Felipe Nascimento. **A precarização do trabalho docente nas escolas públicas estaduais da Bahia**. Ano 1, n. 2. 2014. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/issue/view/4>.

LOUSURDO, Domenico. **Contra - História do Liberalismo**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

LUKÁCS, Gyorgy. As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *In: Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, nº4, 1978, p. 1-18.

MACHADO, Angela dos Santos. Trabalho estranhado, natureza alienada: precarização e degradação do trabalho e da natureza. *In: Revista Pegada*, v. 20, n.º3, set./dez., 2019.

MAGALHÃES, Jonas Emanuel Pinto. *et al.* (Orgs.). **Trabalho docente sobre fogo cruzado**. Rio de Janeiro: UERJ, Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2021.

MAINARDES, Jeferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *In: Ed. Soc.* Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr., 2006.

MANACORDA, Mario Alighieiro. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martin Claret LTDA, 2005.

MARX, Karl. **O capital**. vol.1. São Paulo: Editora Nova Cultura Ltda, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MATTOS, Marcelo. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MENEZES, Sócrates Oliveira. **De “supérfluos” á sujeitos históricos na contramão do capital**: A Geografia do (des)trabalho. São Cristóvão, SE, 2007.

MENEZES, Sócrates Oliveira. Geografia e trabalho, teoria e método. *In: Geopauta*, v.4, n.4, 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MELO, Andreza Renata do Nascimento. **Ser professor e ser trabalhador**: Uma análise do sentido do trabalho por meio do Regime Especial de Direito administrativo (REDA). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MILL, Daniel. **Educação à distância e trabalho docente virtual**: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Média. Tese de doutorado – Belo Horizonte (MG): UFMG, 2016.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Automação e trabalho: Marx igual Adam Smith?** *In: Revista Estudos Econômicos*, v. 25, n. 1, 1995.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

MONTEIRO, Silas Borges. Epistemologia da prática: o professor reflexivo e a pesquisa colaborativa. *In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOURA, Juliana da Silva; RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NETA, Abília Ana de Castro; NENES, Claudio Pinto. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *In: Revista Profissão docente*, Uberaba-MG, v. 19, n. 40, p. 1-17, jan./abr. 2019.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *In: Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n.1, p. 11-20, jan./jun., 1999.

OCDE. **Education at a Glance 2018**. Paris: OCDE, 2018.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Carreira e piso nacional salarial para os profissionais da educação básica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 121-140, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; PEREIRA JÚNIOR, Edmilson Antônio. Trabalho docente em tempos de pandemia: Mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. *In: Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 710-735.

OSBORNE, Bruce Patrick. **A precarização do trabalho docente: a figura do professor substituto na Universidade Federal do Amazonas**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, fordismo e toyotismo**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *In: Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/660/682>. Acesso em 16 ago. 2022.

PRAUN, Luci; ANTUNES, Ricardo. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. *In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

RIZZATTI, Ivanise *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. *In: Actio docência em Ciências*, Curitiba, v.5, n. 2, Mai/Ago., 2020.

RODRIGUES, Cecília Luísa; VILAS BOAS FILHO, Evandro. O Contrato de urgência sob o Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e seus efeitos para a Gestão de Pessoas no Funcionalismo Público. *In: Id on Line Rev. Mult. Psic.*, vol.13, n. 45, p. 734-749, 2019.

ROSSI, Rafael. **Lukács e a educação**. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

SANTOS, Artur S.; JAKOBSEN, Kjeld A. O trabalho nas atuais transformações da globalização capitalista. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; POCHMANN, Marcio. A devastação do trabalho: A classe do labor na crise da pandemia*. 1ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE-Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz de; SOUZA, Suzane Tosta. Trabalho e história do pensamento geográfico nos meandros da geografia crítica. *In: Geopauta*, v. 1, n. 1. 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>. Acesso em 13/09/2022.

SANTOS, Luisete do Espírito. O processo de descentralização na atual política educacional do estado/governo brasileiro: uma abordagem no programa mais educação. *In: Educere*, PUC/PR, 2015.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. Editora Hucitec: Anpur, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único á consciência universal. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. *In: TENDLER, S. Encontro com Milton Santos - ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá*. São Paulo: 2006, Dvd.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica, e Tempo, Razão e Emoção. 4ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação Brasileira**. São Paulo: Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *In: Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, j.an/abr., 2007.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. *In: Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho de 2008.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia no Brasil do século XXI. *In: BOTA, Carlota, et al (Orgs.). A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios.* São Paulo: FEUSP, 2020.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. *In: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. ANDES – SN*, Janeiro de 2021. p. 39

SCHERER, Susana Schneid. Performatividade, Trabalho docente e Escola pública: Um mapa dos estudos sobre a temática. *In: Perspectivas em Diálogo*, Naviraí, v. 6, n. 13, p. 29-47, jul./dez. 2019.

SHIROMA, Edneida Oto; EVANGELISA, Olinda. Avaliação e responsabilização pelos resultados: atualizações nas formas de gestão dos professores. *In: Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 29, n 1, jan./jun., 2011.

SERRÃO, Maria Isabel B. Superando a racionalidade técnica na formação: sonho de uma noite de verão. *In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito.* 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Amanda Moreira da. **A precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras.** Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *In: Trabalhonnecessário*, v. 17, nº 34, set-dez, 2019.

SILVA, Amanda Moreira da. **Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professor estável – formal nas redes públicas brasileiras.** Curitiba: Editora CRV, 2019.

SILVA JUNIOR, Jorge Adriano da; OLIVEIRA, Isabela Fadul de. A contratação em Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) e seu impacto nas condições de trabalho docente: o caso dos professores do estado da Bahia. *In: Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, v. 6, n. 1, p. 86-105, jan./abr. 2019.

SIQUEIRA, Sandra M.M.; PEREIRA, Francisco (Orgs.). **A sociedade capitalista - módulo II.** Salvador: LeMarx, 2021.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A cruel pedagogia do vírus.** Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2020.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber Barros Alves. As condições de trabalho dos professores de geografia no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) durante pandemia do Coronavírus. *In: Revista Pegada*, vol. 21, n. 2, p. 392-410, Maio-Outubro/2020.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber Barros Alves. A precarização do trabalho dos professores contratados pelo REDA. *In: Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)*, Universidade Federal de Viçosa, 2020. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2020/trabalhos/13228>. Acesso em 13 dez.2020.

SOUZA, Érica Vieira; COSTA, Glauber Barros Alves. O Regime Especial de Direito Administrativo (REDA) utilizado para a contratação docente no estado da Bahia. *In: **Simpósio de Integração Acadêmica (SIA)***, Universidade Federal de Viçosa, 2021. Disponível em: <https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2021/trabalhos/14549>. Acesso em 27 nov. 2021.

SOUZA, Raimunda Aurea Dias de. *et al.* O trabalho e a classe trabalhadora em tempo de pandemia da COVID-19. *In: **Revista Pegada***, v. 21, n. 3, setembro/dezembro de 2020.

STANDING, Guy. **The Precariat**: The new dangerous class. London/New York: Bloomsbury, 2011.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e transformação da realidade. *In: **Revista da Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia***, 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *In: **Geosul***, Florianópolis. v. 19, n. 37, 2004.

THOMÁS JÚNIOR, Antonio. Por uma Geografia do trabalho: Reflexões preliminares. *In: **Revista Tamoios***, v. 1, n. 1, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O pior está porvívus: em defesa da classe trabalhadora para além da pandemia da COVID-19. *In: **Otim***, 19 de mai. de 2020.

TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

APÊNDICE 01: Roteiro do questionário para os (as) professores (as) REDA no estado da Bahia

	<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE (PPGELS) Mestranda: Érica Vieira Souza Orientador: Glauber Barros Alves Costa</p>	
---	---	---

Questionário

Olá, este questionário faz parte de uma pesquisa de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB, campus VI, realizada pela mestranda Érica Vieira Souza, sob a orientação do professor Dr. Glauber Barros Alves Costa. Intitulada “A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA E CRÍTICA PARA O REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO”, esta pesquisa tem como objetivo compreender o REDA como política pública educacional no Estado da Bahia e seus impactos na precarização do trabalho docente. Projeto conta com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

O Projeto está registrado no Comitê de Ética em Pesquisa via Universidade do Estado da Bahia (UNEB), número: 42178421.4.0000.0057.

Observação: Pedimos que este questionário seja respondido apenas pelos professores que estão contratados a partir da modalidade REDA.

Questões

1. Idade no período do contrato de professor (a) REDA:

- Até 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 ou mais anos

2. Sexo:

- Masculino
- Feminino

3. Em relação cor ou raça, como você se autodeclara?

- Branca
- Parda
- Negro(a)
- Indígena
- Amarela

4. Titulação de mais alto nível de formação durante o seu contrato de professor (a) de REDA:

- Graduação
- Especialização

- Mestrado
- Doutorado

5. Durante o seu contrato pelo REDA, você fez alguma formação complementar?

- Especialização
- outra Graduação
- Mestrado
- Nenhuma
- Curso de curta duração (até 30 h)

6. Regime de trabalho durante seu contrato de professor (a) no REDA:

- 20 horas
- 40 horas

7. Tempo de duração do seu contrato de professor (a) no REDA?

- Menos de 1 ano
- 1 ano
- 2 anos
- 3 anos
- 4 anos
- 6 anos
- Acima de 6 anos

8. Como professor (a) do REDA, sua carga horária semanal em sala de aula foi/é de:

- De 12 a 16 horas/aula
- De 16 a 18 horas/aula
- Mais de 18 horas/aula

9. Durante o contrato no REDA, você lecionou/leciona somente a disciplina para a qual você prestou concurso?

- Sim
- Não

10. Número de disciplinas que lecionam ou lecionaram, no decorrer do período de contrato do professor (a) REDA:

- De 1 a 3 disciplinas
- De 4 a 6 disciplinas
- De 7 a 9 disciplinas
- Mais de 9 disciplinas

11. Qual foi a finalidade que impulsionou você a fazer o concurso de professor REDA do estado?

- Exercer atividade remunerada
- Uma possibilidade de crescimento pessoal
- Primeira experiência profissional
- Necessidade de emprego para sobrevivência

12. Sua formação inicial fornece/forneceu subsídios para as disciplinas que ministra ou ministrou, enquanto professor REDA?

- Sim

- Não
- Em parte

13. Durante o contrato você recebeu orientações pedagógicas e técnicas da instituição contratante?

- Sim
- Não
- Em parte

14. Com o término de seu contrato de professor (a) REDA, quais seus sentimentos?

- Vontade de continuar atuando por esse contrato
- Insatisfação com o trabalho realizado
- Satisfação com a docência
- Indefinição profissional
- Decepção com a docência
- Não tenho uma opinião formada

15. Sobre o seu salário base durante o contrato REDA foi suficiente para sua subsistência?

- Sim
- Não

16. Você considera o contrato de trabalho REDA?

- Bom
- Ótimo
- Satisfatório
- Ruim
- Precário

17. Você conhece/sabe seus direitos trabalhistas garantidos/oferecidos pelo REDA?

- Sim
- Não

18. O seu local de trabalho é próxima de sua residência (mesma cidade de moradia ou outro município)?

- Sim
- Não

19. A sua escola (local de trabalho) está situada:

- zona urbana, no centro
- zona urbana, periferia (subúrbio urbano)
- zona rural

Agora, você é convidado (a) a responder perguntas relacionadas ao trabalho durante a pandemia:

20. Você foi contratado pelo REDA durante a pandemia?

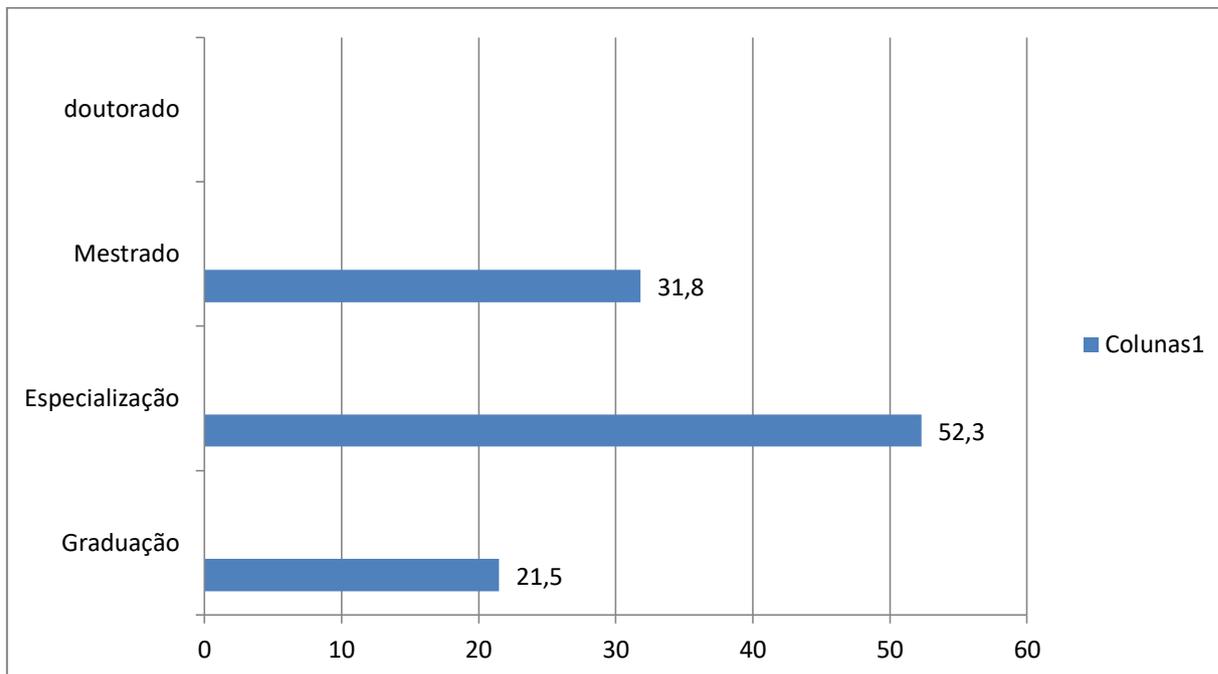
- Sim
- Não
- Aguardando a convocação

21. Sua carga horaria aumentou na pandemia?
() Sim
() Não
22. Suas demandas como professor (a) REDA aumentou com a pandemia?
() Sim
() Não
23. Seu salário no REDA foi garantido pelo contratante durante período de pandemia?
() Sim
() Não
24. A contratante forneceu material didático para você trabalhar em suas aulas durante o contrato?
() Sim
() Não
25. A contratante forneceu informações importantes e necessárias à execução do seu trabalho antes de você iniciar trabalho remoto?
() Sim
() Não
26. Você sentiu em algum momento ameaçado pela contratante de perda do emprego, caso não fizesse algo no ensino remoto?
() Sim
() Não
27. Você se sente seguro com o contrato REDA?
() Sim
() Não
28. Seus direitos são respeitados nas relações de trabalho com o contrato REDA?
() Sim
() Não
29. Você se sentiu/sente seguro para retornar ao trabalho presencial durante a pandemia?
() Sim
() Não

Obrigada, pelas informações!
Outras informações e esclarecimentos:
Érica Vieira Souza
E-mail: erica_iga@yahoo.com.br

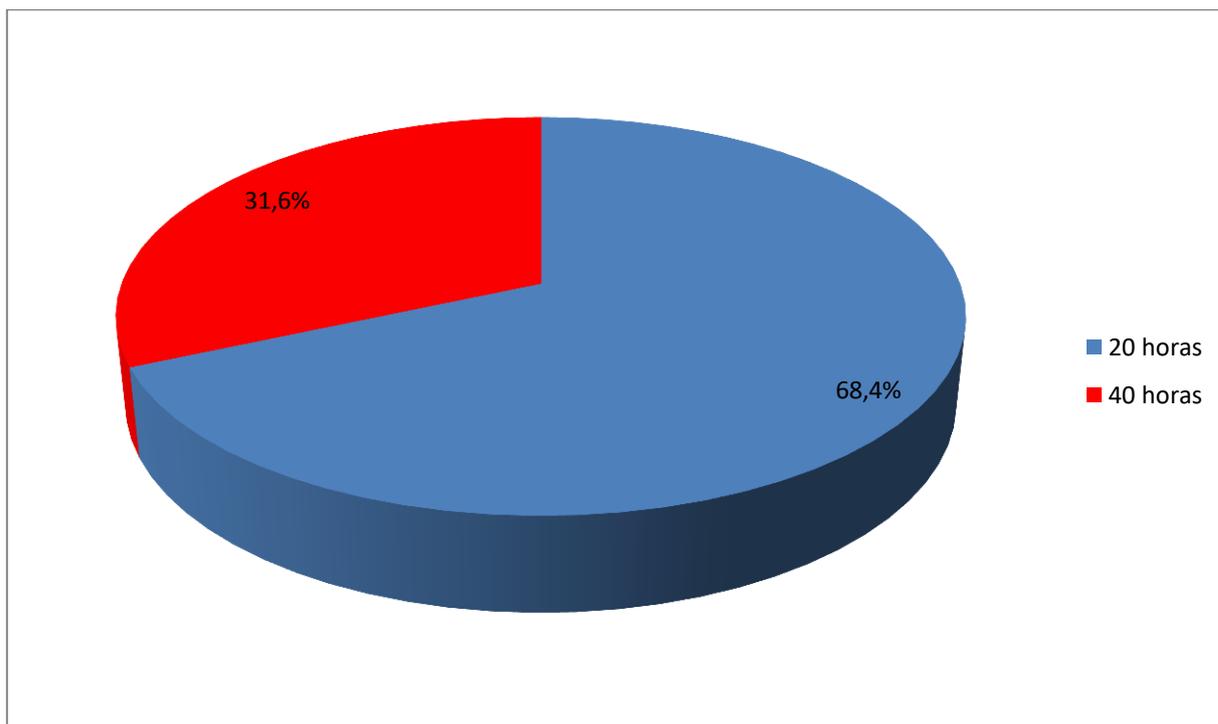
APÊNDICE 02: Gráficos com outros resultados da Pesquisa de Campo

Gráfico 01: Titulação de mais alto nível de formação durante o seu contrato de professor (a) REDA - 195 respostas



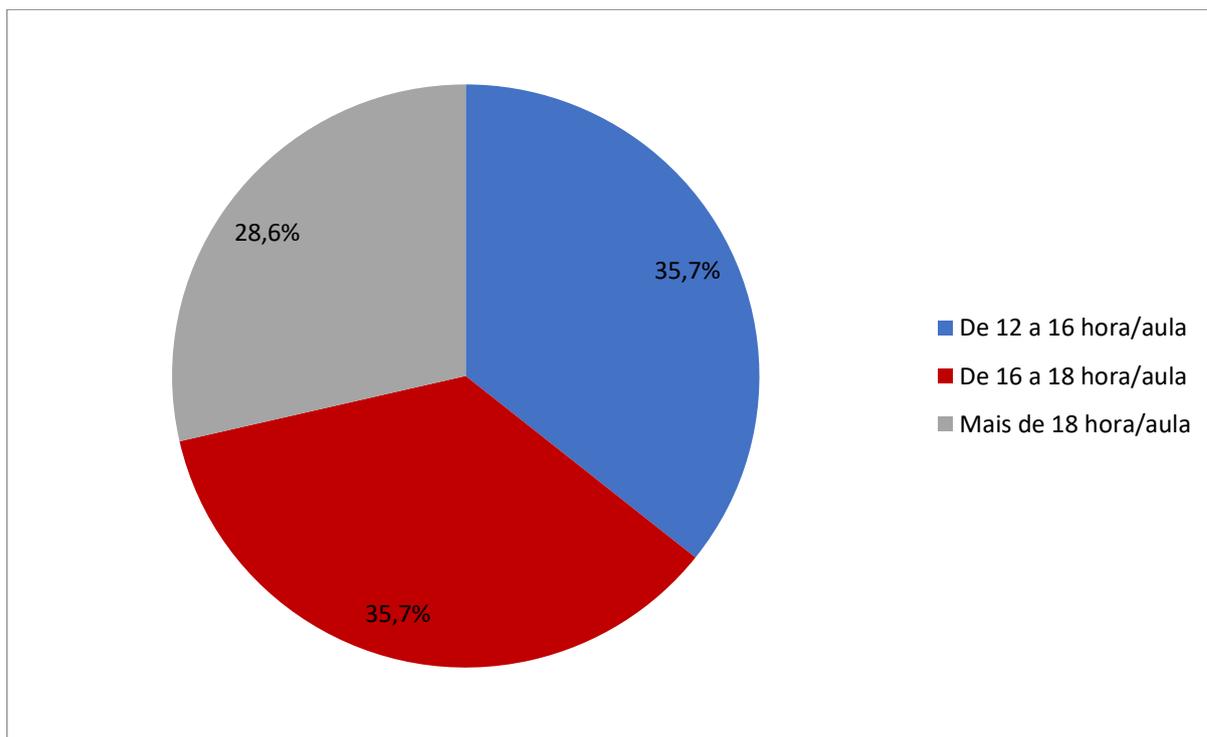
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 02: Regime de trabalho durante seu contrato de professor (a) REDA



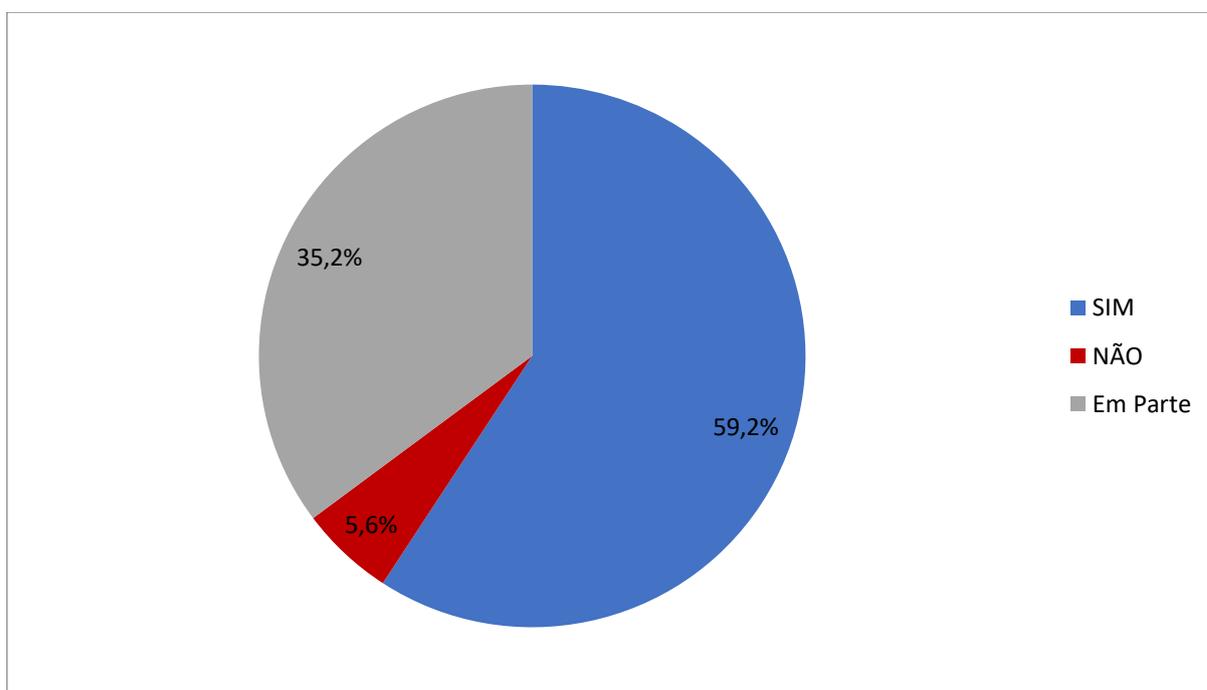
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 03: Como professor (a), sua carga horária semanal em sala de aula foi/é:



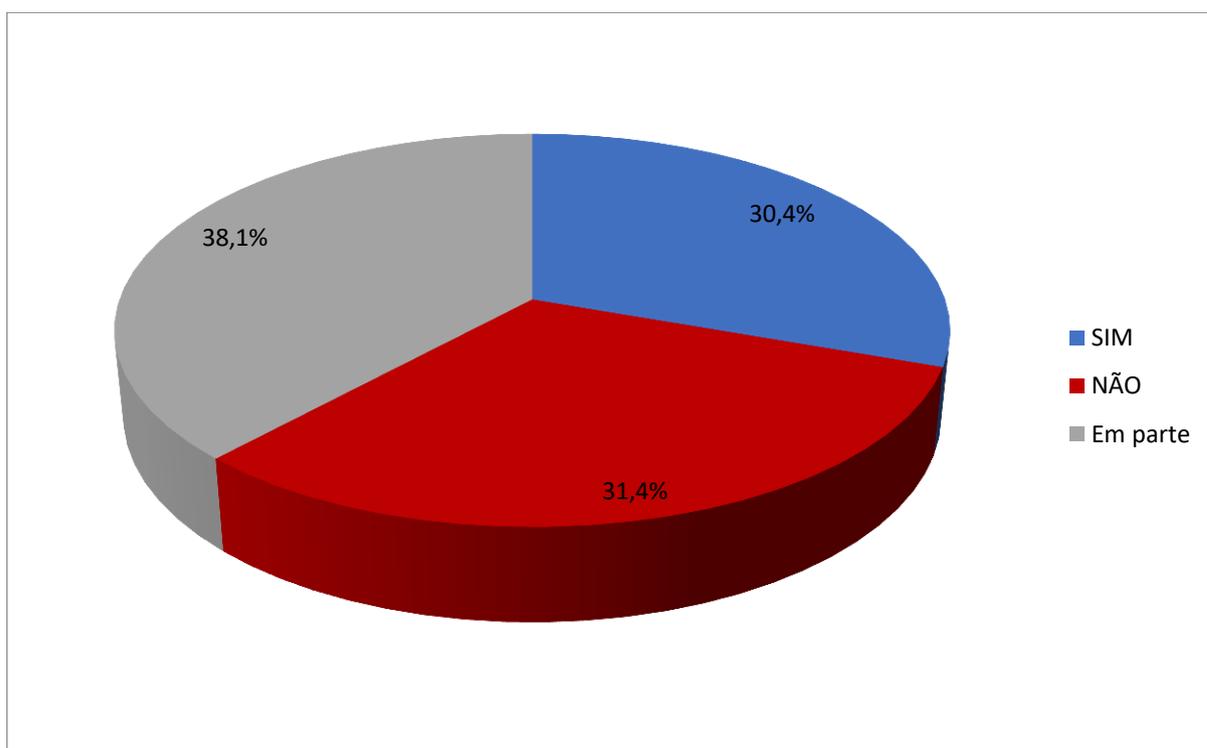
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 04: Sua formação inicial fornece/forneceu subsídios para as disciplinas que ministra ou ministrou, enquanto professor (a) REDA?



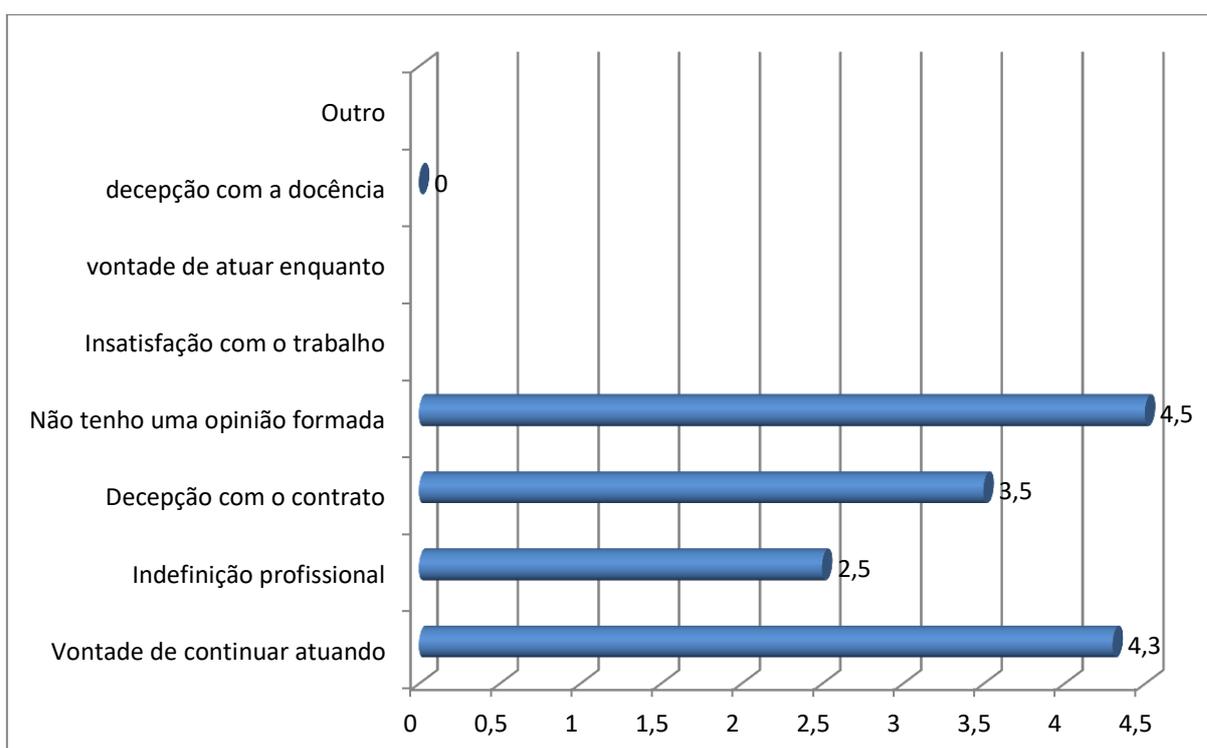
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 05: durante o contrato você recebeu orientações pedagógicas e técnicas da instituição contratante?



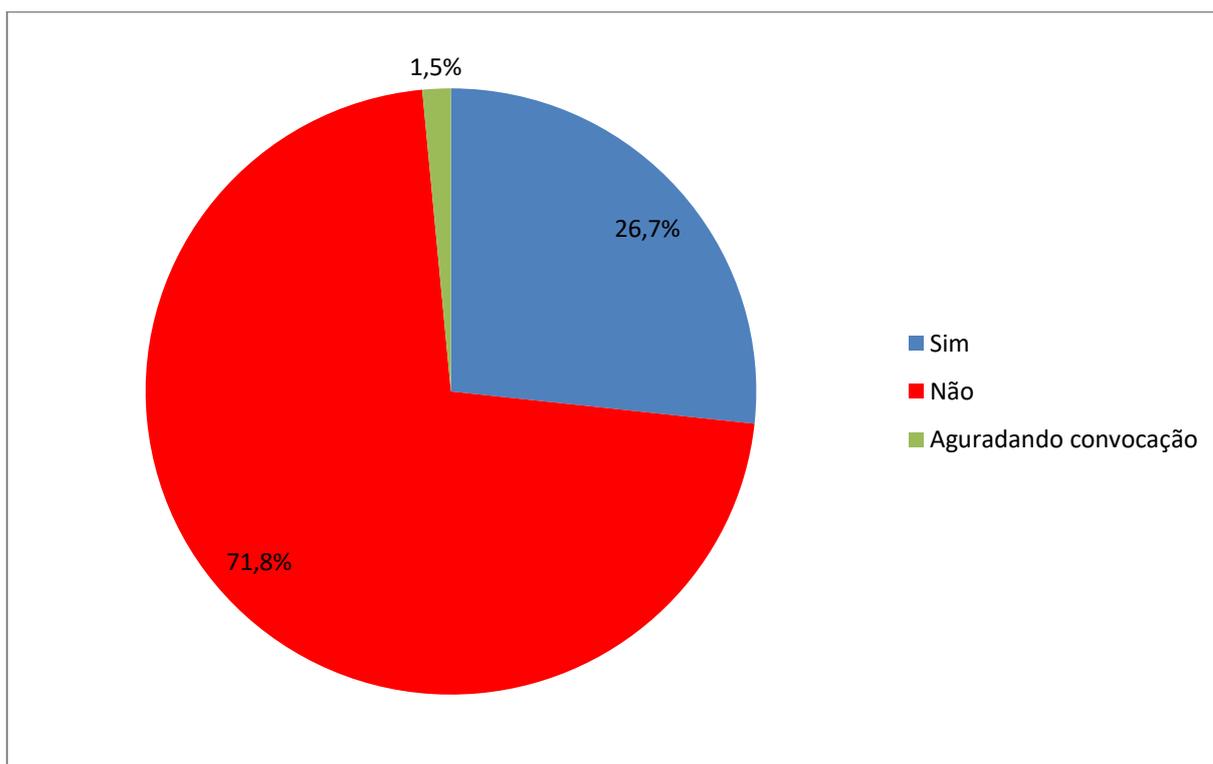
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 06: Com o término de seu contrato de professor (a) REDA, quais os sentimentos?



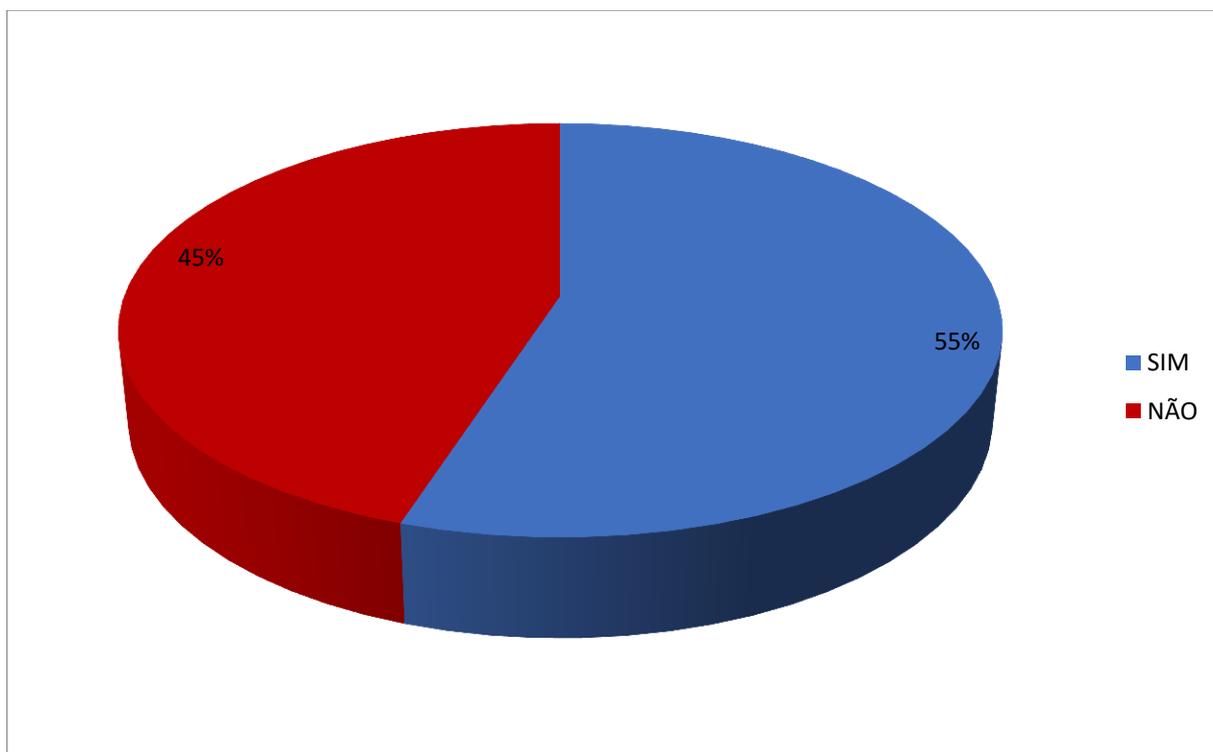
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 07: Você foi contratado pelo REDA durante a pandemia da Covid-19



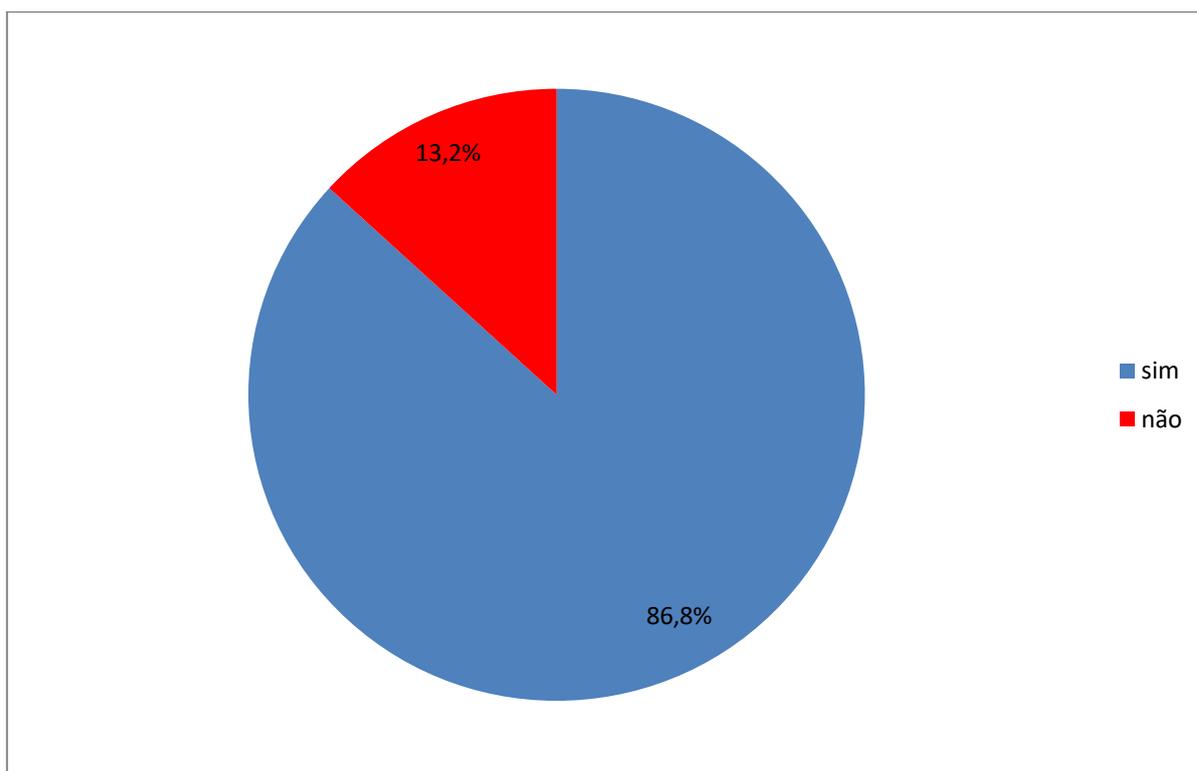
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 08: Sua carga horária aumentou na pandemia?



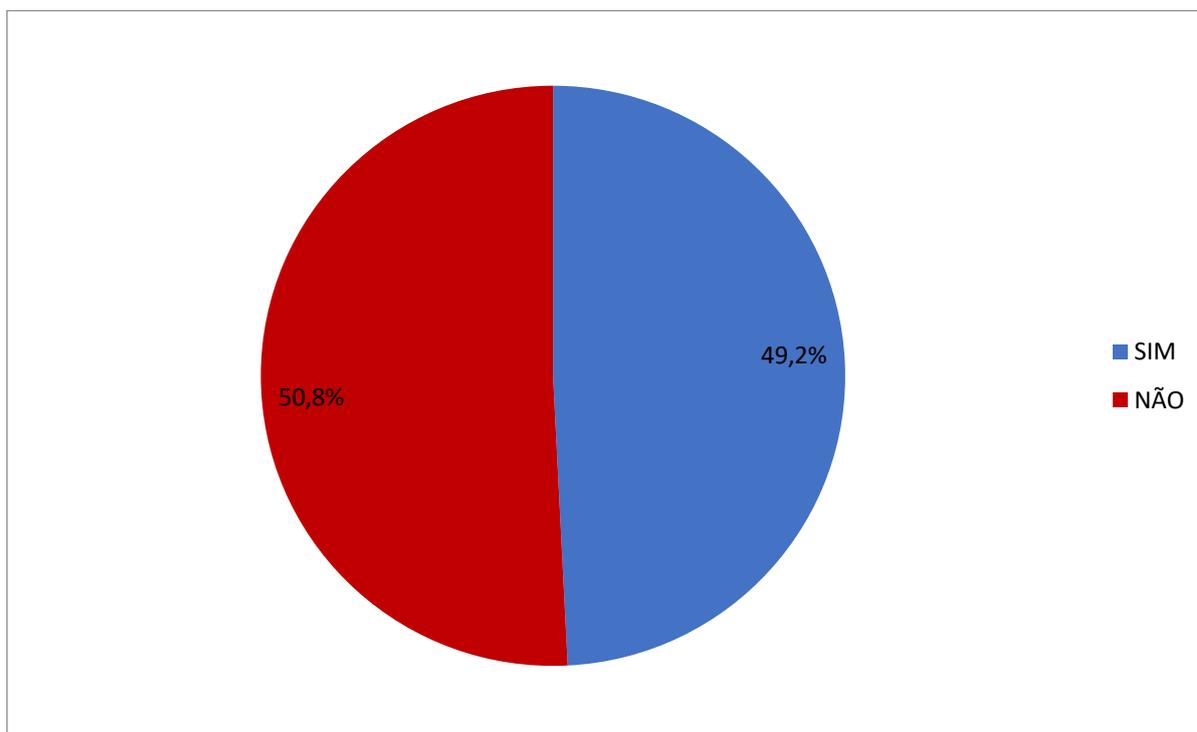
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 9: O pagamento do salário foi garantido durante a pandemia



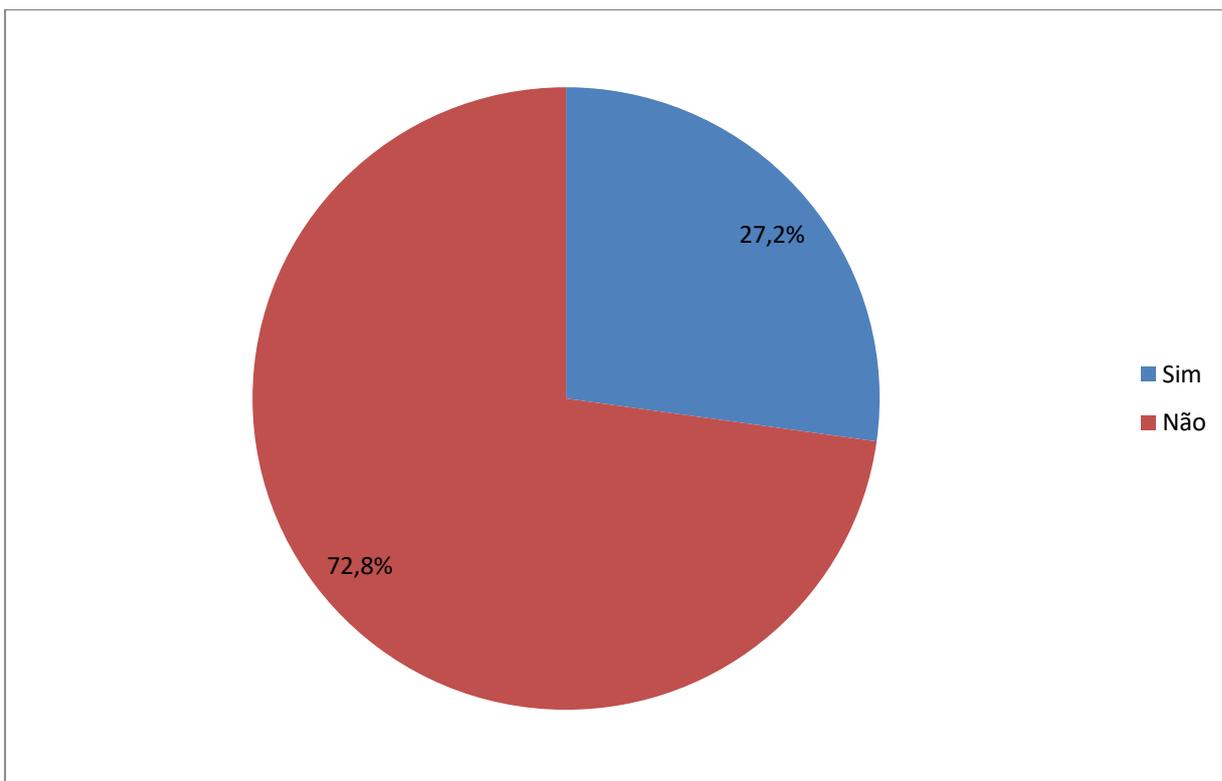
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 10: A contratante forneceu informações importantes e necessárias à execução do seu trabalho antes de você iniciar trabalho remoto?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

Gráfico 11 – Você se sentiu/sente seguro para retornar ao trabalho presencial na pandemia?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2021.

APÊNDICE 03: Questionário avaliativo do Produto Educacional com as Respostas

Olá, você está sendo convidado a participar deste questionário avaliativo que faz parte da pesquisa de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da UNEB, campus VI, realizada pela mestranda Érica Vieira Souza, sob a supervisão do professor Dr. Glauber Barros Alves Costa. Intitulada “A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA BAHIA: UMA ANÁLISE GEOGRÁFICA E CRÍTICA PARA O REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO”. Que tem como Produto Educacional essa cartilha titulada de: “**Os direitos trabalhistas dos professores no Regime Especial de Direito Administrativo (REDA)**”.

Observação: A cartilha foi registrada na Câmara Brasileira do Livro com ISBN de nº 978-65-00-38022-4.

Acesso a cartilha completa por esse link:

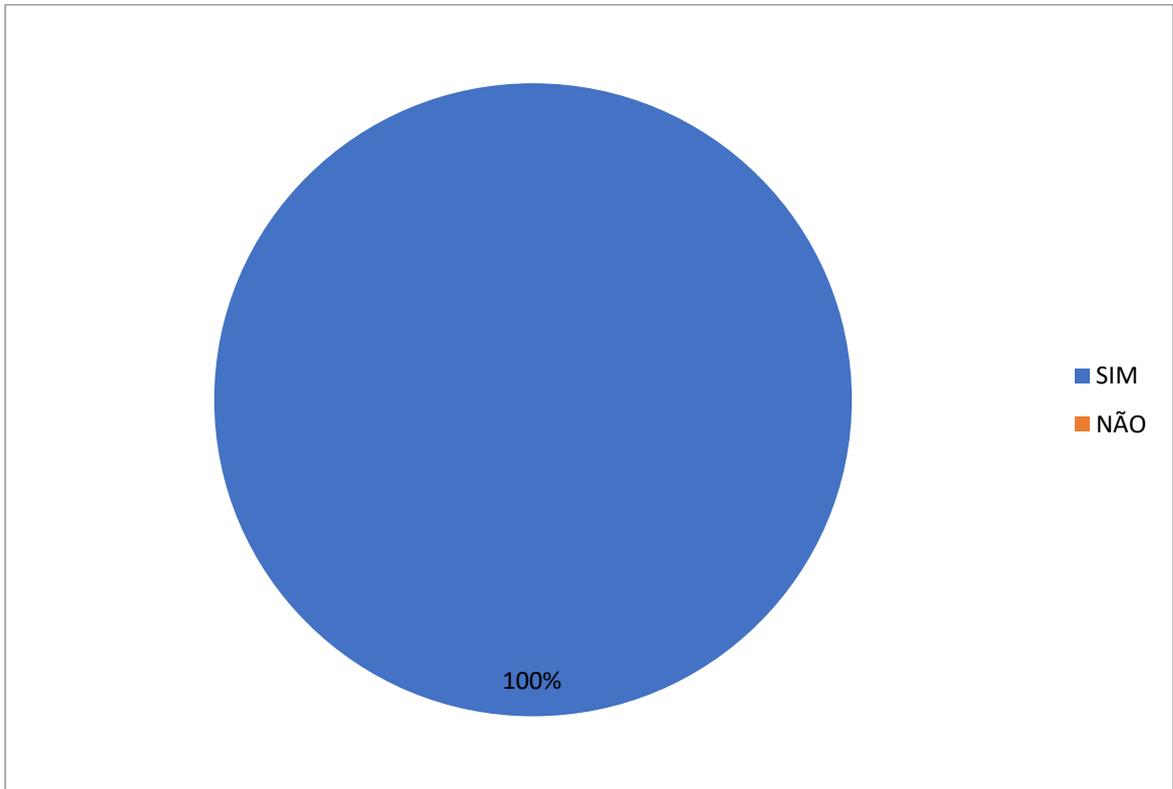
<https://drive.google.com/drive/folders/1pPTyiTWXPJ8ywzcOGvw35YHfzCoPWWF?usp=sharing>.



Foto/Imagem da capa do Produto Educacional, 2022.

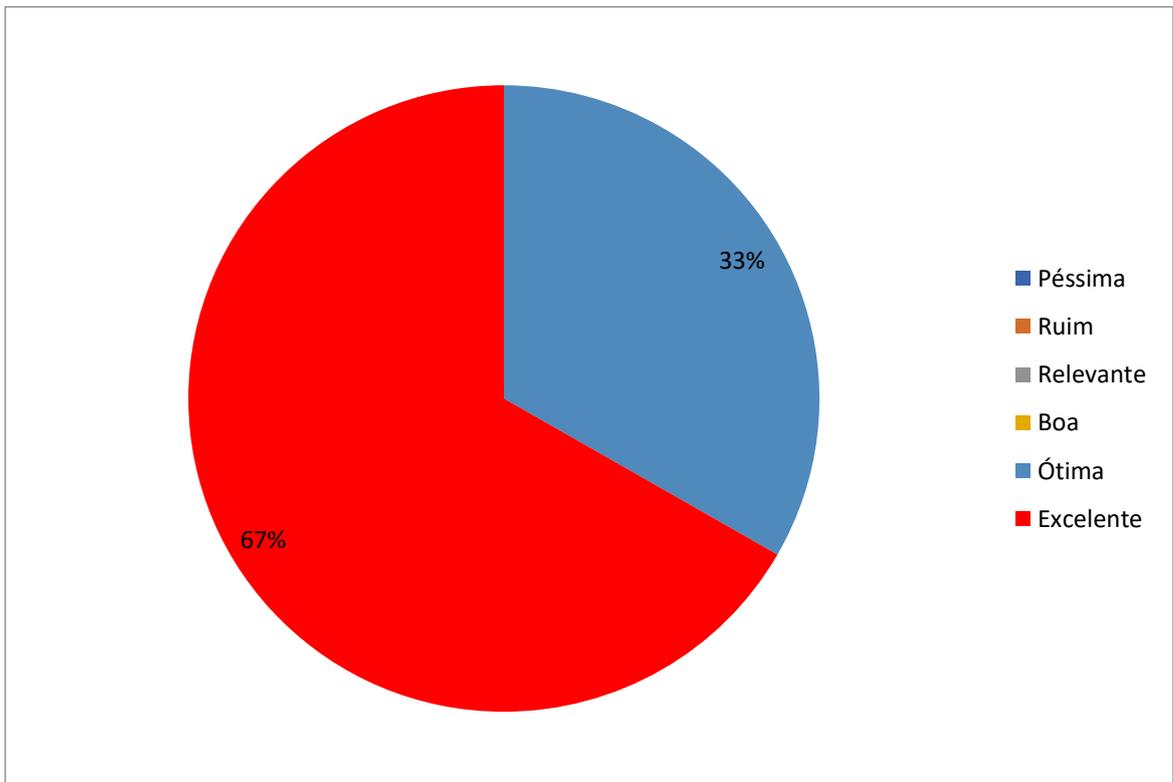
Questões

1. Ao analisar o produto você considera útil esse material para sua profissão?



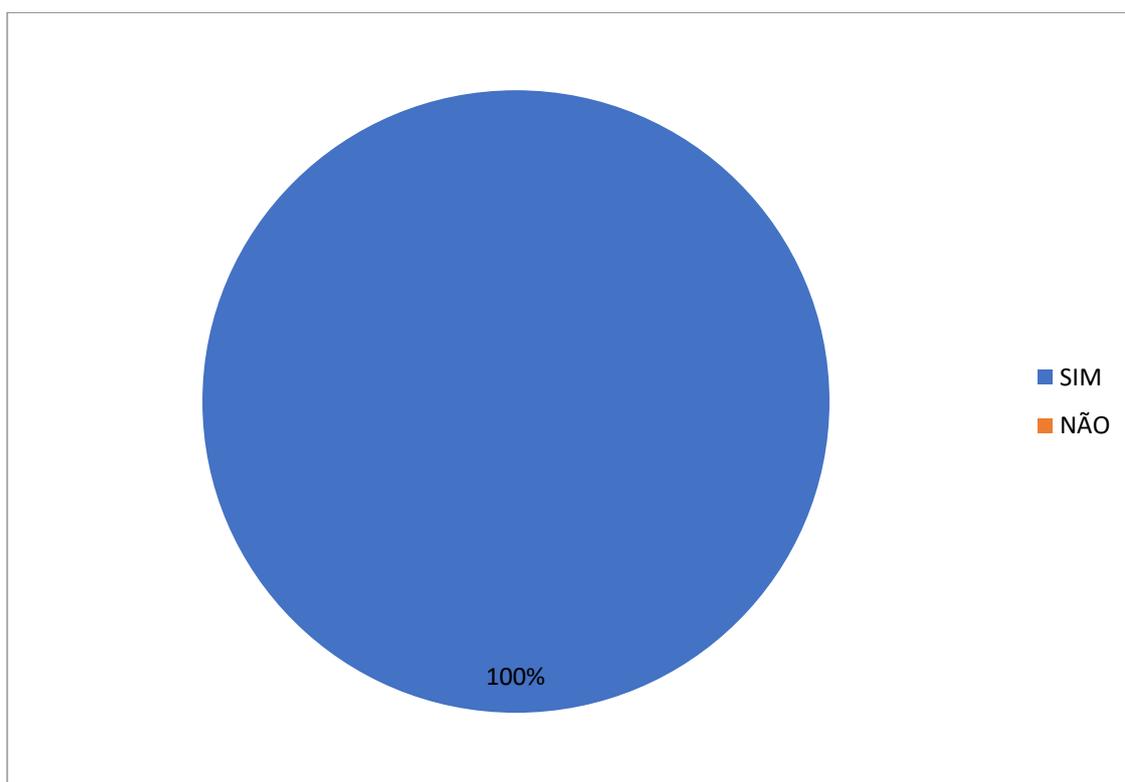
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

2. Como você avalia esse produto educacional?



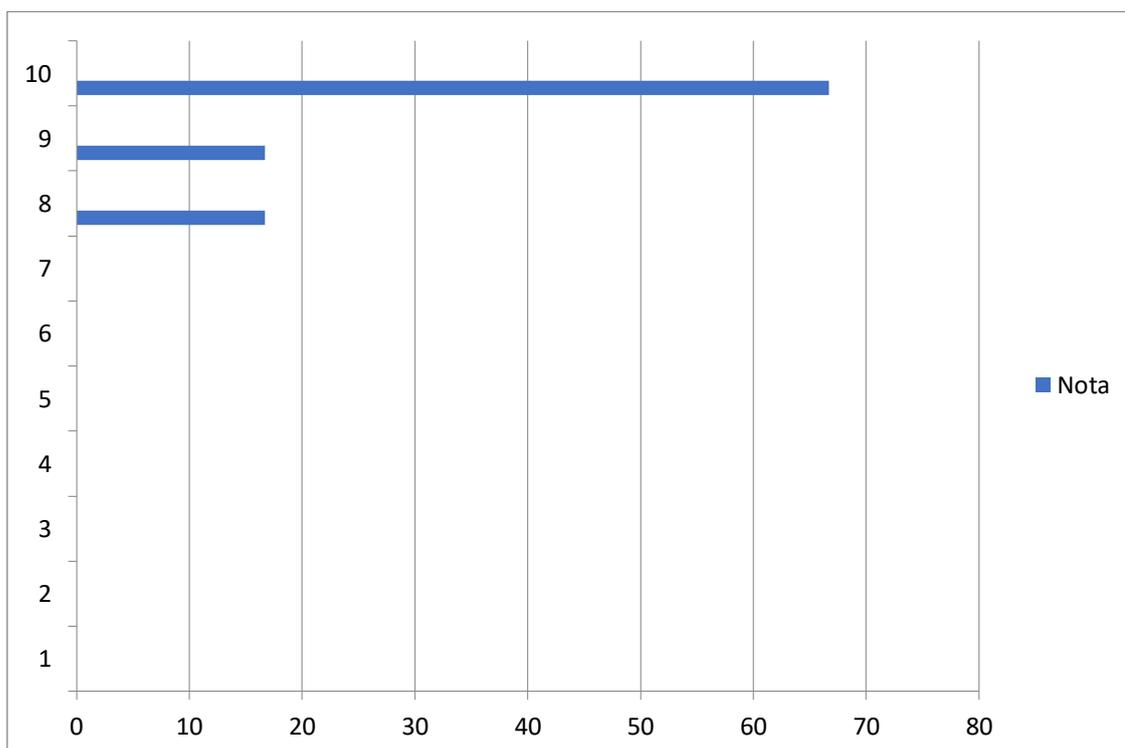
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

3. Utilizaria e/ou recomendaria esse produto educacional para outros professores REDA?



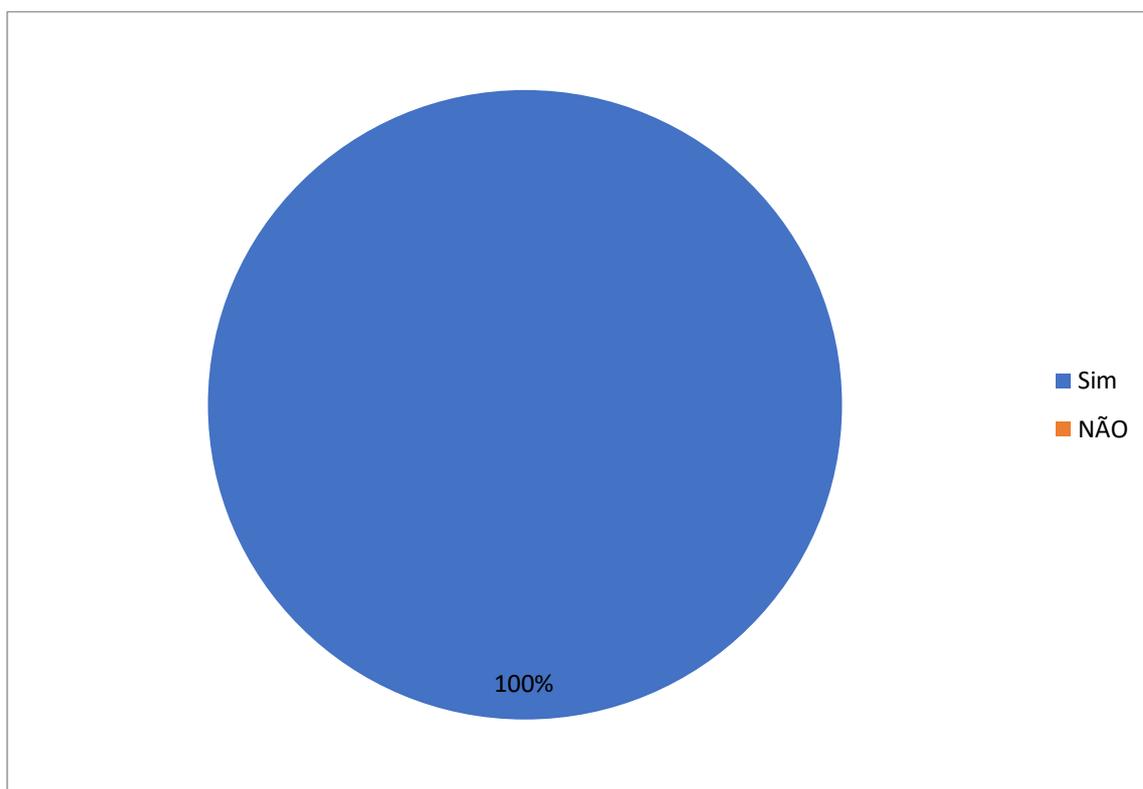
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

4. De uma escala de 0 a 10, qual a sua nota para esse produto educacional?



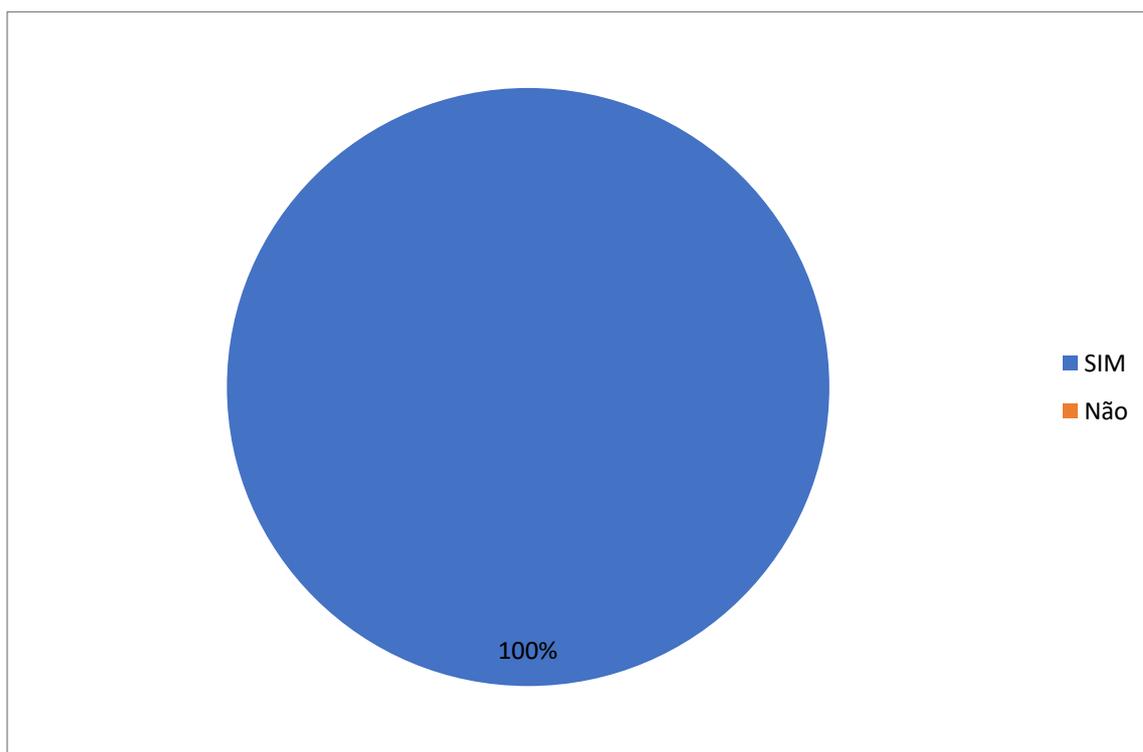
Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

5. As informações sobre seus direitos estão claras e visíveis?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

6. As imagens e cores (design) estão adequados?



Fonte: Dados organizados pela autora dessa pesquisa, 2022.

7. Alguma sugestão ou comentário acerca do produto educacional analisado?

Importantíssimo e belíssimo esse trabalho;

Excelente material. Informações úteis e esclarecedoras;

O material além de ser bem explicativo é de grande valia para que os profissionais possam conhecer melhor os seus direitos;

Serão necessárias atualizações futuras se as leis mudarem;

Criar uma seção com depoimentos de professores redas.

Fazer recorte de gênero e acrescentar imagens de pessoas negras/os, índios/as, trans, etc.